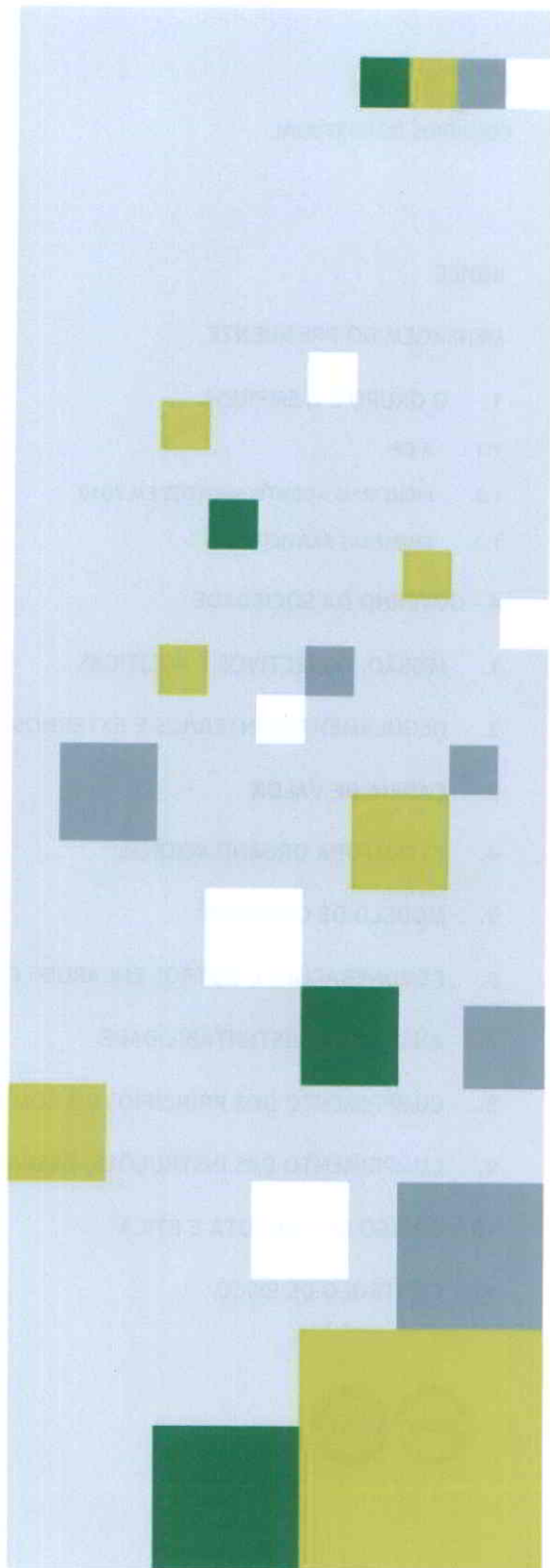




COMBOIOS DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS 2010





ÍNDICE	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1 O GRUPO E A EMPRESA	7
1.1 A CP	7
1.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2010	19
1.3 EMPRESAS PARTICIPADAS	23
A - GOVERNO DA SOCIEDADE	32
1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS	32
2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	34
3. CADEIA DE VALOR	39
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	40
5. MODELO DE GOVERNO	42
6. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	66
7. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE	69
8. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO	84
9. CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES, DESPACHOS E LEGISLAÇÃO DIVERSA	85
10. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA	86
11. CONTROLO DE RISCO	86





12. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES	88
13. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	90
14. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES	91
15. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA OPERACIONAIS POR UNIDADE DE NEGÓCIO	93
16. INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE AS INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E COMERCIAL	93
B - ACTIVIDADE DA EMPRESA	108
1 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	108
2 ENQUADRAMENTO DO SECTOR	108
3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	112
4 ACTIVIDADE OPERACIONAL	114
5 OBJECTIVOS DE GESTÃO	142
6 PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO E DE RECEBIMENTO.	144
7 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	146
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
9 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	150
10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	150
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010	152



COMBOIOS DE PORTUGAL



MENSAGEM DO PRESIDENTE



JOSÉ SALOMÃO COELHO BENOLIEL

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sempre que termina um ano de actividade, é dos usos e costumes que o Presidente do Conselho de Administração faça nestas primeiras páginas um balanço sumário do que de relevante ocorreu no exercício passado e do que se possa vislumbrar para o exercício seguinte.

No entanto, do mesmo modo que 2010 foi um ano anormalmente perturbado pela crise económica e social e que 2011 se adivinha como um exercício de rotura com os paradigmas do passado, também se justifica que esta mensagem rompa com a tradição de se quedar pela enumeração dos sucessos e dificuldades vividas e se focalize nas questões estruturais que desafiam a própria subsistência da empresa pública ferroviária nos moldes tradicionais.



COMBOIOS DE PORTUGAL



Não temos qualquer dúvida do impacte significativo do grupo CP para a economia e a coesão nacional: em 2010 transportou 130 milhões de passageiros e movimentou 11 milhões de toneladas de mercadorias!

O país não pode, em circunstância alguma, prescindir da continuidade da prestação destes serviços, independentemente do modo como o transporte ferroviário venha a ser organizado no futuro.

A continuidade do serviço público é absolutamente inquestionável em qualquer dos quadrantes políticos da sociedade portuguesa.

A sua concessão a uma entidade empresarial pública ou privada é matéria de discussão para fóruns que ultrapassam a estrita esfera de competência do órgão de gestão da CP.

Uma coisa é certa: no contexto de manutenção dos desequilíbrios da exploração e de subsistência dos inultrapassáveis desajustamentos financeiros e patrimoniais que se arrastam há décadas, não haverá solução interna susceptível de garantir a sustentabilidade futura da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2010 esses desequilíbrios acumulados traduziam-se numa situação líquida negativa de 2,5 mil milhões de euros e numa dívida de financiamento de 3,3 mil milhões de euros.

Com uma receita de tráfego de 273 milhões de euros, (incluindo já 35 milhões de euros de subsídios à exploração), encargos com serviços e fornecimentos de 165 milhões de euros, despesas com pessoal de 122 milhões de euros e encargos em juros de 160 milhões de euros é, obviamente, uma equação de solução impossível no quadro estritamente empresarial.



Já não há mais tempo de espera para que se defina e se leve à prática um desígnio de Estado que permita o urgente saneamento económico e financeiro da empresa e que crie condições para uma sã e equilibrada exploração do caminho de ferro.

Naturalmente que todos quantos trabalham no universo CP têm a irrecusável obrigação de encontrar as soluções de eficiência que lhe permitam afirmar-se de forma autónoma e sustentável nos mercados fortemente competitivos do transporte de passageiros e de mercadorias em que operam, mas isso não retira do Estado a sua obrigação de assumir as responsabilidades financeiras derivadas das imposições de serviço público que, para além do que seja comercialmente justificável, decida exigir aos operadores.

Reconhece-se que no decorrer de 2011, um passo muito significativo nesse sentido já foi dado com a assinatura do primeiro Contrato de Serviço Público, em regime transitório, entre o Estado e a CP – Comboios de Portugal EPE.

Espera-se que seja de facto um primeiro passo de uma longa caminhada que importa afinar em estreito alinhamento com uma política coerente e consistente de mobilidade ao nível nacional.

Como disse, o Grupo CP padece de problemas estruturais profundos que derivam do adiamento de decisões que tardaram em demasia. A administração, os directores e os trabalhadores estão obrigados a vencer a batalha interna pela eficiência que a solução desses problemas exige.

Para isso iremos prosseguir com a política de rigorosa contenção de custos e de redução de estruturas redundantes e excedentárias.

2011 é, definitivamente, o ano desse desafio.

José Benoliel

1 O GRUPO E A EMPRESA

1.1 A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de Junho de 2009 (Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho) uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

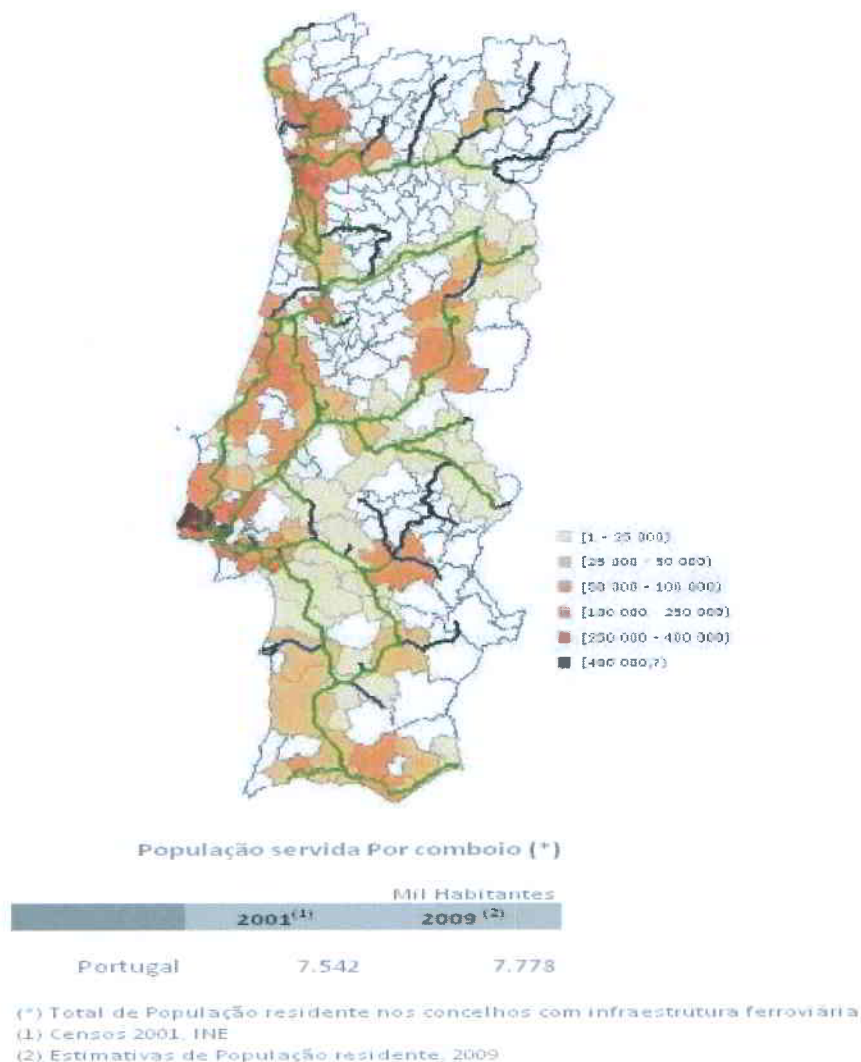
Serve quatro segmentos de procura importantes, com distintas motivações de viagem:

- Serviço Suburbano – liga as periferias ao centro das maiores cidades portuguesas, sendo vocacionado para o transporte diário de grandes massas de passageiros, cuja principal motivação de viagem se centra em “casa/trabalho” ou “casa/escola”;
- Serviço Regional - serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito Regional ou local, distribui os Clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios;
- Longo Curso – serviço de qualidade para média/longa distância, liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os Clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer. É o segmento que usufrui de menor tempo de trajecto e maior conforto;
- Internacional – Devido à posição periférica do País, apenas liga directamente a Espanha ou à fronteira de Espanha com França. Não é competitivo com outros modos de transporte essencialmente em tempo de trajecto, pelo que se trata de um segmento em transformação.



A população dos concelhos servida por transporte ferroviário totaliza 7,8 milhões de habitantes em 2009 (cerca de 78% da população total de Portugal). Note-se também um pequeno incremento da população residente nos concelhos servidos por transporte ferroviário entre 2001 e 2009 (7,5 em 2001 para 7,8 milhões em 2009).

População residente Servida por Comboio (2009)



Procura



Em 2010 a CP transportou cerca de 130 milhões de Passageiros e 3,7 mil milhões de Passageiros Quilómetro, ou seja cerca de menos 1% de passageiros e menos 1,3% de Passageiros*Quilómetro do que em 2009. Os Proveitos de Tráfego diminuíram globalmente 1%. Com excepção da CP Porto, com crescimentos de 2,7% e de 3,8% em Passageiros e Passageiros*Quilómetro respectivamente face a 2009, nas restantes Unidade de Negócio registaram-se decréscimos da Procura. Na CP Longo Curso, os Proveitos de Tráfego registaram um acréscimo de 1,6%, essencialmente explicado pelo aumento tarifário no início de Fevereiro de 2010.

Esta evolução da procura ocorreu num cenário de crise, com desemprego crescente, menos confiança na economia e contracção do orçamento familiar o que provocou uma forte quebra não só nas movimentações pendulares mas sobretudo nas viagens ocasionais, com especial impacto nos bilhetes.

Encerraram-se ainda em 2010 diversos troços para intervenções na infraestrutura com consequente impacto ao nível da procura.

A procura por Unidade de Negócio é a que a seguir se apresenta:



Indicadores de Tráfego

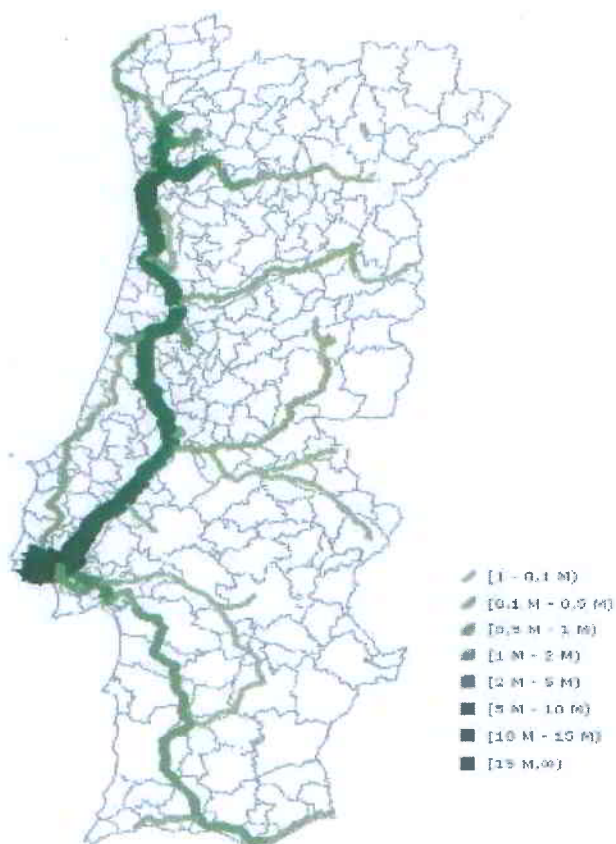
Procura	2008	2009	2010	10/08	10/09
(mil)					
Passageiros	135.517	131.278	130.082	-4,0%	-0,9%
CP Lisboa	96.377	92.105	90.858	-5,7%	-1,4%
CP Porto	19.969	20.580	21.136	5,8%	2,7%
CP Longo Curso	5.314	5.364	5.226	-1,7%	-2,6%
CP Regional	13.857	13.230	12.861	-7,2%	-2,8%
Pk's	3.814.103	3.766.027	3.718.417	-2,5%	-1,3%
CP Lisboa	1.297.273	1.239.528	1.212.540	-6,5%	-2,2%
CP Porto	576.618	599.997	622.767	8,0%	3,8%
CP Longo Curso	1.371.639	1.374.617	1.353.202	-1,3%	-1,6%
CP Regional	568.573	551.885	529.908	-6,8%	-4,0%
Proveitos Tráfego *	216.184	212.195	210.125	-2,8%	-1,0%
CP Lisboa	78.547	76.013	73.273	-6,7%	-3,6%
CP Porto	19.739	20.460	20.951	6,1%	2,4%
CP Longo Curso	85.897	85.463	86.847	1,1%	1,6%
CP Regional	32.001	30.259	29.055	-9,2%	-4,0%

* Os valores dos Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, 5 milhares de euros, 8 milhares de euros e 11 milhares de euros contabilizados noutros Órgãos da CP.



A análise da Procura em toda a rede evidencia, uma predominância da utilização dos nossos serviços nas áreas urbanas de Lisboa e Porto e na Linha do Norte.

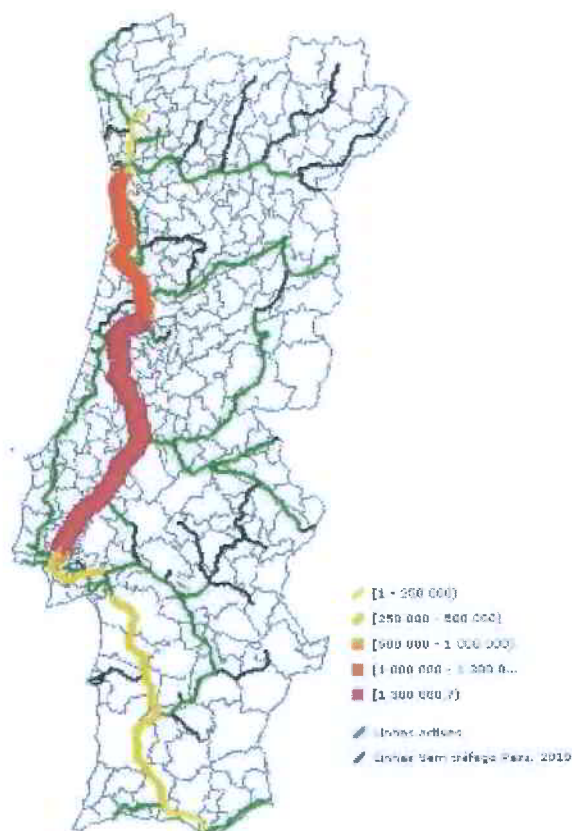
Total de Passageiros (2010)



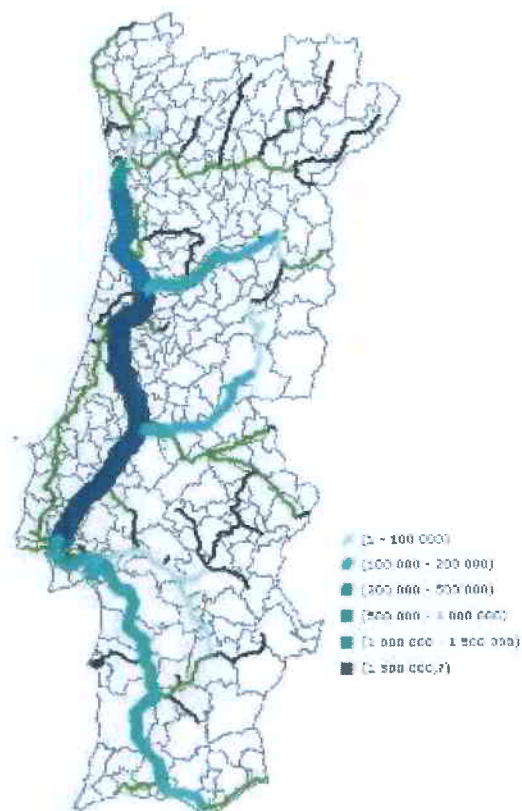


Os serviços Urbanos de Lisboa e Porto destacam-se significativamente dos restantes, transportando uma percentagem elevada dos passageiros da CP. Seguem-se os serviços do Longo Curso (Alfa Pendular e Inter-Cidades).

Passageiros Alfa (2010)



Passageiros Inter-Cidades (2010)

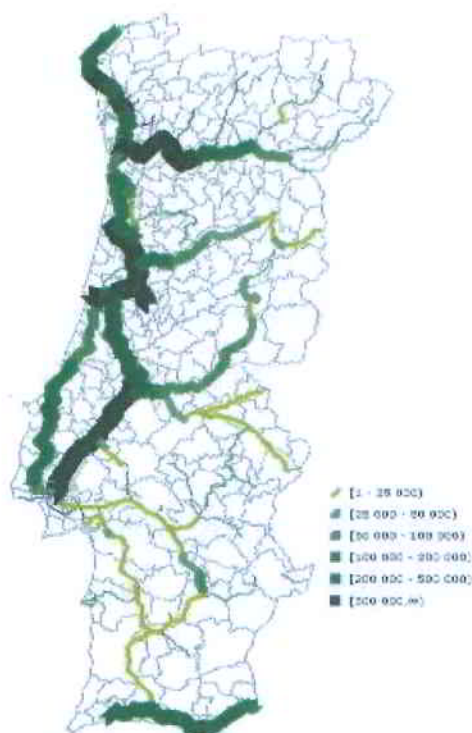




COMBOIOS DE PORTUGAL



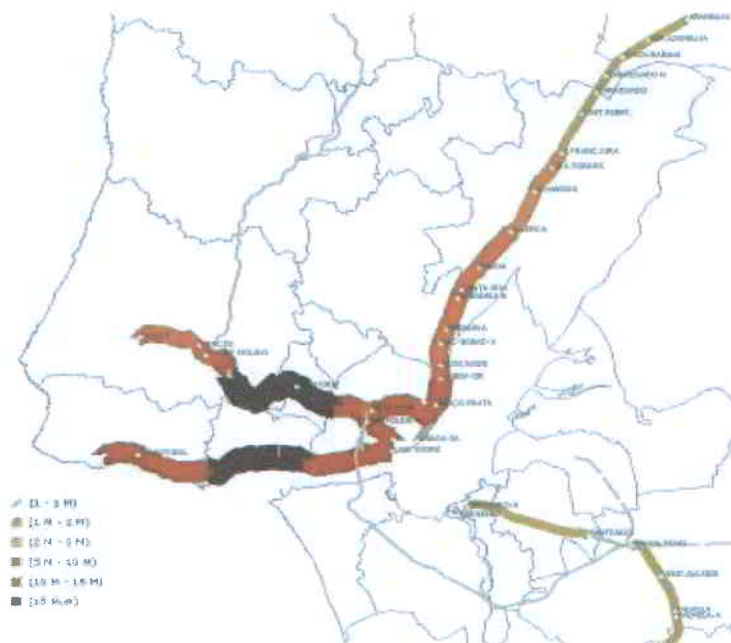
Passageiros na CP Regional (2010)



Passageiros no Urbano de Porto (2010)



Passageiros no Urbano de Lisboa (2010)





Oferta

A oferta da CP em 2010, avaliada pelo número de Comboios*Quilómetro, registou um decréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior. Este desvio decorreu essencialmente da suspensão do transporte ferroviário no Ramal da Lousã, da Linha Coimbra – Figueira da Foz (por Cantanhede), nas Linhas de Via Estreita do Douro e no troço Bombel / Casa Branca e na Linha do Alentejo em consequência do encerramento destes troços pelo Gestor da Infraestrutura. De referir no entanto que a mobilidade nestas linhas continuou a ser assegurada em 2010 com serviço rodoviário de substituição.

As greves ocorridas durante o ano e os temporais com especial incidência nas linhas do Douro e do Oeste no 1.º Trimestre, provocaram também importantes alterações na Oferta, com consequências ao nível da procura.

Os Lugares*Quilómetro oferecidos, pelos motivos anteriormente referidos, registaram uma redução de -2,0%.

Oferta	2008	2009	2010	10/08	10/09
CK's (mil)	31.604	31.587	30.707	-2,8%	-2,8%
CP Lisboa	6.990	6.953	6.968	-0,3%	0,2%
CP Porto	4.627	4.948	5.068	9,5%	2,4%
CP Longo Curso	8.499	8.402	7.912	-6,9%	-5,8%
CP Regional	11.487	11.285	10.759	-6,3%	-4,7%
LKO'S (milhões)	14.350	14.391	14.103	-1,7%	-2,0%



Oferta (2010)





Dados Financeiros

Em 2010, o Resultado Operacional, expurgado de elementos financeiros, embora negativo, foi ligeiramente melhor que em 2009.

Considerando apenas o Resultado Operacional directamente relacionado com a actividade do transporte de passageiros, o Resultado Operacional melhora em cerca de 4,4 milhões de Euros.

O EBITDA ** teve um crescimento de cerca de 7 milhões euros. Para esta variação concorreu a diminuição das Vendas e Serviços Prestados em -23 719 mil euros decorrente essencialmente da ausência do transporte de mercadorias em 2010, e o aumento das prestações de serviços com o aluguer de material motor à CP Carga, SA, (+10 093 m euros) e outros factos igualmente importantes, tais como a diminuição dos Custos com o Pessoal, -13 246 mil euros, devido à variação ocorrida nas remunerações pela transição de pessoal para a CP Carga, SA.

Como factores relevantes a afectar os resultados do exercício de 2010 referimos a reversão de Provisões em 24 466 mil euros relativa a um processo alfandegário antigo, um aumento de provisões em 11 278 mil euros, essencialmente para cobertura de capitais próprios negativos de 2010 da empresa CP Carga, SA, detida a 100% pela CP. O Resultado Líquido em 2010 atinge o valor de -195.197.037 euros. Este resultado incorpora ao resultado operacional negativo, a função financeira e a valorização da carteira de derivados. O agravamento face a 2009, decorre de em 2009 a carteira de derivados ter tido uma valorização de 124 milhões de euros.

**Indicadores Financeiros**

(mil)	2009	2010	10/09
Resultado Operacional*	-80.543	-76.153	5,5%
Rendim. Operacional*	335.708	308.605	-8,1%
Gastos Operacionais*	-416.251	-384.758	7,6%
Grau de Cobertura *	80,7%	80,2%	-0,44
EBITDA**	8.284	15.248	84,1%
RESULTADO LÍQUIDO	-72.829	-195.197	-168,0%

* impacto operacional da actividade de transporte de passageiros

** calculado o EBITDA, sem derivados; provisões e imparidades

Os Investimentos em 2010 ascenderam a 23,7 milhões de euros, correspondendo cerca de 68 % a aquisição, beneficiação e reparação de material circulante e 23% a aquisição de equipamentos comerciais.

Os projectos com um nível de realização mais relevante em 2010 foram os da “Bilhética sem Contacto e Controlo de Acessos” na CP Lisboa” (5 milhões de euros, referentes à aquisição de MVA’s e controlo de acessos - 1ª fase do projecto e controlo de acessos – 2ª fase), “Alteração de velocidade máxima de carruagens modernizadas” na CP Longo Curso (1 milhão de euros) e “Aquisição de Máquinas de Venda em Trânsito” na CP Regional e na CP Longo Curso (0,5 milhões de euros). Há ainda a destacar as reparações em várias unidades de material circulante no valor de 14 milhões de euros.



Investimentos			
(mil)	2009	2010	10/09
TOTAL INVESTIMENTOS	83.225	23.750	-71,5%
Infra-estruturas	0	0	-
Equipamento Básico	7.350	176	-97,6%
Material Circulante	68.911	16.176	-76,5%
Outros investimentos	6.964	7.398	6,2%

1.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2010

Em 2010 a CP Comboios de Portugal desenvolveu diversas acções com o intuito de melhor servir as populações nas suas deslocações diárias e aumentar de forma sustentada a procura das quais se destacam:

Em Junho, foi nomeado novo Conselho de Administração que, durante o segundo semestre procedeu à reorganização dos Órgãos Corporativos, Unidades de Serviços Partilhados e Frota e aprovou as linhas estratégicas para o mandato..

Com o objectivo de adequar a oferta à procura:

- ✓ Implementação de um novo horário na Linha do Sado, com oferta de comboios com intervalos de 30 minutos ao longo de todo o dia, o que representou um crescimento da oferta no período fora de ponta, até então com intervalos de hora a hora;
- ✓ . A partir de 1 de Março o serviço Sud Expresso passou a ser efectuado com comboios da série IV Talgo cedidos pela Renfe, verificando-se assim uma revitalização e modernização deste Serviço. Na sequência do impacto da actividade do vulcão islandês no transporte aéreo foi efectuado um reforço da oferta;
- ✓ Introdução dos horários de verão para as praias e campanha do Comboio Histórico do Douro entre Maio e Outubro. Reforço de oferta para diversos eventos, destacando-se as realizadas por ocasião da visita do Papa;
- ✓ Redução de cerca de 10 minutos do tempo de viagem em Alfa Pendular entre Porto e Algarve em consequência da inauguração da variante de Alcácer do Sal;

Visando a dinamização da venda pela criação de novos canais de Distribuição e Informação foram implementados diversos projectos, com destaque para:



- ✓ A venda remota e o carregamento das assinaturas e passes combinados da CP Lisboa no Multibanco;
- ✓ A introdução de novas funcionalidades nas máquinas de Venda em Trânsito e substituição de equipamentos de venda nas Bilheteiras;
- ✓ A optimização de políticas comerciais com agências de viagens e potenciação do segmento de viagens profissionais;
- ✓ A abertura do novo Gabinete de Apoio ao Cliente e da Loja CP na estação do Rossio
- ✓ A colocação de suportes de informação ao público nos apeadeiros e estações sem presença comercial nas Linhas do Minho, Douro e do Vouga;
- ✓ O início do teste piloto para a implementação da Bilhética sem Contacto na CP Porto.

Foram concretizadas várias Parcerias com autarquias e com entidades promotoras de eventos potenciadores de deslocações. Neste âmbito, destacam-se:

- ✓ A assinatura de protocolo, em que intervieram outros operadores da Área Metropolitana de Transportes de Lisboa, para a promoção do transporte público nas deslocações ao Rock in Rio;
- ✓ Desenvolvimento de produtos específicos para o segmento de viagens de lazer;
- ✓ A disponibilização no site VisitPortugal de uma página de divulgação dos programas turísticos da CP (Comboio Histórico, Intra_Rail, Comboio Aventura).

A assinatura de um protocolo de cooperação entre a CP e a Renfe, tendo em vista a exploração conjunta das circulações internacionais entre Portugal e Espanha que venham a integrar a futura Rede Ferroviária Ibérica de Alta Velocidade.

A CP participou na campanha de promoção de uso de transportes públicos na Semana da mobilidade entre 16 e 22 de Setembro e tiveram início os trabalhos de campo do Estudo de Mercado das linhas de Sintra e Azambuja.

Tendo em vista a adequação da Política Tarifária procedeu-se:

- ✓ a 1 de Fevereiro ao aumento tarifário nos serviços Alfa Pendular e Intercidades (excepto nos IC's de Évora e Beja);
- ✓ Em Julho teve lugar uma actualização tarifária, inicialmente não prevista, nos comboios suburbanos e efectuou-se uma actualização do IVA;
- ✓ Entrou em vigor em 1 de Março de 2010 a 2.ª fase do modelo tarifário da CP Regional;
- ✓ Lançou-se o Produto “Família” na CP Lisboa e na CP Longo Curso;
- ✓ Na CP Regional foi criada uma Assinatura sazonal para promoção do comboio nas deslocações às praias da região do Minho;
- ✓ Foi criado tarifário específico para Clientes com necessidades especiais, ao abrigo do acordo entre a CP e o Instituto Nacional de Reabilitação;
- ✓ Foi apresentada a proposta de reestruturação tarifária da CP Lisboa à AMTL. Este novo modelo visa o aumento da racionalidade e coerência do pricing dos serviços prestados, aguardando-se a decisão da AMTL para conclusão do projecto. Não se concretizou, ao contrário do que estava previsto, a adopção do critério PK na repartição da receita multimodal na CP Porto.

Com vista à melhoria da produtividade dos recursos:

- ✓ Concluiu-se o Programa Enterprise Lean SixSigma que visou implementar uma metodologia de melhoria contínua na CP Serviços;



- ✓ Prosseguiu o projecto Rhmais Futuro, com o alargamento do Sistema de Gestão de Presenças ao pessoal operacional. Implementou-se ainda a Central de Apresentações para o pessoal operacional circulante;
- ✓ Procedeu-se à implementação da Requisição Electrónica e iniciou-se o projecto da Facturação Electrónica;
- ✓ Iniciou-se o projecto SAP SNC com vista a implementação das novas normas contabilísticas;
- ✓ Instalaram-se plataformas de acesso ao material circulante nas linhas de estacionamento de várias estações da CP Regional;
- ✓ No âmbito da gestão de material circulante entraram ao serviço 5 das 17 automotoras diesel alugadas à RENFE (série 592), destinadas aos serviços Regionais, Interregionais e Internacionais nas Linhas do Douro, Minho e Vigo;

Os concursos de aquisição de material Circulante, para automotoras diesel e eléctricas da CP e para automotoras eléctricas do Metro Mondego, terminaram sem adjudicação, por eliminação de todos os concorrentes.

Foi assinado um protocolo com constituição do Conselho Consultivo das pessoas com necessidades especiais

A CP foi considerada como Prime e uma das melhores empresas no sector dos transportes ferroviários pela classificação obtida na área de ambiente e social pela Oekom Research. Juntamente com a EMEF, ficou em 1.º lugar no Prémio “Inovar e Cooperar” com o Projecto “Optimização de Consumo de Energia Eléctrica nas UME’s 3400”. Ao projecto CP.mobi foi atribuído o 2.º lugar desta distinção. Este projecto torna possível, a partir de um telemóvel, consultar horários ou contabilizar as vantagens ambientais da utilização do comboio em relação ao automóvel através do simulador ambiental (ECOviagem CP). Pelo projecto de Revisão das



Unidades Quádruplas Eléctricas com criação de características especiais adequadas ao transporte de pessoas de mobilidade reduzida, a CP ficou classificada em 2.º lugar no Prémio Acessibilidade aos Transportes.

No âmbito das Comemorações do Centenário da República a CP em parceria com a Refer promoveu a edição de Livro e exposição “O Caminho-de-Ferro 1910-2010”.

Em Junho, foi nomeado novo Conselho de Administração que, durante o segundo semestre procedeu à reorganização dos Órgãos Corporativos, Unidades de Serviços Partilhados e Frota e aprovou as linhas estratégicas para o mandato.

1.3 EMPRESAS PARTICIPADAS

O Conselho de Administração traçou como objectivo estratégico desenvolver uma estratégia de grupo sustentável. Isso significa estruturar as participações sociais existentes, ficando na directa dependência da CP e desenvolver uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respectivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas segmentos de actividade, tais como a manutenção ferroviária, a formação e mais recentemente efectuou o split do transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua actividade.

Em todas estas empresas detém a maioria do seu capital. Também tem algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

Participações Maioritárias

CP CARGA – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Participação CP – 100%

Capital Social – € 5.000.000

Tem por objecto social o transporte ferroviário de mercadorias, actividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, em 31 de Julho de 2009, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, em cumprimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o sector assumido por Portugal junto da União Europeia.

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - € 8.100.000

A EMEF foi constituída em 1992 e tem por objecto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção, de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudos de instalações oficinais para manutenção. Esta empresa, reveste-se assim da maior importância para o mercado nacional.

Esta empresa detém as seguintes participações sociais:

- **EMEF Internacional, S.A.**

Participação EMEF – 95%

Participação CP – 5%

Capital Social - € 50.000

Constituída em 2010, esta sociedade é um veículo comercial para a actividade internacional da EMEF, razão pela qual não tem instalações próprias. A sociedade tem por objecto o fabrico, a reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, navios e autocarros, engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte, estudo, manutenção e construção de instalações industriais e infra-estruturas ferroviárias, gestão industrial e actividades acessórias.

- **SIMEF, A.C.E.**

Participação EMEF – 51%

Participação Siemens – 49%

Capital – não tem

Agrupamento Complementar de Empresas constituído em 2009, tem por objecto social a sinergia e optimização das actividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 70% (os demais accionistas são o Metropolitano de Lisboa e a REFER)

Capital Social - € 50.000

Constituída em 1992, tem por objecto:

- a formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal das empresas accionistas, bem como do afecto a outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;



- a elaboração de estudos e projectos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- a prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- o ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, directamente ou por instituições participadas ou associadas.

É uma empresa estratégica para a CP.

Esta empresa detém as seguintes participações sociais:

- **ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação Fernave - 100%

Capital Social - € 50.000

Sociedade constituída em 1995 que tem como objecto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, selecção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos, diagnósticos e estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência,

alcoolismo e tabagismo, execução de acções de controlo anti-droga e anti-álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

- **TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, SARL (Moçambicana)**

Participação Fernave - 22%

Capital Social – 28.600.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objecto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e actuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

- **SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda.**

Participação Fernave - 10%

Capital Social - € 1.000.000

A sociedade foi constituída em 1988 e tem como objecto a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de avaliação estratégica e risco, bem como a elaboração de estudos nas ópticas económica e financeira, a prestação de serviços de informação económica e outras actividades relacionadas.

11

FERGRÁFICA - Artes gráficas, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - € 200.000

A FERGRÁFICA foi constituída em 1974 como sociedade por quotas, tendo sido em 1996 transformada em sociedade anónima. Tem por objecto o exercício da indústria gráfica e comercialização de produtos gráficos e actividades complementares.

Esta empresa cuja participação inicial da CP se justificava pelo importante papel na disponibilização atempada de títulos de transporte em papel, hoje em dia, deixou de ser estratégica para a CP devido à desmaterialização destes títulos.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação EMEF - 100%

Capital Social - € 5.000

A sociedade tem por objecto a actividade de mediação de seguros.

Participações Minoritárias

TIP, A.C.E. - Transportes Intermodais do Porto

Participação CP - 33.33%

Capital - € 30.000

É um Agrupamento Complementar de Empresas constituído em 2002 que tem por objecto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado directa ou indirectamente pelas entidades Agrupadas.

OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.

Participação CP - 14,28%

Capital - € 69.832

É um Agrupamento Complementar de Empresas constituído em 1996, com o objectivo de garantir o desenvolvimento do projecto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projecto.

STIFA — Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, S.A.

Participação CP - 22,5%

Capital Social - € 500.000

Constituída em 1991, tem por objecto social a comercialização do transporte e armazenamento de todo o tipo de automóveis, tractores, maquinaria diversa e outros, compreendendo ainda a prestação de serviços conexos com essa actividade.

(Em 24 de Fevereiro de 2011 foi declarada a insolvência da empresa).

Metro do Porto, S.A. (constituída em 1993)

Participação CP - 3,33%

Capital Social - € 7.500.000

Tem por objecto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A. (constituída em 1995)

Participação CP - 10%

Capital Social - € 125.000

Tem por objecto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A. (constituída em 2002)

Participação CP - 2,5%
Capital Social - € 1.075.000

Tem por objecto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A. (constituída em 1997)

Participação CP – 0,47%
Capital Social - € 1.064.825

Sociedade que tem por objecto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de acções destinadas a contribuir para a introdução de factores de correcção do tecido social, económico e cultural da cidade.

Participações Minoritárias Internacionais

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%
Capital Social - € 18.300.000

A sociedade tem por objecto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital Social - CHF 2.600.000.000

Tem como objecto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos accionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP - 1,54%

Capital Social - € 110.250

A sociedade tem objecto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos; de reconhecer as moedas nacionais utilizadas nas relações financeiras internacionais entre as suas associadas; de publicar periodicamente uma tabela de câmbios das moedas reconhecidas; de observar as variações das moedas reconhecidas e em caso de variação importante das taxas, de proceder à identificação dos períodos monetários.

1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS

A CP tem por missão prestar serviço de transporte ferroviário de passageiros, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança.

São seus desígnios:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes;
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Contratualização do serviço público,
- Comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;
- Valorização das relações com as comunidades locais,

Visa prestar um serviço de transporte ferroviário, orientado para o cliente e amigável das pessoas e do ambiente, capaz de satisfazer as expectativas de qualidade e de segurança dos seus clientes, pautando a sua actuação por critérios e objectivos de eficácia e de competitividade.

A actividade da CP tem subjacente como valores profundos, base do seu “core business”, a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, como valores posicionais que lhe permitem diferenciarse positivamente no mercado onde actua, o Profissionalismo, a Ética e a Iniciativa e como valores relacionais o Humanismo e o Compromisso.

Para atingir esta missão a CP dispõe de uma frota em serviço comercial nas Unidades de Negócio e CP Carga, SA a 31 de Dezembro de 2010, de 197 automotoras eléctricas, 48 automotoras diesel, 54 locomotivas eléctricas, 49 locomotivas diesel e 103 carruagens.

A actividade desenvolvida pela CP em 2010 fundamentou-se nos vectores acima referidos.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Acordos de Empresa/Sindicatos, os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tracção e de Licenciados e Bacharéis), o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, o Regulamento de Compras, o Manual de Qualidade e Ambiente, o Regulamento de Tratamento de Resíduos, de Políticas e Normas de Segurança e o Código de Ética.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, o Directório da Rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., na qualidade de gestor da infra-estrutura, respeitando o Regulamento 21/2005 do INTF e demais legislação aplicável acima citada.

Através do Directório da Rede são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

Ainda não se dispõe de um contrato que regule a relação entre a REFER e a CP, na base do respeito, do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização das ineficiências da infra-estrutura.



LEGISLAÇÃO / REGULAMENTAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA RELEVANTE
A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
Dec-Lei nº 137-A/2009, de 12 de Junho	Estatutos da CP
Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro	Regime Jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes
Dec-Lei nº 394/2007, de 31 de Dezembro, alterado pelo Dec-Lei nº 114/2009, de 18 de Maio	Investigação de acidentes ferroviários
Dec. Lei n.º 104/1997, de 29 de Abril, alterado pelo Dec-Lei nº 141/2008, de 22 de Julho	Criação da REFER
Dec-Lei nº 395/2007, de 31 de Dezembro	Criação do GISAF (entidade a quem compete a investigação de acidentes ferroviários)
Dec-Lei nº 147/2007, de 24 de Julho	Criação do IMTT
Dec. Lei n.º 39780, de 21 de Agosto de 1954	Regulamento de Exploração e Polícia do Caminho-de-ferro
Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro de 2007, que deu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro	Consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem aos cliente o livro de reclamações
Lei nº 28/2006, de 4 de Junho, cujo n.º 2 do art.º 5.º foi alterado pelo DL n.º 14/2009, de 14 de Janeiro	Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros (passageiros sem título ou com título inválido). Preços e Condições do contrato de transporte ferroviário



LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
Dec. Lei n.º 8/1993, de 11 de Janeiro Portaria n.º 50/94, de 19 Janeiro - Fixação de preços dos títulos combinados Dec-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março	
Dec. Lei 231/2007, de 14 de Junho, que altera e republica o Dec. Lei 270/2003, de 28 de Outubro, com alterações introduzidas pelo DL 20/2010, de 24.3 e DL 27/2011, de 17.2	Condições de Prestação dos Serviços de Transporte e de gestão da infra-estrutura Ferroviária
Regulamento n.º 21/2005 do INTF – Taxas de utilização da infra-estrutura Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de Maio - estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional, revoga o capítulo iv do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro	Taxa de Utilização
Dec-Lei n.º 568/99, 23 de Janeiro – Aprova o Regulamento de Passagens de Nível, alterado pelo DL 24/2005, de 26 de Janeiro Regulamento n.º 18/2000 do INTF- Autorização de circulação de material circulante em exploração Dec-Lei n.º 75/2003, 16 Abril – Aprova o regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional. Portaria n.º 168/2004, 18 de Fevereiro – Aprova o modelo relativo ao seguro obrigatório e o modelo relativo à licença de prestação de serviço de transporte nacional ferroviário e define o modelo de licença de prestação de serviço de transporte ferroviário internacional Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de Março -Procede à liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros na infra-estrutura ferroviária nacional e define as respectivas regras de acesso, transpondo a Directiva 2007/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007 <u>Regulamento n.º 443/2010</u> , de 17 de Maio - procedimentos de emissão de certificado de segurança a obter pelo operador	Operação



LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
<p>Despacho Conjunto n.º 261/99, 5.3.1999 – Estabelecimento da concessão CP, com a alteração resultante do Despacho n.º 20408/2009, publicado na 2ª série do D.º Republica, de 10.9.2009 (as instalações nele mencionadas que estavam afectas à Fergráfica e constavam desta listagem por força deste despacho transitaram para a REFER).</p> <p>Dec-Lei n.º 558/99, 17 de Dezembro – alterado e republicado pelo Dec-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto - Aprova o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado</p> <p>Dec. Lei n.º 276/2003, 4 de Novembro – Domínio Público Ferroviário</p> <p>Lei 18/2008, de 18 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos (entra em vigor em 30.7.08)</p> <p>Dec-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto (indemnizações compensatórias)</p> <p>Resoluções do Conselho de Ministros (sobre o bom governo das empresas do sector empresarial do Estado):</p> <ul style="list-style-type: none">- nº 49/2007, de 28 de Março- nº 70/2008, de 22 de Abril <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de Dezembro que:</p> <ul style="list-style-type: none">- mandata a REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE, para identificar no 1.º trimestre de 2011 as linhas ou troços susceptíveis de desclassificação, nos termos da Lei de Bases dos Sistemas de Transportes Terrestres;- antecipa para 2011 do processo de concessão de serviços de transporte ferroviário de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, incumbindo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. da elaboração dos estudos tendentes ao lançamento dos procedimentos concursais até ao final do 1º semestre de 2011.	<p>Outros diplomas</p>



LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
<p>Regulamento (CE) n.º 653/2007, de 13 de Junho, relativo à utilização de um modelo europeu comum de certificado de segurança e respectivo requerimento, e ainda à validade dos certificados de segurança emitidos ao abrigo da Directiva 2001/14/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Fevereiro. Entrou em vigor no dia 15.6.2007</p> <p>Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor dia 3.12.2009</p> <p>Decisão da Comissão n.º 2007/756/CE, de 9 de Novembro, sobre especificações comuns do registo nacional de material circulante previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º da Directiva 96/48/CE e da Directiva 2001/16/CE.</p> <p>Regulamento (CE) n.º 352/2009 da Comissão, de 24 de Abril de 2009, relativo à adopção de um método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos, conforme referido no n.º 3, alínea a), do artigo 6.º da Directiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, aplicável a partir de 19 de Julho de 2010 a todas as alterações técnicas significativas em veículos e a todas as alterações que digam respeito a sub-sistemas estruturais, quando exigido pelo n.º 1 do artigo 15.º da Directiva 2008/57/CE ou por uma ETI.</p> <p>Decisão n.º 2010/17/CE da Comissão, de 29 de Outubro de 2009, relativa à adopção dos parâmetros básicos para os registos das cartas de maquinista e dos certificados complementares previstos na Directiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho</p> <p>Regulamento (UE) n.º 36/2010 da Comissão de 3 de Dezembro de 2009, relativo aos modelos comunitários de carta de maquinista, certificado complementar, cópia autenticada do certificado complementar e formulário de pedido da carta de maquinista</p>	<p>Legislação comunitária diversa, directamente aplicável</p>

3. CADEIA DE VALOR

A análise da cadeia de valor consiste no estudo, desagregado das actividades de relevância estratégica da empresa, de modo a nelas alcançar a eficiência, detectando potenciais factores de diferenciação e competitividade.

A CP desenvolve um conjunto de actividades estratégicas de prestação de transporte ferroviário de pessoas e bens, manutenção e reconstrução de material circulante ferroviário, Formação profissional e outros serviços complementares cujo valor percebido pelo cliente nem sempre corresponde ao efectivo valor acrescentado. Tal decorre de um longo e histórico processo regulatório de preços.

Esta matéria, pela sua importância carece de uma análise aprofundada que será desenvolvida em futuros relatórios. Contudo, é nossa convicção de que os serviços ferroviários que operamos têm significativos ganhos sociais sendo competitivos em matéria de grandes e concentradas deslocações populacionais bem como no transporte de longa distância de mercadorias.

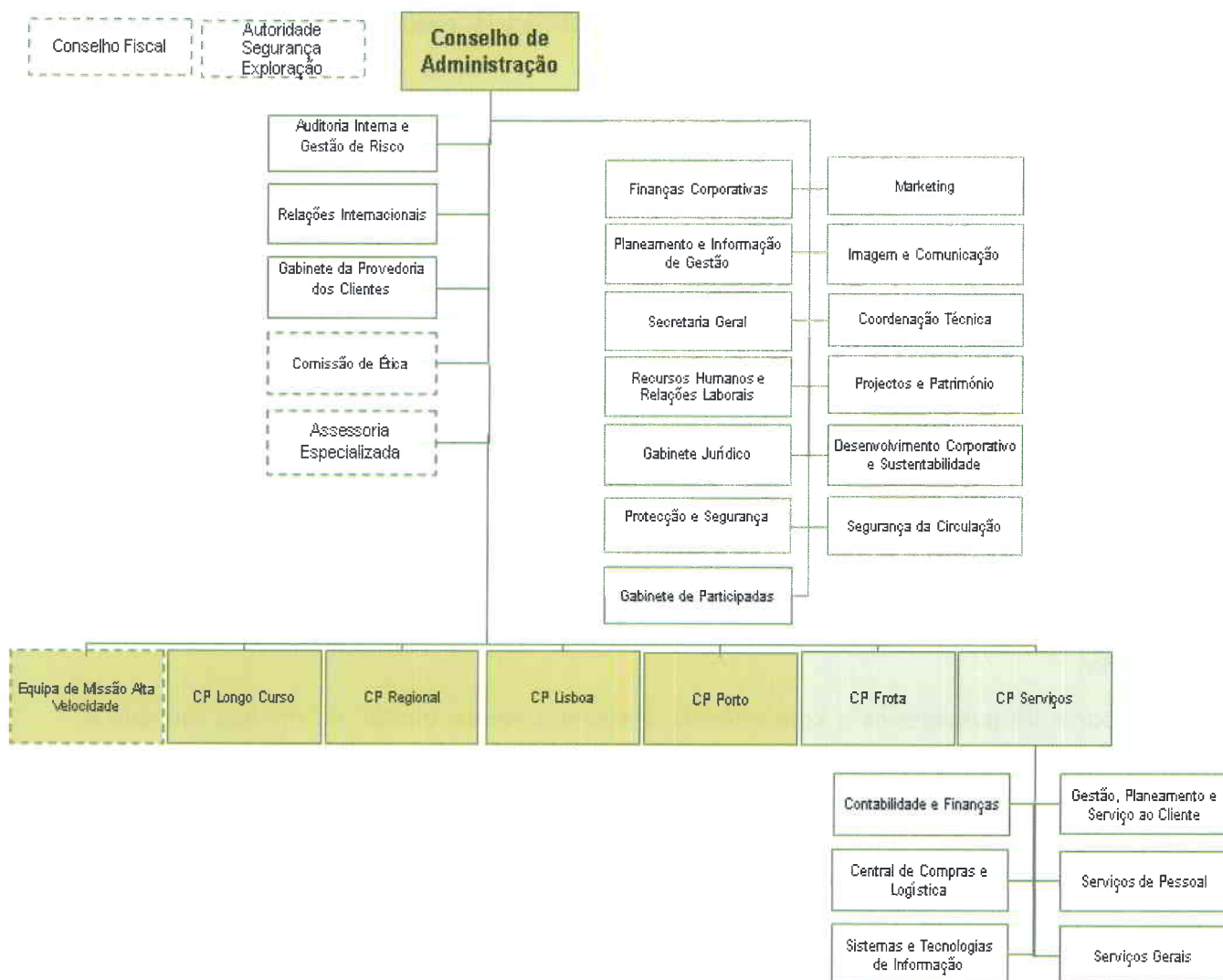
No transporte de passageiros a concorrência é essencialmente modal, na medida em que a actividade se exerce por concessão. Já no transporte de mercadorias a concorrência interna é hoje possível.

O valor acrescentado do transporte ferroviário é hoje muito elevado e mais económico que outros modos de deslocação, nomeadamente o transporte individual. A CP, ao realizar anualmente cerca de 130 milhões de deslocações de pessoas presta um enorme serviço à economia e aos cidadãos deste país.



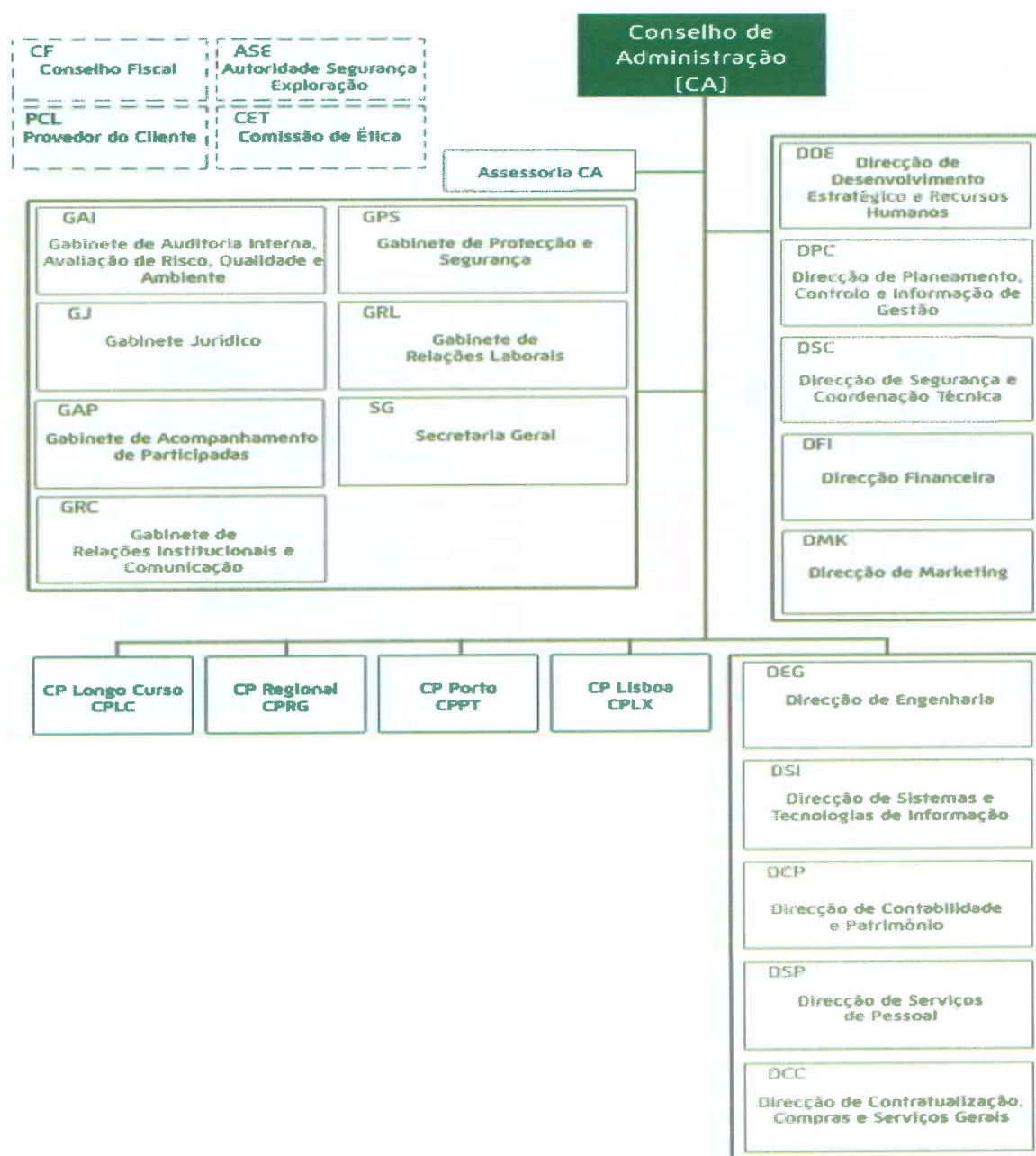
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 2010 a estrutura organizacional, em vigor durante praticamente todo o ano, foi a seguinte:





Na sequência da reorganização encetada em Dezembro de 2010 a estrutura organizacional passou a ser a seguinte:



5. MODELO DE GOVERNO



O actual CA da esquerda para a direita: Dr.ª Madalena Paixão de Sousa, Dr.ª Cristina Maria dos Santos Dias, Dr. José Salomão Coelho Benoliel, Dr. Alfredo Vicente Pereira e Professor Nuno Alexandre Moreira

De 1 de Janeiro 2010 a 16 de Junho 2010 os Órgãos Sociais tiveram a seguinte composição:

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Cardoso dos Reis
Vice-Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel
Vogal (1): Dr. Paulo José da Silva Magina
Vogal (2): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogal (3): Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal Roc: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Em 17 de Junho 2010, por resolução do CM, o CA passou a ter a seguinte composição:

Conselho de Administração

Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogal (2): Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal (3): Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

O Conselho Fiscal não foi alterado continuando com a composição seguinte:

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal Roc: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho



Funções e responsabilidades

Entre 1 de Janeiro 2010 a 16 de Junho 2010 a distribuição de responsabilidade pelos membros do CA era a seguinte:

Cargo	Nome	Funções Responsabilidades
Presidente do CA	Eng.º Francisco José Cardoso Reis	Planeamento e Informação de Gestão Marketing e Serviço ao Cliente Comunicação Estratégica Desenvolvimento Organizacional e Gestão da Mudança Autoridade de Segurança da Exploração
Vice-Presidente	Dr. José Salomão Coelho Benoliel	CP Carga CP Frota Auditoria Interna e Gestão de Risco
Vogal	Dr. Paulo José da Silva Magina	CP Lisboa CP Serviços Finanças Corporativas
Vogal	Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira	CP Regional CP Longo Curso Qualidade Ambiente Segurança e Coordenação Técnica
Vogal	Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga (*)	CP Alta Velocidade CP Porto Projectos e Património Recursos Humanos Corporativos



Secretaria Geral

(*) Pediu demissão da CP em 1.12.2009, com efeitos a 31.01.2010

Após 17 de Junho 2010 a distribuição de áreas de responsabilidade passou a ser:

Cargo	Nome	Funções Responsabilidades
Presidente	Dr. José Salomão Coelho Benoliel	Auditoria Interna e Gestão Risco Comissão de Ética Assessoria Especializada Relações Internacionais Gabinete de Participadas Gabinete da Provedoria dos Clientes Imagem e Comunicação
Vice-Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira	Planeamento e Informação de Gestão Finanças Corporativas CP Serviços Projectos e Património
Vogal	Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira	Equipa de Missão Alta Velocidade Coordenação Técnica Segurança da Circulação Protecção e Segurança CP Longo Curso CP Regional CP Frota
Vogal	Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Desenvolvimento Corporativo e Sustentabilidade Marketing CP Porto CP Lisboa
Vogal	Dr.ª Madalena Paixão de Sousa	Recursos Humanos e Relações Laborais Secretaria Geral Gabinete Jurídico



Em Dezembro 2010 o CA alterou a área de responsabilidades, na sequência das modificações introduzidas na orgânica da CP.

Cargo	Nome	Funções Responsabilidades
Presidente	Dr. José Salomão Coelho Benoliel	Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente Gabinete de Acompanhamento das Participadas Provedor do Cliente Autoridade de Segurança da Exploração
Vice-Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira	Direcção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão Direcção Financeira Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação Direcção de Contabilidade e Património Direcção de Contratualização, compras e Serviços Gerais
Vogal	Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira	Gabinete de Protecção e Segurança Direcção de Segurança e Coordenação Técnica Direcção de Engenharia CP Longo Curso CP Regional
Vogal	Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Direcção de Marketing CP Lisboa CP Porto
Vogal	Dr.ª Madalena Paixão de Sousa	Gabinete Jurídico Gabinete de Relações Laborais Secretaria Geral Direcção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos Direcção de Serviços de Pessoal

Número de reuniões do Conselho de Administração no ano de 2010

Durante o ano de 2010 foram realizadas 63 (sessenta e três) reuniões do Conselho de Administração.

Decisões mais relevantes adoptadas pelo Conselho de Administração em 2010

- Protocolo de intenções entre a RENFE Operadora e a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) com vista à exploração conjunta da futura Rede Ferroviária Ibérica de Alta Velocidade;
- Desenvolvimento de utilização do MBBILHETE em todas as Estações CP;
- Parceria entre a Câmara Municipal da Amadora, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, a Câmara Municipal de Odivelas, o Metropolitano de Lisboa E.P.E. e a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), relativo ao MetroBUS que vai ligar a estação de comboio da Reboleira ao Norte do Concelho, estando estimado um aumento de procura de 40.000 novos passageiros;
- Novo produto família e promoção do segmento escolar na CPLX;
- Contrato de Fornecimento de Energia Eléctrica em Alta e Muito Alta Tensão com a EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.;
- Melhoria nas condições comerciais de aquisição do gasóleo para tracção – Contrato CP/Petrogal;
- Acordos para implementação do passe sub23@superior.tp;
- Estudo da Concentração de Serviços e Empresas do Grupo CP no Pólo Ferroviário da Amadora;
- Apoio da CP ao Projecto ‘Por uma Eco-Europa’;

- Conclusão da 1ª Fase do Projecto do Fecho das Estações da CP Lisboa nos serviços urbanos de Lisboa;
- Reorganização dos Serviços Centrais;
- Contrato celebrado entre a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) e a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. - adaptação de 45 carruagens para 200 km/h;
- Revisão do Contrato de Aluguer de Material Motor afecto à CP Carga, S.A.;
- Comemorações do Centenário da República - Exposição “O Caminho-de-Ferro 1910-2010” – Edição de Livro em parceria com a Refer;
- Articulação CP/ECOSAÚDE, no que respeita à assistência a clientes vítimas de acidentes /incidentes traumáticos nas estações e comboios;
- Continuação da implementação do projecto de bilhética sem contacto nos serviços urbanos de Lisboa e Porto;
- Protocolo de valorização do material circulante e peças de índole histórica transferidas para a Fundação do Museu Nacional Ferroviário;
- Protocolos e-requisição com várias entidades e instituições;
- Aluguer de automotoras da classe 592 da Renfe para serviço comercial regional – Linhas do Minho e Douro;
- Gestão de presenças e central de apresentações nos serviços urbanos de Lisboa e Porto;
- Promoção de acções para utilização do comboio, a associação a eventos culturais, desportivos, turismo e viagens de grupo acrescem a sua procura em 7,3% de passageiros em Setembro face ao ano transacto, na CPPT;



- Campanha de comunicação dos canais de venda automáticos de títulos de transportes “A partir de qualquer lugar - para tornar o seu dia-a-dia mais simples” para os clientes dos serviços Alfa Pendular e Intercidades;
- CP distinguida com segundo prémio para os projectos inovadores, no caso concreto referente a Acessibilidade, lançado pelo IMTT com o projecto “Revisão de Nível 2 das Unidades Quádruplas Eléctricas (UQE’s)”. A inovação do projecto assenta na implementação de uma rampa de embarque escamoteável para cadeira de rodas, sendo os primeiros comboios urbanos em Portugal dotados com esta plataforma;
- Introdução de um seccionador na catenária da linha nº 14 do parque oficial do Entroncamento, beneficiando a zona de lavagem das UTE’s ao permitir o posicionamento da automotora pelos seus próprios meios na zona referida, evitando a necessidade de manobras com material de reboque.

Currículos dos Membros do Conselho de Administração

✓ 2010-2012

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: DR. JOSÉ SALOMÃO COELHO BENOLIEL

Desde Junho de 2010 Presidente do Conselho de Administração da CP- Comboios de Portugal, E.P.E.

Desde 2008 – membro do Conselho de Gerência da CP, e Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E. até Junho de 2010.

Licenciado em Economia pelo I.S.C.E.F. (1967), com os cursos de Mestrado em Transportes, I.S.T. (1988) e o curso de Gestão de Empresas da American Management Association, M.C.E. (1972).

No seu percurso profissional, entre outras, exerceu funções de Senior Consultant e Chief Executive Officer no Grupo General Maritime Corporation (New York); Vice-Presidente do Conselho de Administração da Soponata - Sociedade Portuguesa de Navios Tanques SA., Administrador-delegado da ESLI – Parques de Estacionamento de Lisboa, SA, Presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Luso-Alemã SA e Administrador-delegado da Metalúrgica Luso Italiana SA. do Grupo José Mello; Gerente Executivo da Lusibéria, Transitários, Lda do Grupo Muñoz y Cabrero (Barcelona); Gerente Executivo da RN Trans - Actividades Transitárias, Lda; Administrador-delegado da Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Industria Hoteleira, SARL.

VICE-PRESIDENTE: DR. ALFREDO VICENTE PEREIRA

Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte lectiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management avance (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa.

No seu percurso profissional, foi desde 2005, Vice-Presidente da REFER, E.P.E. – gestão da infra-estrutura ferroviária.

Anteriormente foi Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto Director Executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi Presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, sub-holding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de gestão da VALORSUL e da GENERG.

Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999. Actualmente é professor convidado no ISG.

1º. VOGAL: PROF. NUNO ALEXANDRE BALTAZAR SOUSA MOREIRA

Desde Novembro de 2005 – Vogal do Conselho de Gerência, e actualmente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Entre 2005 e 2006 foi presidente do Conselho de Administração da Fergráfica e entre 2006 e 2008, Vogal do Conselho de Administração da mesma.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa, ramo de Estruturas, mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (1990) e doutorado em Engenharia de Sistemas pelo IST (2000).

No seu percurso profissional, exerceu como docente no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, que acumulou com as funções de Coordenador da Secção de

Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas e de Coordenador do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas.

Em paralelo à actividade de docente exerceu consultoria no âmbito da Engenharia de Sistemas a empresas do sector Ferroviário, Industrial e de Serviços.

Foi ainda Vice-Presidente do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Investigação Operacional.

2º. VOGAL: DR.ª CRISTINA MARIA DOS SANTOS PINTO DIAS

Desde Fevereiro de 2005, Director de Direcção na CP - Comboios de Portugal, E.P.E. com responsabilidade pelas áreas de Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente.

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa, 1985-1990 e Mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG), pós-graduada em "Competitiveness of the European Railways", no European Training Centre for Railways (ETCR) - Brugge 1999 e em "Altos Estudos de Transportes" promovido pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP), 1999-2000.

No seu percurso profissional foi membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, da Comissão de Acompanhamento do projecto Metro ao Sul do Tejo, e do projecto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira. Foi também Assessora para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional - Professor Doutor António Pedro de Carmona

Rodrigues; Director do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-INTF; Chefe de Serviço pela Área de Gestão no Gabinete de Auditoria Interna da CP e antes Auditora na área de Gestão na empresa de Caminhos-de-Ferro Portugueses, CP, EP.. Docente na pós-graduação de Leadership & Management, no Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG.

3º. VOGAL: DR.ª MADALENA PAIXÃO DE SOUSA

Licenciada em Sociologia, com especialidade em Organização, Trabalho e Gestão, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa e MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa.

No seu percurso profissional exerceu funções centradas na Gestão de Recursos Humanos, tendo assumido o cargo de Director Nacional de Recursos Humanos da Lear Corporation Portugal, e Director de Recursos Humanos da Johnson Controls II, Assentos de Espuma Lda, da Tenneco Automotive, Sistemas de Escapes, Lda – e da Rodoviária Nacional, E.P.

Curriculum dos membros do CA que cessou funções em 16 Junho 2010:

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: ENGº FRANCISCO J. CARDOSO DOS REIS

Desde Julho de 2006 Presidente do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE. Nessa

qualidade exerce funções em empresas participadas pela CP, sendo presidente do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A., desde Novembro de 2006., tendo sido presidente da Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A entre 2006 e 2008. É actualmente vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia.

É ainda membro dos comités de Gestão da CER – Community of European Railway and Infrastructure Companies e do Comité de Gestão da UIC – Worldwide International Organisation of the Railway - Europa desde Janeiro de 2007.

Com vasta experiência no sector dos transportes ferroviários, foi anteriormente Presidente do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., (2000-2002), da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., (2001-2002), da Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A., (2003-2006 e 1997-2000). Foi ainda engenheiro do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa (GNFL) (1988-1990), vogal do Conselho Directivo (1990-1992) e vice-presidente do GNFL entre 1993 e 1997 e vogal do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P., (1997-2000). Foi igualmente presidente do Agrupamento Europeu de Interesse Económico Portugal - Espanha, AVEP – Alta Velocidade Espanha – Portugal, (2001-2002), vice-presidente da associação dos gestores europeus de infra-estruturas ferroviárias – EIM, (2002) e vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, na área de especialização em caminhos-de-ferro. Iniciou a sua carreira como engenheiro da empresa Caminhos de Ferros Portugueses - CP, E.P., em Outubro de 1982, integrando o quadro do Gabinete de Estudos e Projectos da Direcção de Equipamento.

É licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico, ramo de urbanização e transportes, com a média final de 14 valores (1980). Exerceu como docente da Pós-Graduação em

Engenharia Ferroviária, ministrada na Universidade Católica Portuguesa no ano lectivo de 2004/2005, na cadeira de Renovação e Upgrading da Infra-Estrutura Ferroviária.

VICE-PRESIDENTE: DR. JOSÉ SALOMÃO COELHO BENOLIEL

Actualmente Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E..
Elementos biográficos apresentados em ponto anterior deste documento.

1º. VOGAL: DRº PAULO JOSÉ DA SILVA MAGINA

Desde Julho de 2006, Vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE., exercendo ainda funções em empresas participadas pela CP, sendo para o efeito vogal do Conselho de Administração da EMEF, presidente do Conselho de Administração da Fergráfica, Artes Gráficas, S.A. e vogal do conselho de administração da Eurofima.

Anteriormente foi adjunto do Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes no XVII Governo Constitucional (2005-2006). Entre 2003 e 2006 desenvolveu o projecto da Infocapital, Representação Informática, S.A., na qual foi Presidente do Conselho de Administração e Chief Financial Officer, tendo sido igualmente consultor financeiro e assessor da administração de várias empresas. Entre 1996 e 2003 foi sócio do Fundo Europeu de Investimentos Euroknights IV e vogal do Conselho de Administração de várias empresas detidas pelo Fundo em vários sectores de actividade. Foi ainda director de Investimentos, Projectos e Concessões da Argos Soditic Portugal – Consultadoria, Lda. e analista sénior da Quifel SGPS, S.A., holding de investimentos privada



(1992-1996). Começou a carreira em 1991 como analista do Chemical Bank para as áreas de risco, crédito e mercado de capitais.

Tem uma licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, com a média de 15 valores (1991). Foi docente no PAFE – Programa Avançado de Finanças para Executivos, da Universidade Católica Portuguesa e docente convidado no MBA (Masters in Business Administration) da mesma Universidade, na disciplina de Planeamento Estratégico Financeiro (2004-2006).

2º. VOGAL: PROF. NUNO ALEXANDRE BALTAZAR SOUSA MOREIRA

Actualmente 1º Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E..
Elementos biográficos apresentados em ponto anterior deste documento.

3º. VOGAL: DRº RICARDO BEXIGA

Foi vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE. de Janeiro de 2008 a Janeiro de 2010. Nessa qualidade exerceu funções em empresas participadas pela CP., sendo presidente do Conselho de Administração da Fernave e vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto.

Anteriormente foi membro dos Conselhos Directivos do INH – Instituto Nacional da Habitação e do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, tendo participado na criação do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Foi igualmente

membro da CAEOPP – Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, da CAECAL – Comissão de Análise e Estudos de Conjuntura e de Acompanhamento de Legislação, da Secretaria de Estado das Obras Públicas, e da Comissão de Acompanhamento do Acordo Social da EXPO 98 e participou em diversas comissões de revisão legislativa, designadamente nas áreas da contratação pública.

Foi ainda consultor da Deloitte & Touche e da Quaternaire Portugal e administrador da Dunadouro, Sociedade de Construções e da Hidrodesign.

Trabalhou como adjunto da Ministra do Ambiente e Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Competitividade e da Internacionalização no XIII Governo Constitucional. Foi Vereador da Câmara Municipal de Gondomar e Deputado da Assembleia da República na IX Legislatura. É Auditor de Defesa Nacional, do Instituto de Defesa Nacional.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto (1987). Concluiu Pós-Graduações nas áreas do Direito Público, Gestão, Estudos Europeus e Ciência Política (Políticas Públicas).

CONSELHO FISCAL

Presidente - Dr. Issuf Ahmad

Data de nascimento: 01 de Maio de 1953

Natural de Moçambique

Residência: Av. D. João II, Lote 1.13.03 – 3º. H, 1990-079 Lisboa

Habilitações Literárias: Licenciado em Economia em 1980 pela Faculdade de Economia do Porto (Portugal)

Cargos Exercidos:

- Ingresso no Quadro do Serviço de Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, em 1 de Junho de 1982, como inspector de finanças estagiário;
- Assessor do Secretário de Estado do Tesouro, no período de Setembro de 1986 a Março de 1987;
- Consultor e Consultor Principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas de 1987 a 1991;
- Subdirector-Geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de Maio de 1991 a Janeiro de 1993;
- Director-Geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de Fevereiro de 1993 a Maio de 1996;
- Director-Geral do Património do Estado de Maio de 1996 a Novembro de 2001;
- Membro do Conselho Directivo da FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, no período de Maio de 1996 a Novembro de 2001;
- Inspector de Finanças Superior Principal, de Dezembro de 2001 a Junho de 2003.
- Assessor do Director Geral dos Impostos, de Julho 2003 a Maio 2004;
- Inspector de Finanças Superior Principal, de Junho 2004 a Dezembro de 2004;

- Outras Actividades Profissionais:

- Consultor Externo do Tribunal de Contas em 2006 e 2007;
- Presidente da Comissão de Fiscalização da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, desde Janeiro de 2002;
- Revisor Oficial de Contas desde 1991;
- Auditor do Centro Hospitalar de Lisboa Norte;
- Presidente do conselho fiscal da ANAM – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA, de 1994 a 1996;
- Conselheiro do CES - Conselho Económico e Social, para o Sector Empresarial do Estado, de 1991 a 1996;
- Presidente da Comissão de Reestruturação do Sector da Construção e Reparação Naval, em 1993;
- Acompanhamento, conjuntamente com os Ministros das Finanças e das Obras Públicas e Transportes, do Grupo de Trabalho para a Reestruturação do Sector Ferroviário em Portugal, em 1993;
- Árbitro do Governo para os processos de indemnização em consequência da nacionalização do sector de transportes terrestres, em 1993;



- Representante do Estado na Parque Expo 98, SA, desde a sua constituição, em 1993, até Novembro de 1995;
- Vice-Presidente da Comissão do Livro Branco para o Sector Empresarial do Estado, em 1996;
- Representante do Ministério das Finanças na Comissão para a Travessia Ferroviária do Eixo Norte-Sul (travessia sobre a Ponte 25 de Abril) de 1992 a 1997;
- Presidente da Assembleia Geral da Parpública, SGPS, SA desde a sua constituição, em 1993, até Junho 2004;
- Participação na comissão de renegociação da dívida de Moçambique a Portugal, em 1988;
- Participação na cooperação com Angola, Moçambique e Cabo Verde, nas áreas de finanças públicas, empresas públicas e património estatal;
- Analista Financeiro no Gabinete de Estudos Económicos do BPA, no Porto, em 1981 e 1982;
- Consultor Financeiro de empresas, de 1980 a 1995;
- Realização do programa de visita oficial aos Estados Unidos da América, em 1994, a convite do Governo Federal Americano, através da respectiva Embaixada em Lisboa.

ROC - Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Licenciado em Finanças (1972/1973) pelo Instituto Superior de Economia (actual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa e Mestre em Gestão pela mesma Universidade desde 1986.

Iniciou a sua actividade profissional na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em Março de 1974, tendo posteriormente empreendido um percurso profissional no domínio da gestão empresarial





pública e privada. Em 1988, após aprovação em exame, inscreveu-se como Revisor Oficial de Contas (n.º 585 da respectiva Lista), actividade que, a partir de 1990, passou a exercer integrado na sociedade que fundou, actualmente denominada Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

A sua actividade como Revisor Oficial de Contas é actualmente exercida em diversas sociedades e entidades públicas e privadas, na qualidade de Fiscal Único ou integrando o órgão de fiscalização. Sob a sua responsabilidade têm sido realizadas múltiplas auditorias no âmbito do controlo dos fundos comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão).

É Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, sendo actualmente responsável pela disciplina de “Auditoria” da licenciatura em Gestão e de diversos mestrados. É também o responsável pela disciplina de “Financial Accounting” no MBA do ISEG, leccionando ainda matérias conexas em diversos cursos de Pós-graduação deste Instituto.

Vogal - Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

1. Dados pessoais

Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Data de nascimento – 26 de Outubro de 1943

Nacionalidade portuguesa

Casado - BI nº 998221

Endereço profissional – Calçada do Duque, 20 Código Postal: 1249 – 109 Lisboa

Telefone local trabalho – 211023096

Telemóvel – 917278459

E-mail – cmcarvalho@cp.pt

2. Habilitações académicas

Curso de Engenharia Químico - Industrial do IST, concluído no ano lectivo de 1969/70, com média final de 14 valores.

Estágio profissional efectuado no primeiro trimestre de 1974, na fundição da CP, no Barreiro, na área de Metalurgia, após regresso do serviço militar em Moçambique.

Membro da Ordem dos Engenheiros.

3. Actividade profissional

Actividade profissional na Caminhos de Ferro Portugueses, EP, desde 13 de Maio de 1974.

Ingresso inicial como técnico superior do Sector de Técnicas de Transportes, do Serviço de Estudos, da Direcção de Transportes.

Chefe de Sector de Técnicas de Transportes, do Serviço de Estudos, da Direcção de Técnicas de Transportes.

Transferência para as funções de Chefe de Sector na área de mercadorias do Serviço de Produção, da Direcção de Transportes.

Nomeação para Chefe de Serviço de Passageiros e, posteriormente, Chefe de Divisão de Passageiros, da Direcção de Produção de Transportes.

Nomeação para Director de Departamento do Planeamento Operacional da Unidade de Viagens Interurbanas e Regionais (UVIR).

Nomeação para Director de Operações da UVIR.

Nomeação para Director de Direcção do Gabinete de Regulamentação e Segurança da Circulação (GRS).

Actualmente, Director de Direcção da Regulamentação e Segurança da Circulação (RSTC).

Actualmente, Director do Projecto CP Mais Segurança.

Representante da CP em diversas Comissões e Grupos de Trabalho da União Internacional dos Caminhos de Ferro (UIC), desde a Comissão Movimento, passando por Comissões e GT na área de mercadorias e de passageiros, assim como no âmbito do trabalho ao nível do planeamento do tráfego internacional de passageiros (pré - CEH, CEH, programação de emigrantes, programação de peregrinos e FTE).

Participação em diversos Seminários da UIC.

Actualmente, representante da CP na Plataforma Segurança da UIC.

4. Actividade na Comissão de Fiscalização da CP

Nomeado Vogal da Comissão de Fiscalização da CP, em representação dos trabalhadores.

Auditor Externo

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Edifício Monumental

Avenida Praia da Vitória, 71 – A, 11º

1069-006 Lisboa



Estatuto Remuneratório

Com as alterações ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (RJSEE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, assim como, com a publicação do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março e posterior alteração, foram introduzidas regras de gestão tendentes a imprimir ao Sector padrões de exigência, rigor, eficiência e transparência.

Neste sentido, ao abrigo artigo 8º dos Estatutos da CP, aprovados pelo Decreto-Lei nº 137-A/2009, de 12 de Junho, conjugado com o nº 2 do artigo 28º do EGP, foi determinado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 30 de Julho de 2009, com efeitos a 13 de Julho de 2009, o seguinte:

- Remuneração mensal fixa do Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de € 7.225,60 (sete mil duzentos e vinte e cinco euros e sessenta centímetros);
- Remuneração mensal fixa do Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de € 6.719,81 (seis mil setecentos e dezanove euros e oitenta e um centímetros);
- Remuneração mensal fixa dos Vogais do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de € 6.306,64 (seis mil trezentos e seis euros e sessenta e quatro centímetros).

A remuneração mensal fixa de todos os membros do Conselho de Administração é paga catorze vezes ao ano.



Os membros do Conselho de Administração têm ainda direito aos seguintes benefícios: .

Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;-

Utilização pessoal de viatura de serviço , com limite de renda mensal de € 1.000 para os Presidente e Vice-Presidente e de € 900 para os restantes membros do Conselho de Administração, limite dentro do qual se incluem despesas com seguro e manutenção;

- Utilização pessoal de telemóvel, com um plafond mensal.

Por sua vez, nos termos do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças nº 5696-A/2010, de 25 de Março, foi decidida a não atribuição de prémios de gestão aos administradores públicos no ano de 2010.

Na sequência da publicação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida em 5% a partir de 01 de Junho de 2010 (cfr. nº 1 do artigo 12º e nº 4 do artigo 20º).



COMBOIOS DE PORTUGAL



6. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remunerações 2010 – De 1 de Janeiro de 2010 a 16 de Junho de 2010

Unid: €

	Presidente Engº Cardoso dos Reis	Vice- Presidente Dr. José Benotiel	Vogal Dr. Paulo Magina	Vogal Prof. Nuno Moreira	Vogal Dr. Ricardo Bexiga
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base/Fixa	49.857	33.599	43.621	31.533	14.190
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	0	0	0	0	0
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	49.857	33.599	43.621	31.533	14.190
1.4. Senha de presença	na	na	na	na	na
1.6. Acumulação de funções de gestão	na	na	na	-2.531	na
1.7. Remuneração variável	na	na	na	na	na
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	na	na	na	na	na
2. Outras regalias e compensações (*)					
2.1. Gastos na utilização de telefones	2.988	586	797	963	na
2.2. Subsídio de deslocação	na	na	na	na	na
2.3. Subsídio de refeição	631	453	432	453	na
2.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime convencionado	8.251	5.345	6.972	2.505 CGA	2.250
3.2. Seguros de saúde	83	83	83	83	83
3.3. Seguros de vida	110	110	110	110	110
3.4. Outros (Acidentes de Trabalho)	6	6	6	6	6
4. Parque Automóvel					
4.1. Marca	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	E220CDIAvantg	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIEleg
4.3. Matrícula	98-FQ-05	98-FQ-03	23-FX-75	24-FX-03 e 98-FQ-33	
4.4. Valor de aquisição da viatura	na	na	na	na	na
4.5. Ano de aquisição da viatura/Renting	2008	2008	2008	2008	na
4.6. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	5.768	5.523	5.223	11.046	na
4.7. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.041	1.319	2.277	3.160	na
4.8. Outros (identificar detalhadamente)					
Seguro	648	606	855	1.453	na
Via Verde	97	269	433	869	na
Estacionamento	1	25	1	na	na
Conservação e reparação	378	93	17	113	na
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	na	na	na	na	na
5.2. Regime convencionado	na	na	na	na	na
5.2.1. Segurança social (s/n)	na	na	na	na	na
5.2.2. Outro (s/n)	na	na	na	na	na
5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	na	na	na	na	na
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na

*Este quadro segue rigorosamente a minuta emitida pela DGTF. O CA entende não serem regalias os bens da empresa que utiliza para o exercício das suas funções.



Remunerações 2010 – De 17 de Junho de 2010 a 31 de Dezembro de 2010

Unid: €

	Presidente Dr. José Benoliel	Vice- Presidente Dr. Vicente Pereira	Vogal Prof. Nuno Moreira	Vogal Drª Cristina Dias	Vogal Drª Madalena Paixão
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base/Fixa	64.383	50.620	56.444	46.564	47.508
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	2.515	2.162	2.207	2.029	2.029
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	61.868	48.458	54.237	44.535	45.479
1.4. Senha de presença	na	na	na	na	na
1.6. Acumulação de funções de gestão	na	na	-5.062	na	na
1.7. Remuneração variável	na	na	na	na	na
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	na	na	na	na	na
2. Outras regalias e compensações (*)					
2.1. Gastos na utilização de telefones	977	403	1.302	854	451
2.2. Subsídio de deslocação	na	na	na	na	na
2.3. Subsídio de refeição	906	782	878	727	809
2.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime convencionado	9.621	8.572	4.510 CGA	8.635	8.439
3.2. Seguros de saúde	96	96	96	96	96
3.3. Seguros de vida	127	127	127	127	127
3.4. Outros (Acidentes de Trabalho)	8	8	8	8	8
4. Parque Automóvel					
4.1. Marca	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIAvantg	E220CDIEleg
4.3. Matrícula	98-FQ-03	24-FX-03	23-FX-75	98-FQ-05	98-FQ-33
4.4. Valor de aquisição da viatura	na	na	na	na	na
4.5. Ano de aquisição da viatura/Renting	2008	2008	2008	2008	2008
4.6. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	5.523	5.523	5.523	5.768	5.523
4.7. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.319	1.424	2.277	1.041	1.736
4.8. Outros (identificar detalhadamente)					
Seguro	606	766	855	648	687
Acerto Km contrato	na	80.000	20.000	na	80.000
Via Verde	269	225	433	97	444
Estacionamento	25	na	1	1	na
Conservação e reparação	93	51	17	378	62
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	na	na	na	na	na
5.2. Regime convencionado	na	na	na	na	na
5.2.1. Segurança social (s/n)	na	na	na	na	na
5.2.2. Outro (s/n)	na	na	na	na	na
5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	na	na	na	na	na
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na

*Este quadro segue rigorosamente a minuta emitida pela DGTF. O CA entende não serem regalias os bens da empresa que utiliza para o exercício das suas funções.



Órgão(s) de Fiscalização em todo o exercício de 2010

Mandato I e II

Unid: €

Presidente	14.258
ROC	23.676
Vogal	11.406

7. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

A CP rege-se pelos princípios da sustentabilidade, constituindo as vertentes ambiental e de responsabilidade social uma preocupação dominante, sem nunca esquecer a vertente económica. Pela sua vocação para o transporte de grandes massas de passageiros, maioritariamente recorrendo a tracção eléctrica, tem, à partida, um papel fundamental para a sociedade.

Forma de Cumprimento dos Princípios Inerentes a uma Adequada Gestão Empresarial

A gestão da CP baseou-se nos princípios de Sustentabilidade e de Serviço Público que devem ser norteadores da sua actividade, tendo por base o Código de Conduta e Ética, já mencionado, e o continuado Controlo de Risco.

Sistema de Gestão da Qualidade

A CP obteve a certificação total pela Norma ISO 9001 em 2008. Após este importante marco, a estratégia tem incidido na manutenção e no desenvolvimento dos vários Sistemas de Gestão da Qualidade implementados na Empresa:

- Manutenção dos Sistemas de Gestão da Qualidade - por meio de ajustamentos nos Manuais da Qualidade e Ambiente, nos Manuais de Processos, nos Mapas de Monitorização dos Indicadores dos Processos e nos Procedimentos da Qualidade. Estes ajustamentos são decorrentes das reestruturações organizacionais havidas, das auditorias internas e externas e das análises internas realizadas.
- No desenvolvimento dos Sistemas de Gestão da Qualidade a aposta tem incidido no seguinte:
 - Apresentação à REFER de uma proposta de Contrato de Regime de Melhoria de Desempenho;



- Concepção do modelo de “Avaliação da Conformidade Legal associados ao Produto / Serviço”;
- Reforço da cultura “Cliente Interno – Fornecedor Interno” através da celebração de vários Protocolos entre as UN’s e Unidades prestadoras de serviços;
- Revisão do procedimento “Sistema de Avaliação da Satisfação dos Clientes” tendo em vista melhor auscultar e responder às necessidades dos nossos Clientes com a incorporação de indicadores da responsabilidade também da REFER;
- Identificação de acções de melhoria dos processos, como consequência da sistemática monitorização trimestral do seu desempenho;
- Por fim, a gestão do Sistema de Sugestões dos Colaboradores, tem um papel fundamental, dado constituir um instrumento indispensável para melhorar o serviço prestado ao Cliente, melhorar a eficácia e eficiência dos processos internos, assim como promover um aumento da motivação e satisfação dos Colaboradores.

Políticas seguidas para garantir a eficiência económica, social e ambiental

A CP tem uma prática histórica de audição dos seus *stakeholders*, até pelo seu papel estruturante da sociedade com um grande contribuinte para as políticas da sustentabilidade.

Ouviram-se os principais *stakeholders*, num processo contínuo ao longo do ano: Clientes, fornecedores, sindicatos, associações diversas, Municípios, Tutela, etc.

Como resultado desta audição implementou diversas acções tendo como base as preocupações na vertente económica (para reduzir os seus custos e incrementar os proveitos), na vertente ambiental (além da sua própria actividade que já de si constitui um grande contributo para a

sociedade, desenvolveu várias acções para poupança de energia, de papel e para permitir o transporte de bicicleta no comboio) e de responsabilidade social, tanto junto dos seus Colaboradores como dos restantes cidadãos.

Tem em curso um Sistema de Gestão Ambiental, que visa obter a certificação ambiental da empresa a breve prazo:

Sistema de Gestão Ambiental

Durante o ano de 2010 foi dado seguimento ao desenvolvimento do processo de certificação do SGA - Sistema de Gestão Ambiental da CP.

Para o efeito realizaram-se os seguintes passos:

- Auditorias de concessão por parte da entidade externa credenciada (APCER - Associação Portuguesa de Certificação);
- Realização de auditorias internas;
- Consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas em auditoria.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos destacar as que se referem ao cumprimento da legislação e regulamentos ambientais aplicáveis aos aspectos ambientais associados à actividade da CP, mas também aquelas relacionadas com a sua eficiência energética, a melhoria da gestão dos seus recursos e o encaminhamento correcto de resíduos:

1. Aprovação do plano para o levantamento das redes de drenagem das águas residuais industriais (águas provenientes da lavagem de material circulante e de separadores óleo/água). Foi ainda aprovado o plano de actuação associado (2011 a 2013), e respectiva afectação de

2. Elaboração de novo procedimento (SGI CP PS 022) “*Manipulação de substâncias que empobrecem a camada de ozono em operações de manutenção e assistência de equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado e bombas de calor*”, assegurando a adaptação decorrente do Regulamento (CE) 1005/2009;

3. Colocação de um modelo para o registo de funcionamento periódico dos geradores de alimentação de Emergência junto dos mesmos, de modo a garantir o registo actualizado do número de horas de funcionamento e do consumo de combustível anual, dando cumprimento ao n.4 do art. 21 do Decreto-Lei 78/2004 de 03 de Abril;

4. Redução da intensidade carbónica do transporte de passageiros através da execução do plano de racionalização de energia (elaborado no âmbito da auditoria energética realizada à Frota da CP) e das auditorias de certificação energética de edifícios;

5. Implementação do procedimento (SGI CP PS 007) “Gestão de Resíduos de Construção e Demolição”;

6. Alteração do procedimento (SGI CP PS 034) “*Gestão Global de Resíduos*”, de modo a considerar a participação de resíduos pós-emergência;

7. Alargamento do sistema de recolha selectiva (fileiras papel/cartão, plástico e vidro) às instalações de Cais do Sodré (estação), Cascais (estação) e Carcavelos (parque de material);

8. Introdução dos requisitos de resposta a situações de emergência ambiental nas Instruções de Exploração Técnica (IET) 186 (Plano de Emergência na Linha do Norte (Lisboa a Setil) e na Linha do Oeste (Mira Sintra/Meleças a Caldas da Rainha);

9. Revisão do procedimento (SGI CP PS 024) *“Preparação e Resposta a Emergência em Instalações”*, assegurando a adaptação decorrente do Decreto-Lei n. 147/2008 de 29 de Julho;
10. Realização de simulacros de preparação e resposta a emergência que permitiram exercitar e testar os procedimentos operacionais de emergência instituídos;
11. Disponibilização e afixação dos procedimentos de resposta a situações de emergência;
12. Introdução das competências ambientais “Orientação para a Qualidade e Ambiente” no Directório de Competências e no Manual de Acolhimento, ambos documentos básicos da CP;
13. Identificação das competências ambientais por tipologias de prestadores de serviço, estando em curso a introdução das respectivas cláusulas contratuais nos contratos a celebrar ou em renovação, com o objectivo de assegurar o controlo sobre os fornecedores/prestadores de serviço;
14. Implementação de instruções de trabalho que sistematizam as operações de manutenção dos separadores de hidrocarbonetos;
15. Revisão profunda de metodologia de avaliação de conformidade legal ambiental;
16. Identificação da totalidade dos regulamentos camarários de descarga de águas residuais em colectores municipais;
17. Envio à DGEG do relatório anual de execução do plano de racionalização de consumidores intensivos de energia de empresas de transporte relativo ao exercício de 2009;
18. Alargamento do projecto de entrega de consumíveis informáticos e de telemóveis usados para o projecto de Biorecuperação/AMI.

Nesta área identificam-se como principais riscos para a actividade e futuro da CP:



- A aplicação do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29/07, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, estando em estudo uma proposta de cobertura dos riscos em causa, que deverá dar satisfação às exigências constantes da Lei;
- Assegurar as condições de segurança dos postos de gasóleo, previstas no Decreto n. 36270 de 9 de Maio de 1947;
- Adequar as instalações de lavagem de material circulante às lavagens químicas/decapantes, assegurando-se o tratamento das águas, e garantindo que é evitada a poluição dos solos.

Dado o difícil contexto da conjuntura, as políticas têm sido direccionadas para a vertente económica, tentando no entanto contribuir para as outras vertentes, por vezes sem grande acréscimo de custos mas pela vontade das equipas em promover uma postura de responsabilidade social. Assim, as políticas seguidas pela Empresa junto de toda a massa de Colaboradores e da sociedade em geral podem ser comprovadas pelo resumo de acções descrito seguidamente:

- **Vertente Económica**

A vertente económica, tendo sido desenvolvida nos restantes capítulos do Relatório, não será aqui abordada.

- **Vertente Ambiental**

A própria exploração da CP, com tracção sobretudo eléctrica, constitui um contributo ambiental muito importante para a sociedade.

Se a esse facto nos focarmos na grande massa de Clientes que transporta por comboio, compreende-se o seu papel ambiental. Por exemplo, cada comboio da linha de Sintra pode transportar 1300 passageiros, o que equivale à ocupação de cerca de 800 automóveis. Circulando

24 comboios por hora nos períodos de ponta, a linha de Sintra em cada hora oferece o equivalente a 19.200 automóveis.

A CP e EMEF viram o seu trabalho reconhecido pela atribuição do 1.º lugar do Prémio “Inovar e Cooperar” com o projecto “Optimização de Consumo de Energia Eléctrica nas UME’s 3400”, o qual permite importantes poupanças a nível de energia de tracção pela monitorização e controlo do consumo energético nas unidades automotoras em circulação na CP Porto. O 2º lugar foi igualmente atribuído à CP pelo projecto “CP.mobi”, o qual torna possível, a partir de um telemóvel, consultar horários ou contabilizar as vantagens ambientais da utilização do comboio em relação ao automóvel através do simulador ambiental, denominado “ECOviagem CP”.

As inovações que permitiram poupanças no consumo de papel consistiram nos projectos de bilhética sem contacto (já referido atrás), no de facturação electrónica dos fornecedores (estando em funcionamento um piloto com a GALP, stakeholder importante da CP) e na implementação da requisição electrónica, a qual permite que as instituições que emitem guias de transporte o possam fazer de modo electrónico, facilitando e eliminando necessidades de papel no processamento das contas correntes com estes stakeholders.

Ainda com o mesmo objectivo de poupança de papel, a CP Longo Curso tem patrocinado o incremento da comunicação on line e implementou uma aplicação informática para gerir os perdidos e achados (abandonados). Tem ainda incentivado o Cliente que apresenta Reclamações/ Sugestões para a utilização do Site para colocar as suas exposições com vista a reduzir a quantidade de RSF, sendo a resposta enviada pela mesma via.

No Porto encontra-se em teste numa unidade automotora um novo *software* para temporização da iluminação para modo *stand-by* (cerca de 25% de iluminação).



A CP Regional também levou a cabo diversas acções destinadas a poupar energia de tracção: substituiu, na Linha do Algarve, as UTD's 600 (Unidades Triplas Diesel) por UDD's 600 (unidades Duplas). Com esta medida, reduziu o consumo médio por Km, na Linha do Algarve em 12,89% (de 1,94 litros / km, para 1,69 litros / km). Continuou a sensibilizar os maquinistas para uma condução eficiente e que reduza os consumos de energia para tracção, através da realização de acompanhamentos nos comboios. De 2009 para 2010 foram reavaliados os reforços de oferta, executados em tracções múltiplas, tendo reduzido os quilómetros realizados pelas séries de material, de 1.060.164 km, para 921.263 km em 2010 (uma redução de 13%) e consequentemente a energia consumida para tracção.

A Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB) estabeleceu uma parceria com a CP Lisboa. No seguimento da parceria foram auscultados os associados no *site* da federação, no sentido de sugerirem estações onde desejavam que a CP investisse em estacionamento para bicicletas. Com base no resultado do inquérito, foi iniciado o plano de instalação dos referidos equipamentos e efectuada posteriormente uma campanha informativa.

Por fim, na sequência da inauguração da variante de Alcácer do Sal o tempo de viagem em Alfa Pendular entre Porto e Algarve sofreu uma redução superior a 10 minutos, o que permite ganhos energéticos e torna o serviço mais atractivo, prevendo-se um aumento de procura, o qual se traduz sempre em ganhos ambientais.

- **Vertente Social**

Como resultado das suas políticas, a CP foi considerada como *Prime* e uma das melhores empresas no sector dos transportes ferroviários pela classificação obtida na área de ambiente e social pela Oekom Research.





No âmbito de acções de responsabilidade social, foram transportados cerca de 1800 jovens de bairros carenciados na área limítrofe da linha de Sintra, ao abrigo de um projecto conjunto entre a CP Lisboa e um agrupamento de escolas da Amadora. Estas acções conjugaram as viagens de comboio com diversas actividades lúdicas, culturais e desportivas, desde teatros a torneios desportivos ou concertos de música, entre outros.

Também nesta dimensão a CP Lisboa apoiou variadas entidades de cariz social, com a cedência de espaços em estações para acções de angariação de fundos e apoios.

No seguimento da política de fomentar o transporte de comboio entre os mais jovens para os tornar prescritores do transporte público, a CP Lisboa promoveu o transporte de grupos de crianças e jovens a um preço simbólico de 1€ por viagem, independentemente do percurso, tendo assim transportado 1555 grupos em 2010.

A segurança dos seus Clientes é uma preocupação constante da CP. Assim, no ano de 2010 a CP finalizou a instalação da primeira fase de equipamentos de controlo de acessos às plataformas e preparou o processo da segunda fase para 12 estações adicionais. Estes equipamentos só permitem a entrada nas plataformas e comboios a portadores de título de transporte válido. Embora tenham um efeito muito importante sobre o controlo da fraude, contribuíram, por esse motivo, para transformar completamente a ambiência das estações onde foram instalados, sendo notável o aumento da sensação de segurança dos Clientes e, inclusivamente, a melhoria da limpeza.

A preocupação com os Clientes com necessidades especiais foi espelhada no projecto de Revisão das Unidades Quádruplas Eléctricas ao serviço nas linhas de Sintra, Azambuja e Sado. Nestas Unidades Automotoras foram criadas condições para o transporte de pessoas de mobilidade

reduzida. Por esse projecto, a CP ficou classificada em 2.º lugar no Prémio “Acessibilidade aos Transportes”.

No final do ano de 2010 foi assinado um protocolo entre a CP e as seis Associações mais representativas de deficientes e foi constituído o Conselho Consultivo das Pessoas com Necessidades Especiais.

Para os Clientes com necessidades especiais foi implantado um piloto em algumas estações de um *help point* que permite a venda remota a Clientes com dificuldade na aquisição do seu título de transporte nas máquinas de venda automática da CP Lisboa. Este sistema funciona mediante o accionamento, por parte do Cliente, de um botão na máquina, o qual está ligado ao Centro de Serviço de Campolide. O Operador do Centro de Serviço atende a chamada e efectua de forma remota a venda pretendida pelo Cliente.

Tendo em conta o cuidado com as condições de trabalho dos Colaboradores, foram instaladas plataformas de acesso ao material circulante nas linhas de estacionamento de várias estações da CP Regional.

Gestão do Capital Humano

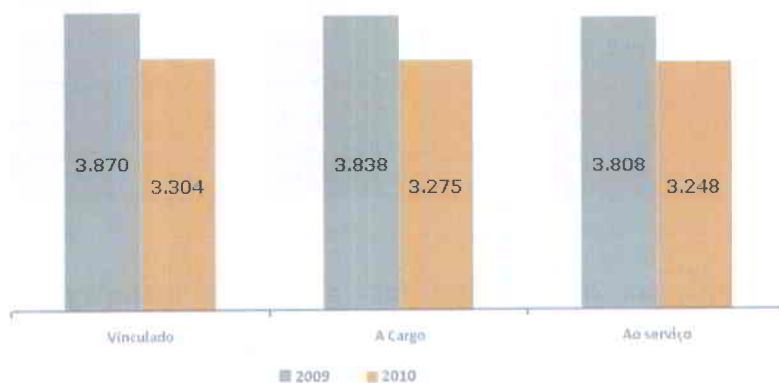
No final de 2010 o quadro de efectivos vinculados da CP era de 3.241 colaboradores, menos 67 que no ano anterior, resultado do saldo entre as 144 saídas e 77 entradas.

O efectivo médio vinculado foi de 3.304 colaboradores, ou seja 14,6% inferior ao de 2009. Recorda-se que em 2009 houve a constituição da CP Carga, SA por autonomização, com transferência de efectivos para aquela empresa.

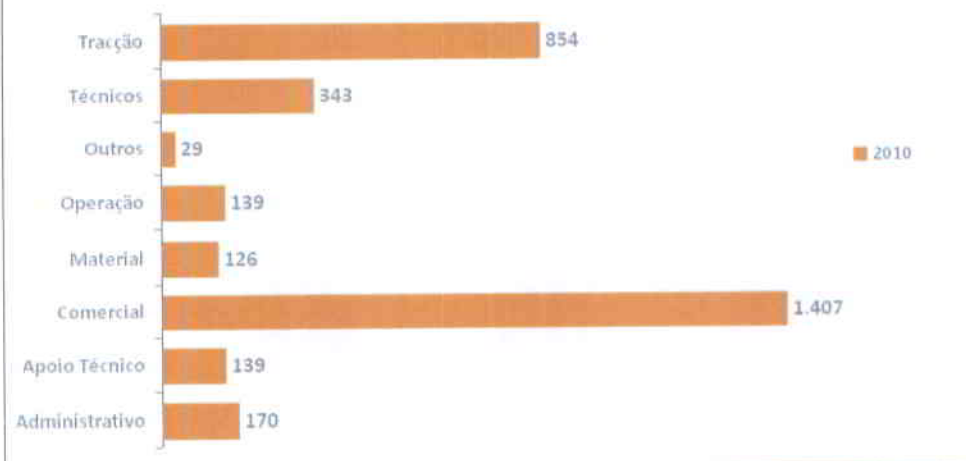
Efectivo a 31 de Dezembro

	2009	2010	10 - 09
Vinculado	3.308	3.241	-67
A Cargo	3.283	3.212	-71
Ao serviço	3.256	3.187	-69

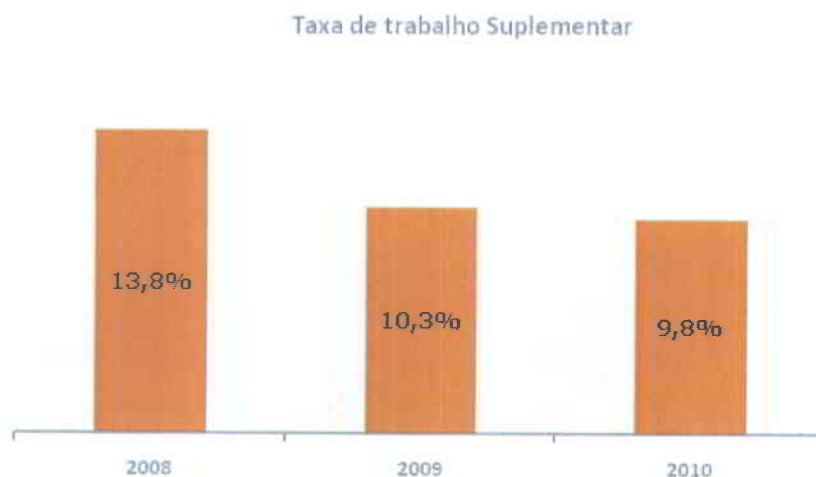
Efectivo Médio



Efectivo por Categoría



Em 2010 o volume de trabalho suplementar diminuiu 17,94% em relação ao ano transacto e registou-se, simultaneamente, uma queda inferior a 1 ponto percentual na taxa de trabalho suplementar.



A taxa de absentismo, em 2010, cresceu face ao período homólogo em 0,87 p. percentuais, embora os motivos mais predominantes do absentismo como a doença e os acidentes de trabalho tenham diminuído.





A actividade da CP, embora muito intensiva em capital, obriga a uma importante força laboral, a qual tem vindo a reduzir-se ao longo dos anos devido a ganhos de produtividade da empresa, mas ainda assim, de nota, principalmente se tivermos em conta a abrangência nacional da Empresa. Este facto confere à CP um importante papel na responsabilidade social.

A CP promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus Colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça ou qualquer discriminação tanto no recrutamento como na evolução profissional ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

Aposta na formação profissional adequada, conforme se pode avaliar nos dados fornecidos seguidamente e, atenta ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, permite uma falta justificada por quadrimestre a todos os trabalhadores.

Tendo por objectivo a manutenção da proficiência dos seus colaboradores, a empresa, ao longo de 2010, realizou um total de 665 acções de formação para os profissionais das várias categorias, com um volume de 71.779 horas de formação, a envolver 3731 participantes. De acordo com o modelo de formação adoptado pela empresa, as acções realizadas foram desenvolvidas no âmbito de um Plano Anual de Formação que incluiu formação técnica, em gestão e comportamental, inicial e contínua, cuja execução competiu, maioritariamente, à associada Fernave, por razões que se prendem com a especificidade da realidade empresarial, sobretudo no domínio técnico.

Na área da prevenção da sinistralidade laboral continuaram a desenvolver-se as actividades inerentes à Protecção da Saúde e Prevenção dos Riscos Profissionais, com especial enfoque na informação e formação sobre boas práticas seguras e salutaras e na prevenção de acidentes, com os objectivos de reduzir o absentismo e aumentar a produtividade.

Anualmente facilita o acesso dos filhos dos Colaboradores a colónias de férias no período de férias escolares.

No âmbito da Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho promove a manutenção da boa condição física e psíquica dos seus Colaboradores, através da ECOSAÚDE, empresa do Grupo CP. Disponibiliza ainda a todos os Colaboradores um seguro de saúde, com condições muito atractivas.

I & D e Inovação

A integração de novas tecnologias no processo produtivo na CP dirigiu-se a dois vectores distintos, de crucial importância para a sustentabilidade: o material circulante e os sistemas de venda e controlo.

Em termos de material circulante a CP, em parceria com a EMEF desenvolveram o projecto “Optimização de Consumo de Energia Eléctrica nas UME’s 3400”, que consiste na monitorização e controlo do consumo energético nas unidades automotoras em circulação na CP Porto, com vista à poupança de energia de tracção.

No que respeita aos sistemas de venda, no projecto de bilhética sem contacto, no ano anterior, iniciou-se a venda de passes mensais da CP e combinados com os Operadores da Região de Lisboa nas máquinas Multibanco. No entanto, por razões técnicas, só durante o ano de 2010 foi possível colocar neste canal de venda os títulos mensais destinados aos jovens: os passes 4_18 e Sub_23. Esta medida permitiu facilitar a compra de passes a um segmento da população com maior apetência pelas compras electrónicas.





Ainda na CP Lisboa, foi colocado ao serviço o modo de pagamento com cartão Multibanco, tanto nas novas máquinas de venda automática como nas bilheteiras e iniciado o serviço em algumas estações piloto da facilidade de *help point* nas máquinas, o que permite a venda remota a Clientes invisuais ou com qualquer tipo de dificuldade na aquisição de títulos de transporte.

O projecto de controlo de acessos às plataformas, iniciado em 2009, permitiu controlar grande parte das estações da Linha de Sintra e as principais da linha de Cascais, permitindo a 2ª fase, lançada em 2010, controlar a totalidade das estações da linha de Sintra, aquela onde os níveis de fraude atingem valores mais elevados, na ordem dos dois dígitos.

Por último, a CP participou nos dois projectos em desenvolvimento na OTLIS, o “Cartão Bancário” e o “*Mobile Ticketing*”.

O “Cartão Bancário” consiste num cartão VISA que, ao passar num validador de um Operador de Transportes de Lisboa, efectua de imediato o débito do valor do bilhete na conta do Cliente, ao mesmo tempo que regista a existência de um título válido no próprio cartão VISA para efeitos de fiscalização do Operador. Trata-se assim de um cartão com a valência bancária e de transportes.

O “*Mobile Ticketing*” consiste num projecto para a aquisição pelo telemóvel do passe mensal e do seu armazenamento no “*chip*” do telemóvel, passando assim o telemóvel a ter uma nova valência de servir como título de transporte. Este projecto terá toda a relevância com o aparecimento da nova geração de telemóveis com NFC (“*Near Field Communication*”) cujo lançamento os fabricantes estão a anunciar quase diariamente.



8. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007 de 28 de Março de 2007, dirigidos às Empresas do Sector Empresarial do Estado.

Efectivamente, dispõe de um Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos Metas e Resultados expectáveis para este período.

Anualmente dispõe de um Plano de Actividades e Orçamento que inclui as acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam, e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente.

Elabora ainda um Relatório de sustentabilidade onde nomeadamente constam Políticas prosseguidas para assegurar a eficiência nas Vertentes Económica, Ambiental e Social e a contribuição da CP para o Desenvolvimento sustentável. Garante assim um contributo ambiental para a sociedade, a promoção da efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e um tratamento equitativo a todos os clientes e fornecedores.

Estes documentos são submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de actividade na empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos, o qual se reporta trimestralmente às Tutelas.



A CP cumpre com as obrigações relativas ao Código de Ética, Controlo de Risco, Prevenção de Conflitos de Interesses e de Divulgação de Informação nos Sites do SEE e da Empresa e no Relatório e Contas, cujo desenvolvimento consta em pontos subsequentes deste Relatório.

9. CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES, DESPACHOS E LEGISLAÇÃO DIVERSA

Tendo em conta a conjuntura económica, em 2010 foi apresentado pelo Governo e aprovado pela Assembleia da República (Resolução n.º29/2010, de 25 de Março) o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o triénio 2010-2013, visando a consolidação das contas públicas, bem como, a Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, contendo medidas adicionais relativas à consolidação orçamental de molde a reforçar e acelerar a redução do deficit e o controlo do crescimento da dívida pública.

De entre as medidas aprovadas, destacam-se a redução em 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos e a diminuição das transferências do Estado para o Sector Empresarial do Estado.

Na prossecução do esforço colectivo que se exige, objectivando a melhoria da economia nacional, a CP encontra-se também adstrita às “Orientações sobre política salarial no sector Empresarial do Estado”.

Em 2010 as orientações sobre as negociações foram cumpridas, não se tendo procedido a qualquer tipo de actualização ou revisão salarial.

Na empresa não existem prémios de gestão. A todas as medidas que lhe foram aplicáveis a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. deu, naturalmente, estrito cumprimento.

10. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Ética da Empresa encontra-se em vigor desde 2007 e consubstancia um conjunto de valores e princípios que se pretendem relevantes para a criação de um clima organizacional e económico eticamente sustentável.

Em 2010 foi aprovado o Regulamento da Comissão de Ética que reflecte o seu funcionamento e que se encontra disponível na intranet para consulta dos profissionais que integram a Empresa.

O Código e a Comissão de Ética foram criados para explicitar os comportamentos desejados para a organização e para os seus membros e, para resolver, esclarecer ou propor medidas sobre as questões que se relacionam com o âmbito do Código.

Neste contexto, durante o ano de 2010, a Comissão de Ética elaborou dois pareceres que foram enviados ao Presidente do Conselho de Administração conforme o regulamento em vigor.

O texto integral do Código de Ética da CP encontra-se disponível na intranet e no website oficial da empresa www.cp.pt

11. CONTROLO DE RISCO

Actualmente a CP dispõe de documentação de suporte ao processo de Gestão de Risco, o qual teve início em 2007 com a realização de um Inquérito à Gestão de Risco Empresarial utilizando a metodologia de Auto Avaliação da Gestão de Risco. O trabalho realizado permitiu identificar os principais riscos enfrentados pela CP. O exercício de identificação de risco não foi repetido em 2009/2010 em virtude de se ter iniciado o lançamento do Projecto

de Desenvolvimento Metodológico. Este projecto é entendido como uma progressão natural do inquérito ao risco, uma nova etapa de amadurecimento, na medida em que visa complementar a identificação com um processo de quantificação e avaliação dos riscos e de optimização dos controlos inerentes aos processos de gestão.

No entanto, a síntese dos riscos chave foi actualizada em 2010, tendo-se identificado como riscos chave os seguintes:

- ✓ Riscos de Segurança Operacional (Safety), concretamente riscos de acidente ou incidente, com a consequente perda de activos e pagamento de indemnizações;
- ✓ Riscos Financeiros, relacionados com os custos de financiamento devido ao downgrade do rating do Estado Português e com dificuldades de financiamento em virtude das restrições de crédito por parte do sistema bancário português; Distribuição das receitas do Passe Intermodal na região de Lisboa desajustada da real oferta da CP e da respectiva procura por parte dos passageiros utilizadores deste tipo de passe mensal; Distribuição da receita do Andante na região do Porto indexada ao número de validações e não aos passageiros /km transportados. Dado que os trajectos ferroviários são, em geral, superiores aos dos outros modos de transporte, a CP recebe por km uma receita inferior;
- ✓ Risco de não contratualização do Serviço Público, com impacto directo no nível de indemnizações compensatórias recebidas, insuficientes e que obrigam a um crescente passivo, o qual se torna ainda mais oneroso, pela existência da crise financeira que dificulta a obtenção de fundos;
- ✓ Risco de mercado influenciado por factores internos e externos, nomeadamente, a rigidez da procura, o nível de actividade económica, a competitividade decorrente da melhoria constante das vias rodoviárias, reduzindo os tempos de trajecto das deslocações em transporte individual, o que amplifica a feroz concorrência do TI e da facilidade de

circulação nas cidades em TI, tanto pelo facto de não existirem portagens urbanas como pelo baixo custo do estacionamento; a obsolescência do material circulante com o consequente custo de conservação; As obrigações de manter o serviço regional em linhas de reduzidíssima ocupação; A localização de algumas estações muito distantes dos centros urbanos

- ✓ Risco Regulatório, associado ao desempenho das entidades reguladoras e à legislação emergente e em vigor.

Com a instituição da Comissão de Prevenção de Corrupção (CPC) em 2009, promoveu-se a elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PPRCIC). Deste documento consta a identificação dos riscos de corrupção e as medidas empreendidas para mitigação de riscos desta natureza (publicado na Intranet e no sítio da CP). Foi efectuado um ponto de situação do PPRCIC em 2010, relativamente ao qual se indica (i) se os mecanismos de controlo indicados para a mitigação dos riscos em questão existem, (ii) se os mesmos foram objecto de análise no âmbito de auditorias realizadas e (iii) o ano de realização da auditoria. (informação solicitada pelo IGOPTC no âmbito de uma auditoria ao PPRCIC). No decurso de 2010 as empresas do Grupo (CP Carga e Ferográfica) elaboraram os respectivos planos.

Facilitou-se também o desenvolvimento do Sistema de Gestão Riscos de Segurança da CP e da CP Carga, o qual contempla a aplicação dos Métodos Comuns de Segurança (identificação, avaliação e mitigação dos riscos respectivos).

12. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

De acordo com as disposições legais na matéria - Lei nº 4/83, na redacção da Lei nº 25/95, de 18 de Agosto -, no início do exercício de funções dos membros do Conselho de

Administração são apresentadas ao Tribunal Constitucional as respectivas Declarações sobre o Valor do Património e Rendimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Equiparados.

Após a tomada de posse dos membros do Conselho de Administração é também depositada na Procuradoria-Geral da República, dentro do prazo legal, a respectiva Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos, contendo todos os elementos necessários à verificação do cumprimento das disposições legais sobre a inexistência de incompatibilidades e impedimentos - Lei 64/93, de 26 de Agosto e Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março. Além disso os membros do Conselho de Administração declaram no início de cada mandato, e sempre que se justificar, ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Segundo a RCM N.º 49/2007, os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Tendo em vista igualmente a prevenção de conflitos de interesses, cada membro do Conselho de Administração identifica as despesas por si realizadas, as quais são sempre validadas por outro membro do Conselho.

A CP tem em vigor o seu Código de Ética desde 2007, o qual salvaguarda no seu capítulo X questões relacionadas com conflitos de interesse, devendo cada individuo assegurar-se de que os seus comportamentos estão em conformidade com os princípios nele enunciados.



13. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A CP cumpre as obrigações de informação estabelecidas na Resolução de Conselho de Ministros n.º49/2007 de 28 de Março e nas sucessivas alterações em documentos posteriores, v.g. o despacho n.º 14277/2008 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, através da elaboração, submissão à aprovação das Tutelas sectorial e financeira e divulgação interna e externa através de suportes documentais produzidos para o efeito dos seguintes documentos:

- ✓ Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos, Metas e Resultados expectáveis para este período;
- ✓ Plano de Actividade e Orçamento que incluem acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente;
- ✓ O Relatório de sustentabilidade onde nomeadamente consta a contribuição da CP para o Desenvolvimento sustentável;
- ✓ Orçamentos anuais com as estimativas das operações financeiras com o Estado;
- ✓ Planos de Investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- ✓ Relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos Previsionais de Gestão, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Estes documentos são ainda disponibilizados para o interior e exterior da empresa através de um canal de Internet, onde consta informação corporativa e institucional e informação relevante respeitante a cada um dos Órgãos/Unidades de Negócios.

14. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES

A lista de fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos, com facturação ultrapassando 1 milhão de Euros, consta dos quadros que a seguir se apresentam:

- | Fornecedor | Montante sem IVA | Moeda |
|---|------------------|-------|
| EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA | 37.548.090,03 | EUR |

com o investimento e respectivos desvios. Assim, todas as aquisições foram feitas de acordo com o referido Despacho.

15. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA OPERACIONAIS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

O Conselho de Administração para uma mais correcta valorização dos serviços da CP, deliberou imputar às Unidades de Negócio o Resultado Operacional apurado para os restantes Órgãos.

O critério de imputação foi a repartição em função dos gastos operacionais das Unidades.

(mil €)

Serviços / Produtos	Proveitos Operacionais	Custos Operacionais	Resultado Operacional	Resultado Operacional após imputação
Urbano de Lisboa	77.314	92.477	-15.163	-11.118
Urbano de Porto	21.731	38.244	-16.513	-14.840
Médio e Longo Curso	88.229	86.792	1.437	5.233
Regional	31.934	91.358	-59.424	-55.428
Restantes	89.397	75.887	13.510	0
Resultado Operacional	308.605	384.758	-76.153	
Aumento de Justo valor				56.026
Participadas				-27.397
Resultados Financeiros				-147.406
Imposto sobre o Rendimento				-268
Total CP	308.605	384.758	-76.153	-195.197

* Resultado antes de aumento de justo valor, perdas imputadas a participadas, gastos financeiros e impostos

16. INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE AS INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E COMERCIAL

Em 2010 a CP levou a cabo várias acções de comunicação com o objectivo de promover os seus produtos e serviços. Estas acções foram executadas tendo em conta os objectivos específicos de cada uma e os seus mercado alvo.

As principais acções foram:

A comunicação com o target Universitário foi realizada através de acções em várias Universidades do país, junto dos jovens, quer pelo facto de não haver grande afinidade entre os jovens e os suportes de media, quer por limitações de budget.

- Informar sobre serviços e produtos, remetendo o pormenor da informação para o site CP (Espaço Cool_Train);
- Promover o comboio como meio de deslocação privilegiado, para deslocações casa/escola;
- Associar o comboio à melhoria da qualidade de vida, tendo em conta o tempo que poderá evitar em filas de trânsito e/ou à procura de estacionamento e em economia (custos associados ao automóvel);
- Associar o modo ferroviário ao Ambiente, pretendendo-se direccionar a mensagem também para este tema;
- Comunicar evolução, modernidade e facilidade;
- Melhor posicionamento ao nível do conforto e segurança de serviço, face à concorrência (autocarro e carro);
- Possibilidade de desenvolver actividades durante a viagem: estudar, ler conviver;
- Intermodalidade (entre serviços CP, e outros Operadores);
- Comunicar o comboio integrado com outras ofertas complementares (Rotas, Passeios, InterRail, IntraRail), no espaço Cool Train.

Imagem da Campanha (cartaz e folheto)



Sud Expresso – Março 2010

Com esta campanha, para além do aumento de notoriedade, pretendeu-se comunicar o novo material circulante afecto a este serviço, a Clientes individuais, famílias ou grupos de emigrantes com necessidade de deslocações internacionais.

Foi realizada campanha de meios com spot de rádio e passatempo na Rádio Renascença em que se ofereceu uma viagem de ida e volta para 2 pessoas no Sud - Expresso.

A comunicação contou com produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos, encosto de cabeça para comboios) bem como comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).



Imagem da Campanha (cartaz e folheto)



Linha do Sado – Março 2010

Esta campanha teve como objectivo dinamizar a procura da Linha do Sado, da CP Lisboa, evidenciando os pontos fortes decorrentes do novo horário que passou a ter uma frequência de 30 minutos durante todo o dia, aos dias úteis.

A comunicação pretendeu promover o comboio e da Linha do Sado como meio de deslocação privilegiado para “o centro” de Lisboa e também para deslocações entre estações da Linha, nomeadamente para o centro de Setúbal.

O plano de investimento em media (imprensa regional, rádio e exterior) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e roll up) bem como comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

Imagem da Campanha (anúncio de imprensa com voucher de oferta e imagem de “óculo” traseiro para autocarros)



RockCard CP – Abril

A campanha teve como objectivo principal promover a venda do produto RockCard CP e fidelizar o mercado dos produtos de lazer, segmento grandes concertos.

Sob o mote, EU VOU DE COMBOIO, o plano de investimento em media foi canalizado para a internet e decorreu entre o dia 8 de Março e 23 de Abril.

Foi ainda complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes e folhetos) na rede da CP e nos seus meios electrónicos.

Imagem da Campanha (Monofolha)



Rock in Rio 2010 – Maio

Com o objectivo de promover a utilização do transporte público, visando a sua maximização e massificação, foi realizada uma campanha de comunicação conjunta, envolvendo todos os operadores de transporte público de Lisboa.

Esta campanha visou transmitir a mensagem de que os Transportes Públicos eram o meio privilegiado para a deslocação nos centros urbanos e a nível interregional para o evento.

A Coordenação do plano de meios esteve a cargo do Metropolitano de Lisboa, teve uma duração de 15 dias em rádio, e visou atingir 2.000.000 contactos.

O plano de investimento em media foi ainda complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes) nos comboios e estações e em meios electrónicos.



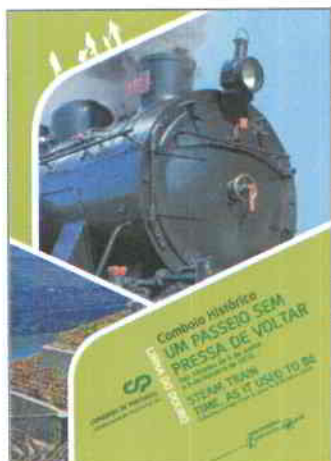
Comboio Histórico – Maio 2010

Com o objectivo de potenciar o aumento da notoriedade do produto Comboio Histórico foi realizada campanha de comunicação destinada a Clientes individuais, famílias ou grupos que viajem essencialmente por motivos de lazer (actuais e potenciais clientes).

A referida comunicação promoveu uma viagem única ao passado num comboio com carruagens históricas e locomotiva a vapor que percorrem a distância que vai da estação da Régua à estação do Tua, num percurso à beira rio, marcado pela beleza da paisagem, classificada pela UNESCO como Património da Humanidade.

O plano de investimento em media (rádio e Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e trip book) bem como comunicação no site CP.

Imagem da Campanha (Cartaz)



GRUPOS – Maio - Junho / Outubro

Em face da necessidade de dinamizar activamente as ofertas especiais orientadas para o target “Crianças Grupos e Famílias” e de promover o negócio das viagens de grupo/ofertas especiais,

transversalmente a todos os serviços avançou-se em Maio de 2010 para uma acção de comunicação faseada por forma a assegurar continuidade:

_ a 1ª vaga de comunicação (Maio) consistiu numa campanha de meios on line (sites Lazer) e publireportagem de duas páginas nas Fugas do Público. Foi ainda realizado um Passatempo no Lifecooler de 2 a 15 de Junho “*Vontade de Fazer um Viagem Diferente?*” com oferta de viagens de comboio.

_ em Setembro foi iniciada uma comunicação direccionada ao target escolas, com continuidade no ano de 2011. A primeira fase desta comunicação consistiu no envio de mailing postal para cerca de 5.000 escolas a nível nacional consideradas interessantes do ponto de vista de proximidade à Linha Férrea.

O investimento em meios foi acompanhado de reedição de peças gráficas e de acção de activação da marca junto de escolas, com efectivação já em Janeiro de 2011 e ainda comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

Imagem da Campanha (Cartaz)



MUSICard CP – Junho

A campanha visou promover a utilização do comboio para a deslocação aos Festivais de Verão, e fazer um recall de notoriedade ao produto MUSICard CP cujas vendas já tinham esgotado.

Sob o mote, 6 Anos a Ligar-te à Música, a campanha teve a duração de 20 dias, com um total de 960 mil impressões.

O plano de investimento em media (Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e roll-ups) nos comboios e estações e meios electrónicos.

Imagem da Campanha (Cartaz e folder)



INTRA_RAIL – Julho, Agosto

O objectivo desta campanha visou posicionar o produto como uma alternativa no planeamento das férias por parte dos jovens, bem como apresentar o produto como uma possibilidade de aquisição extremamente aliciante junto do publico-alvo, uma vez que proporciona momentos lúdicos e de convívio criando o hábito de viajar e conhecer as diversas regiões e culturas de Portugal.

O plano de investimento em media (Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e roll-ups) nos comboios e estações, em meios electrónicos.

Imagem da Campanha (Roll Up)



PRAIAS (Regionais e Urbanos) – Junho, Julho, Agosto

No período de Verão, as praias geram um acréscimo de procura de viagens para as deslocações das populações, pretendeu-se, neste contexto, incentivar estas viagens e divulgar o comboio como meio de transporte preferencial quer individualmente, quer em grupos.

O serviço regional no transporte para as praias no Norte, Centro e Sul de Portugal, de Junho a Setembro foi comunicado tendo como principal motivação a ida à praia, de um modo confortável e a um preço acessível.

As estações da Linha de Aveiro de Espinho, Granja, Aguda, Miramar e Francelos, situam-se entre 300 a 800m de praias com bastante procura, tornando os Comboios Urbanos do Porto numa opção competitiva sendo por isso necessário comunicar o reforço de comboios regulares e lançamento de serviços especiais. Associar o transporte ferroviário suburbano também a deslocações de lazer no período de Verão, aproveitando a proximidade às praias e zonas turísticas, nomeadamente de algumas estações das Linhas de Cascais, Sintra e Sado foi o mote da comunicação dos Comboios Urbanos de Lisboa.

Com o head “Quem vai de comboio não perde uma maré” a campanha foi suportada nos seguintes meios:

O plano de investimento em media (rádio regional) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, horários e folhetos) bem como Passatempos no site CP e divulgação no Facebook, com oferta de bicicletas e ainda comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

Imagem da Campanha (Cartaz Comboios Urbanos de Lisboa e Cartaz Regional)



Intercidades SUL - Julho

Com o objectivo de potenciar o aumento da quota de mercado do produto Intercidades do Sul, bem como a notoriedade da Marca CP, foi realizada campanha de comunicação destinada a Clientes individuais, famílias ou grupos que viajem essencialmente por motivos de lazer (actuais e potenciais clientes).

A referida comunicação promoveu as vantagens e valências do Serviço Intercidades.

O plano de investimento em media (rádio e Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes e folhetos) bem como com distribuição de brindes (porta-chaves) em locais de grande afluência de Transporte Individual, na cidade de Lisboa.

Foi também activada comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

Imagem da Campanha (Cartaz e porta-chaves)



FRENTE



VERSO



Canais de Venda Longo Curso – Agosto

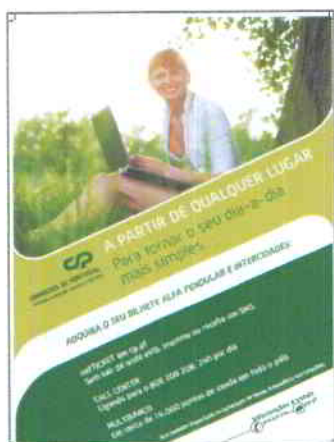
Dar a conhecer os Canais de Venda alternativos à Bilheteira, nomeadamente netTICKET, Quiosques de Venda Automáticos, Multibanco (ATM) e Call Center e associá-los a uma imagem moderna e dinâmica

da CP, foram os objectivos da comunicação, realizada com o head: A PARTIR DE QUALQUER LUGAR para tornar o seu dia-a-dia mais simples.

A comunicação foi endereçada a actuais e potenciais Clientes dos Serviços Alfa Pendular e Intercidades.

O investimento em Internet e Multibanco foi ainda acompanhado de peças gráficas (cartazes e folhetos), e comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

Imagem da Campanha (Cartaz)



Campanha Alfa Pendular e Intercidades - Novembro

Com o objectivo promover os produtos Alfa Pendular e Intercidades e levar à experimentação com vista ao aumento da quota de mercado no segmento das viagens de médio e longo curso, foi realizada uma campanha com o mote “Mude a sua vida vá de comboio”. A campanha teve 3 temas: Profissional, Família e Jovem.

Esta campanha esteve presente em rádio, imprensa escrita, Internet e publicidade exterior. Foi ainda complementada com comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

Imagem da Campanha (Imprensa tema família e tema jovem)



Produto Família Longo Curso – Novembro

Com o objectivo de otimizar a oferta regular, aumentando as taxas de ocupação dos serviços Alfa Pendular e Intercidades, foi criado um produto comercial específico que satisfaça as necessidades de mobilidade de médio curso do segmento Famílias.

A comunicação foi concebida num conceito mais alargado do que a simples viagem de comboio, propondo às famílias uma ruptura com a rotina do dia-a-dia e promovendo a viagem como uma experiência lúdica *per si*.

Potenciar a utilização do comboio, em detrimento do autocarro e do carro, sobretudo em viagens de lazer de médio curso (viagem de ida e volta no mesmo dia) e fomentar o hábito de utilização do comboio com vista à fidelização a longo prazo foram objectivos da campanha, assente no factor preço, no desconto por viajar em família e vantagens associadas à utilização do comboio.

A campanha esteve presente em rádio e Internet. Foram ainda produzidos cartazes, monofolhas e comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).



COMBOIOS DE PORTUGAL



Imagem da Campanha (Cartaz)





B - ACTIVIDADE DA EMPRESA

1 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

O ano 2010 ficou claramente associado à crise económica e financeira dos países periféricos da Zona Euro, nos quais se inclui Portugal.

Na sequência de uma contracção global profunda e prolongada da actividade económica a nível mundial verificou-se em 2010 uma ligeira recuperação.

Registou-se assim uma melhoria do enquadramento internacional da economia portuguesa, embora com alguma heterogeneidade regional, e cuja sustentabilidade da recuperação, a nível internacional, permanece rodeada de elevada incerteza.

Não obstante a melhoria da envolvente externa, o crescimento do risco soberano, conjugado com o aumento do défice e da dívida pública acarretou profundas implicações sobre a evolução económica portuguesa, com redução de emprego e aumento da taxa de desemprego.

Esta situação afectou substancialmente a mobilidade de pessoas e bens, continuando-se a verificar a tendência dos últimos dois anos de decréscimo da procura do transporte público e nomeadamente do transporte ferroviário.

2 ENQUADRAMENTO DO SECTOR

Europa

A nível da comunidade europeia permaneceram em desenvolvimento processos relevantes para o sector ferroviário, nomeadamente:

- Revisão do primeiro pacote ferroviário;



- Alteração da Directiva Eurovignette;
- Livro Branco.

O seguinte conjunto de processos foi contudo concluído:

- Regulamento relativo à rede ferroviária europeia para um transporte de mercadorias competitivo (Regulamento nº 913/2010 do Parlamento e do Conselho de 22 de Setembro);
- A abertura à concorrência dos serviços internacionais de transporte de passageiros, que inclui o direito de embarcar e desembarcar passageiros em qualquer estação situada no trajecto de um serviço internacional, incluindo as estações situadas no mesmo Estado-Membro (Directiva nº DIRECTIVA 2007/58/CE do Parlamento e do Conselho de 23 de Outubro de 2007, que altera a Directiva 91/440/CEE do Conselho relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários e a Directiva 2001/14/CE relativa à repartição de capacidade da infra-estrutura ferroviária e à aplicação de taxas de utilização da infra-estrutura ferroviária);
- Directiva nº 2010/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de Julho de 2010, que estabelece um quadro para a implantação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte;
- Revisão intermédia do plano de acção de implementação da RTE-T para o período 2007-2013 (Outubro 2010).

Nacional

Ao nível legislativo, a promulgação do Decreto-Lei 20/2010 em Março de 2010 veio transpor para o panorama nacional um pacote de directivas comunitárias referentes ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários, à repartição da capacidade e à aplicação de taxas de utilização da infra-estrutura ferroviária.

Estas directivas integram um conjunto de medidas designadas por “Pacote Ferroviário III” que têm como propósito a revitalização do transporte ferroviário e a criação de um espaço ferroviário europeu integrado, nomeadamente, através da liberalização da prestação de determinados tipos de serviço de transporte ferroviário.

A transposição da legislação agora efectuada promove a liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros.

Neste contexto, as empresas de transporte ferroviário passam a poder aceder à infra-estrutura ferroviária de qualquer Estado membro para a realização de serviços de transporte ferroviário de passageiros em serviço e trajecto internacional, podendo a origem e o destino do percurso efectuado por um dado passageiro situar-se no mesmo estado membro.

É, ainda, de realçar que este direito de acesso à infra-estrutura é concedido a qualquer empresa de transporte ferroviário.

Relativamente ao Acesso à Actividade e à Infra-Estrutura foi publicado o Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de Maio que estabelece o regime de

melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional e revoga o capítulo iv do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro. Este Regulamento abrange toda a rede ferroviária nacional em exploração e nele se definem as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infra-estrutura, particularmente no que respeita às tarifas pelo uso da infra-estrutura e aos poderes da entidade reguladora, fixando um sistema convencional de penalidades e incentivos.

Foi, também, promulgada a Lei de Bases da concessão da construção e manutenção do troço ferroviário Poceirão / Caia, no âmbito da Rede de Alta Velocidade.

Ao nível da Infra-estrutura Ferroviária, o acontecimento de maior relevo foi a inauguração da variante de Alcácer, esta modernização da rede ferroviária nacional implicou um investimento de 159 milhões de euros. Esta infra-estrutura apresenta como principais benefícios a articulação do Porto de Sines com a plataforma logística do Poceirão, com ligação a Espanha e aos restantes países europeus.

Um outro benefício decorrente desta nova variante é a redução das ligações ferroviárias com a cidade de Faro em cerca de 10 minutos.

Em termos de acordos e parcerias, foram assinados dois protocolos de cooperação institucional na área dos transportes ferroviários entre a CP, a REFER e a RDZ (empresa estatal de caminhos-de-ferro da Federação Russa). Estes protocolos abrangem as áreas da formação profissional, desenvolvimento tecnológico, material circulante e projectos de alta velocidade.



Em Dezembro e com o ano já a terminar, foi revisto o contrato de concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros do eixo norte-sul atribuído à sociedade FERTAGUS – Travessia do Tejo, Transportes, S. A.

O referido contrato tem como objecto principal a concessão do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no troço Roma-Areeiro / Setúbal. O troço agora concessionado pode vir a ter os seus pontos extremos alterados, na margem norte até à Gare do Oriente e na margem sul até Praias do Sado. Esta alteração necessitará, contudo, da existência de um acordo entre concedente e concessionário.

3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Nas Demonstrações em SNC de 2009, estão registados os ajustamentos de transição em 1 de Jan. 2009, integralmente reflectidos na rubrica de Capital Próprio naquela data, como requerido pela NCRF 3, e os ajustamentos de conversão das DF's em 31 Dez. 2009, neste caso imputadas aos Resultados do Exercício de 2009.

No que respeita aos ajustamentos de transição, originaram uma perda de 140.764 m€ no Capital Próprio da empresa á data de 1 de Jan. 2009, em resultado essencialmente de alteração na política contabilística de reconhecimento e mensuração do material circulante, com base em componentes e na vida sua útil estimada (perda de 60.753 m€), no reconhecimento dos instrumentos financeiros derivados com base no justo valor (perdas de 299.130 m€ + 5.860 m€) e dos subsídios ao investimentos como instrumentos de capital próprio, e não, como proveitos diferidos (ganho de 224.732 m€).



No que respeita aos Resultados em SNC, é de realçar a variação favorável do Resultado Líquido do exercício de 2009, nomeadamente ao nível do Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) em consequência essencialmente da variação favorável no justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+124.298 m€); e do desreconhecimento dos juros corridos no período (negativos de 19.972 m€) , cujo efeito se considera incluído no justo valor dos Derivados em 31 Dez 2009, e do novo posicionamento destas operações em rubricas operacionais.

Com referência a 2010, temos uma variação negativa no justo valor dos derivados, reconhecendo-se em ganhos o valor de 56.026 m€ (valor substancialmente inferior com o apurado em 2009, de 124.298 m€). Ainda neste exercício e por via da imputação às transacções do exercício de 2010, dos ajustamentos resultantes da aplicação das políticas adoptadas na transição para SNC, foram desreconhecidos em SNC os juros líquidos proveniente de diferimentos de derivados, no montante total de 3.266 m€.

Todos estes ajustamentos estão evidenciados em detalhe, no ponto 2.4 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, por comparação do valor das rubricas em SNC com os valores em POC.

4 ACTIVIDADE OPERACIONAL

CP

O Resultado Operacional da CP em 2010, considerando apenas a actividade de transportes de passageiros ascende a cerca de -76 milhões de Euros , ou seja, 4,4 milhões de Euros (5%) melhor do que o de 2009.

Esta evolução decorre da diminuição dos Rendimentos Operacionais em cerca de 27 milhões de Euros (-33 milhões de Euros de Proveitos de Tráfego de Mercadorias e +10 milhões de Euros de Aluguer de Material Circulante, por autonomização da CP Carga, SA em 2009; -2 milhões de Euros de Proveitos de Tráfego de Passageiros; -2 milhões de Euros de Subsídios ao Investimento) e da diminuição dos Gastos Operacionais em cerca de 32 milhões de Euros (dos quais -13 milhões de Euros de Gastos com Pessoal e -5,5 milhões de Euros de Taxa de Utilização de Infraestruturas essencialmente devidos a autonomização da CP Carga, SA).

(mil)	2009	2010	10/09
Rendim. Operacional*	335.708	308.605	-8,1%
Gastos Operacionais*	-416.251	-384.758	7,6%
Resultado Operacional*	-80.543	-76.153	5,5%

* impacto operacional da actividade de transporte de passageiros



A análise do Resultado por Unidade de Negócio apresenta-se de seguida:

(mil)	2009	2010	10/09
CP LISBOA	-9.027	-15.163	-68,0%
CP PORTO	-15.271	-16.513	-8,1%
CP LONGO CURSO	1.422	1.437	1,0%
CP REGIONAL	-56.751	-59.424	-4,7%
RESTANTES	-916	13.510	1575,4%
RESULTADO OPERACIONAL *	-80.543	-76.153	5,5%

* Resultado antes de aumento de justo valor, perdas imputadas a participadas, gastos financeiros e impostos

CP LISBOA

Em 2010, a estratégia da CP Lisboa consistiu em melhorar os resultados através da dinamização da procura, da melhoria da produtividade dos seus recursos e da melhoria da qualidade do seu sistema de venda.

Neste contexto, destacaram-se as seguintes acções realizadas em 2010.

Com o objectivo da **dinamização da procura**:

- No final de Março foi implementado um novo horário na Linha do Sado para os dias úteis, com intervalos de 30 minutos entre comboios até às 21h30, tendo sido também realizada uma campanha de divulgação desta nova oferta;



- Registaram-se acções de reforço de oferta para vários eventos (Visita do Papa, Santos Populares, Optimus Alive, Concerto na praia de Carcavelos, Festiangola, entre outros);
- Foram ainda acordadas diversas Parcerias, com Autarquias e entidades promotoras de eventos. Nestas, destaca-se a assinatura de protocolo em que intervieram outros operadores da Área Metropolitana de Transportes de Lisboa com vista à promoção do transporte público nas deslocações para o Rock in Rio;
- Também importa relevar, no segmento infantil, a parceria efectuada com a empresa “Lemon” na sequência do “Festival Panda” (divulgação, transporte gratuito das crianças para o Festival, comboios com publicidade ao Festival e spot TV no canal Panda);
- Manteve-se também a aposta no segmento universitário, com a acção de dinamização (Trainintrip) na Faculdade de Letras de Lisboa com presença comercial assegurada pela CP Lisboa e oferta de viagens;
- Lançou-se o Produto “Bilhete de Família” que permite às famílias com quatro pessoas, que viagem em conjunto, aos fins-de-semana ou feriados nacionais adquirir um bilhete, válido por um dia, para um número ilimitado de viagens, no dia em que for validado e no percurso escolhido nas Linhas de Sintra, Cascais, Azambuja e Sado;
- Foram promovidas e implementadas acções que permitiram tirar maior proveito dos recursos de venda disponíveis, em particular fazendo usufruto da força de vendas existente e dos sistemas disponibilizados;





- Venda de bilhetes Rock in Rio nas estações de Entrecampos e Cais do Sodré;
- Venda de títulos da CP Longo Curso e CP Regional nas estações do Barreiro, Setúbal e Vila Franca de Xira;
- Venda do MUSICard CP 2010.
- Tiveram início os trabalhos de campo do Estudo de Mercado das Linhas de Sintra e Azambuja.

Na área da **melhoria da qualidade do sistema de venda**:

- Instalaram-se novos validadores e reforçaram-se as brigadas de fiscalização;
- Foi lançada a campanha “Validação Obrigatória (CP Lisboa), que incluiu a colocação de Autocolantes nos vidros das portas do material circulante Sintra/Azambuja/Sado a sensibilizar para a necessidade de validação dos títulos de transporte;
- Foi aprovada a 2.ª fase da instalação de acessos controlados par 12 estações;
- Foi implementada a Venda Remota para apoio na aquisição de bilhetes ou passes nas MVA's.

Tendo em vista um maior **foco no Cliente**:

- Foram abertos um novo Gabinete de Apoio ao Cliente (GAC) e a Loja CP na estação do Rossio;
- Foi mantido o reforço do núcleo Pós-Venda, tendo em vista a continuação da redução do tempo médio de resposta a reclamações;
- Teve início um projecto-piloto de reembolsos de Bilhetes no GAC do Rossio, que posteriormente será estendido ao GAC do Cais do Sodré e a algumas estações;

- Iniciou-se a fase de instalação da Base de Dados de perdidos e achados nas Bilheteiras;
- Implementou-se, no final do ano de 2010, um sistema que permite a venda remota a Clientes com dificuldade na aquisição do seu título de transporte nas Máquinas. Este sistema funciona mediante o accionamento, por parte do Cliente, de um botão na Máquina, o qual está ligado ao Centro de Serviço de Campolide. O Operador atende a chamada e efectua de forma remota a venda pretendida pelo Cliente.

Numa fase piloto, este sistema esteve ligado a 33 máquinas, tendo sido escolhidas aquelas cujas estações não têm bilheteira aberta ou um horário de funcionamento mais reduzido. Passado este período experimental, a CP irá ligar as restantes Máquinas ao sistema de venda remota.

- Foi concluído o projecto “DW BSC” que teve como principal objectivo criar um repositório de informação único para toda a informação de gestão com origem no novo sistema de venda e validação. Esta mesma aplicação permite efectuar um reporting detalhado, e com um desfasamento de tempo diminuto, da informação mais relevante de venda e validação.

Síntese dos Resultados

A conjuntura económica difícil teve impacto expressivo na mobilidade das pessoas na Área Metropolitana de Lisboa e em especial nas viagens ocasionais.

Neste contexto, a Procura na CP Lisboa registou em 2010 uma quebra de 1,4% no número de Passageiros Transportados e de 3,6% dos Proveitos de Tráfego.

Este comportamento foi comum em todas as Linhas, excepto na Linha do Sado que continua a registar uma evolução positiva no número de Passageiros (+10,7%) desde a



alteração da oferta e da melhoria da qualidade do serviço introduzida após a electrificação da infraestrutura, com os Proveitos de Tráfego nesta Linha a apresentarem um crescimento de 5,6% relativamente ao ano anterior.

O título de transporte “Passes Combinados” foi o único a registar melhoria tanto em Passageiros (+1,1%) como nos correspondentes Proveitos (+0,9%). Todos os restantes títulos apresentaram decréscimos relativamente a 2009, tendo o número de Passageiros com “Bilhete” diminuído cerca de 10%. O “Passes Intermodal”, embora com um acréscimo de 5% em Passageiros, registou uma quebra de 3% nos correspondentes Proveitos.

A CP Lisboa encerrou 2010 com um Resultado Operacional de -15.163 mil euros, ou seja 68% abaixo do ano anterior (-6 milhões de euros), tendo o grau de cobertura operacional, de 83,6% descido em cerca de 6 p.p. Para este decréscimo contribuiu o desvio registado nos Proveitos Operacionais (-1,9%), decorrente da evolução observada nos Proveitos de Tráfego já acima referida, e o acréscimo de 5,2% nos Custos Operacionais (+4.600 mil euros). Este aumento decorre dos encargos assumidos com a Bilhética sem contacto e o fecho das estações e com as reparações de material circulante.



Indicadores de Tráfego

Procura					
(mil)	2008	2009	2010	10/08	10/09
Passageiros	96.377	92.105	90.858	-5,7%	-1,4%
Sintra	48.478	46.797	46.357	-4,4%	-0,9%
Cascais	29.996	28.935	28.077	-6,4%	-3,0%
Azambuja	14.956	13.222	12.935	-13,5%	-2,2%
Sado	2.947	3.152	3.488	18,4%	10,7%
Pk's	1.297.273	1.239.528	1.212.540	-6,5%	-2,2%
Sintra	564.736	547.664	539.321	-4,5%	-1,5%
Cascais	405.543	392.738	378.100	-6,8%	-3,7%
Azambuja	288.170	257.232	248.721	-13,7%	-3,3%
Sado	38.825	41.895	46.397	19,5%	10,7%
Proveitos Tráfego	78.547	76.013	73.273	-6,7%	-3,6%
Sintra	37.240	36.021	35.057	-5,9%	-2,7%
Cascais	27.216	26.487	25.238	-7,3%	-4,7%
Azambuja	12.065	11.467	10.825	-10,3%	-5,6%
Sado	2.026	2.038	2.152	6,2%	5,6%

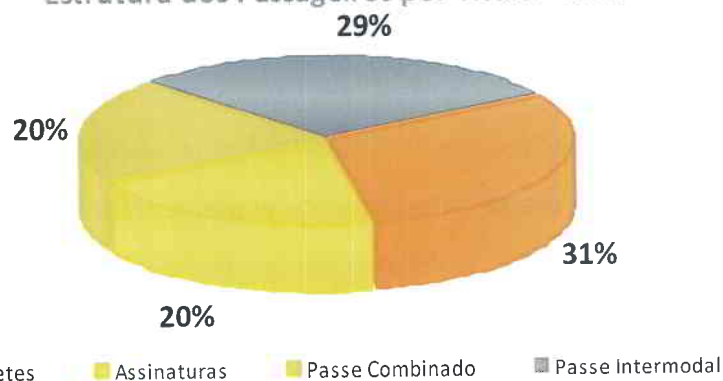
Oferta					
	2008	2009	2010	10/08	10/09
Ck's (mil)	6.990	6.953	6.968	-0,3%	0,2%
LKO's (milhões)	6.756	6.742	6.729	-0,4%	-0,2%



Qualidade	2008	2009	2010	10-08	10-09
Pontualidade					
Sintra	93,4%	85,6%	84,4%	-9,0 p.p.	-1,2 p.p.
Cascais	98,0%	97,6%	94,9%	-3,1 p.p.	-2,7 p.p.
Azambuja	87,2%	89,1%	89,7%	2,5 p.p.	0,6 p.p.
Sado	93,4%	85,7%	92,2%	-1,2 p.p.	6,5 p.p.

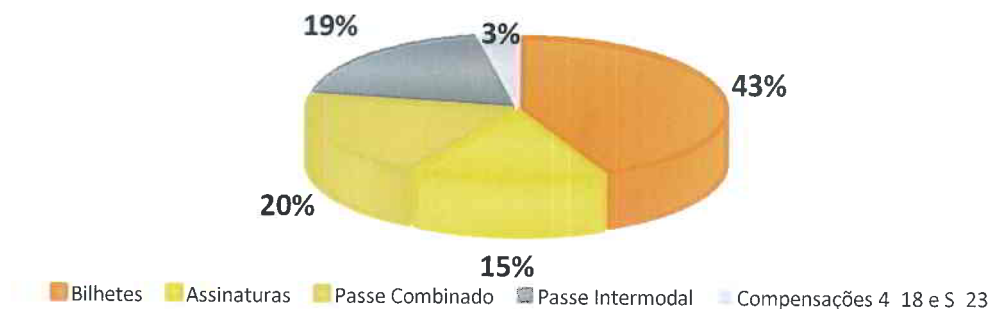
Indicadores Financeiros

(mil)	2009	2010	10/09
Res. Operacional	-9.027	-15.163	-68,0%
Prov. Operacionais	78.839	77.314	-1,9%
Custos Operacionais	87.866	92.477	5,2%
Grau de Cobertura	89,7%	83,6%	-6,1 p.p.
EBITDA	-7.860	-12.605	-60,4%

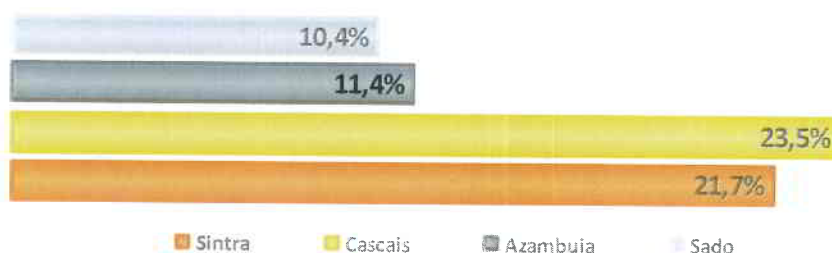
Estrutura dos Passageiros por Título - 2010



Estrutura dos Proveitos de Tráfego por Título - 2010



Taxa de Ocupação por Linha



CP PORTO

Em 2010, a CP Porto teve por objectivo manter, de uma forma sustentada, o crescimento da procura assente no modelo de oferta anteriormente implementado e simultaneamente prosseguir a sua dinâmica comercial, com recurso a desenvolvimento de projectos especiais e parcerias.



As acções comerciais prosseguidas visaram contribuir quer para estimular a geração de procura e obtenção da correspondente receita de tráfego, quer para divulgar os serviços Urbanos da CP Porto. Assim, focalizaram-se no estabelecimento de parcerias e contactos, e na realização de Projectos Especiais e Grupos.

Simultaneamente, ao longo do ano, procedeu-se à monitorização da eventual necessidade em efectuar ajustamentos na oferta das linhas de Aveiro, Braga e Caíde, na sequência da reabertura da Linha de Leixões.

As acções com maior relevância tiveram especial ênfase nos seguintes domínios:

▪ **No âmbito das Acções de Venda/Parcerias/Intermodalidade:**

- Acções de venda, contactos e divulgação dos serviços Urbanos da CP Porto;
- Estabelecimento de cerca de 29.800 contactos com clientes e 47 parcerias para incremento da actividade comercial.

No ano de 2010, a CP Porto registou crescimentos significativos nos segmentos "Grupos" e "Escolas".

▪ **No âmbito da Bilhética Sem Contacto**

Foi efectuado o teste piloto para a implementação da Bilhética sem contacto, procurando-se assim maximizar o valor criado pela integração no Andante, bem como consolidar e alargar a rede de distribuição.



▪ **No âmbito da Variável Preço:**

Foi efectuado um aumento tarifário com efeitos a 01 de Julho de 2010 assente num aumento nominal de 1,20%. Foi novamente apresentada proposta relativa ao preço dos títulos monomodais. Ao nível do intermodal, não se verificou em 2010, a introdução do critério de repartição de receita intermodal, critério passageiro quilómetro, conforme estava inicialmente previsto.

▪ **No âmbito da Gestão de Estações:**

Ao nível da Gestão de Estações foram desenvolvidas diversas actividades das quais se destacam:

- a introdução do sistema de monitorização das estações concessionadas;
- a realização de auditorias REFER e CP Porto às estações concessionadas;
- elaboração dos mapas quantitativos de limpeza de material circulante e instalações para 2010 e participação na elaboração do novo contrato para estas limpezas, contendo revisão de quantidades.

▪ **No âmbito da Operação:**

Regista-se:

- A introdução no ACC das aplicações informáticas relativas à Graficagem Automática de Comboios – GAC e do CTC Virtual;
- A análise do horário impulso 2008;

- Abertura do Posto de Tracção em Aveiro e transferência de maquinistas da CPRG para a CPPT com implementação das novas escalas de Operadores de Revisão e Venda de Porto S. Bento e de Aveiro a partir de 19/09/2010.

- **No âmbito da Gestão de Pessoal Circulante:**

No sentido de potenciar sinergias e permitir flexibilizar e ajustar os recursos existentes às necessidades da Unidade, procedeu-se à reconversão de colaboradores - Assistentes Comerciais e Operadores de Venda e Controlo em Operadores de Revisão e Venda em Operadores de Revisão e Venda.

- **No âmbito da Racionalização dos Consumos Energéticos**

Neste domínio foram implementadas duas acções relevantes:

- a aprovação do protótipo e extensão a toda a série UME's 3400 do sistema de monitorização e controlo do consumo energético;
- a implementação do protótipo e teste na UME 3401 de novo SW para temporização da iluminação para modo stand-by (25% iluminação).

- **No âmbito da Qualidade**

Destaque para aprovação do Manual de Qualidade e Ambiente e Auditoria Externa da Qualidade realizada pela APCER.



Síntese de Resultados

No ano de 2010, a Procura da CP Porto atingiu mais de 21 milhões de Passageiros, tendo transportado mais 556 milhares de Passageiros que no ano anterior, o que representa um crescimento de 2,7%. Este acréscimo contribuiu por sua vez para o aumento dos Proveitos de Tráfego em 2,4%, ou seja, cerca de +490 milhares de euros.

O crescimento da procura verificou-se de forma generalizada em todas as Linhas. A Linha de Aveiro registou uma variação positiva de 223 milhares de Passageiros (+2,8%), seguida da Linha de Caíde com +147 milhares de Passageiros (+2,5%), da Linha de Braga com +136 milhares de Passageiros (+2,9%) e da Linha de Guimarães em que se verificou um aumento de 52 milhares de Passageiros (+2,6%).

A evolução dos Proveitos de Tráfego foi ainda influenciada pela degradação da base tarifária média, decorrente do decréscimo de 1,6% no número de Passageiro com “Bilhetes” e do aumento do peso das Assinaturas e do Andante na estrutura de proveitos da Unidade.

Para ir de encontro às expectativas do mercado foi necessário incrementar a actividade da Unidade de Negócio (crescimento de 2,4% em Combois*Quilómetro) com o consequente acréscimo de Custos Operacionais. No entanto, refere-se que o material circulante e os meios humanos adicionais foram obtidos por transferência a partir de outras Unidades de Negócio, contribuindo assim para a rentabilização dos meios existentes na CP.

Os Custos Operacionais registaram um aumento de 4,2%, o que em termos absolutos corresponde a cerca de 1,5 milhões de euros, devido à já referida expansão da actividade e aos custos com as reparações por avarias.



Em termos globais a Unidade obteve em 2010 um grau de cobertura de 56,8%, com um Resultado Operacional de -16,5 milhões de euros, ou seja, um agravamento de cerca de 1,2 milhões de euros face ao ano anterior.

Indicadores de Tráfego

Procura	2008	2009	2010	10/08	10/09
(mil)					
Passageiros	19.969	20.580	21.136	5,8%	2,7%
Aveiro	7.900	7.943	8.166	3,4%	2,8%
Braga	4.579	4.745	4.881	6,6%	2,9%
Caide	5.568	5.887	6.034	8,4%	2,5%
Guimarães	1.922	2.004	2.056	7,0%	2,6%
PK's	576.618	599.997	622.767	8,0%	3,8%
Aveiro	221.503	227.537	237.836	7,4%	4,5%
Braga	123.464	133.820	139.581	13,1%	4,3%
Caide	172.643	178.500	183.110	6,1%	2,6%
Guimarães	59.008	60.139	62.239	5,5%	3,5%
Proveitos Tráfego	19.739	20.460	20.951	6,1%	2,4%
Aveiro	8.265	8.114	8.251	-0,2%	1,7%
Braga	4.423	4.711	4.884	10,4%	3,7%
Caide	4.846	5.267	5.390	11,2%	2,3%
Guimarães	1.922	2.083	2.127	10,7%	2,1%
Outros	283	285	298	5,3%	4,5%

Oferta	2008	2009	2010	10/08	10/09
(mil)					
Ck's	4.627	4948	5068	9,5%	2,4%
LKO's	2158	2260	2348	8,8%	3,9%

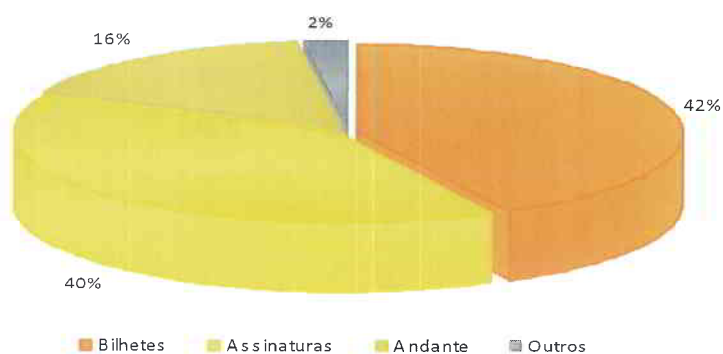
Qualidade

	2008	2009	2010	10-08	10-09
Pontualidade					
Aveiro	90,4%	84,7%	77,5%	-12,9 p.p.	-7,2 p.p.
Braga	95,6%	87,7%	86,8%	-8,8 p.p.	-0,9 p.p.
Carde	96,2%	88,9%	88,3%	-7,9 p.p.	-0,6 p.p.
Guimarães	94,1%	75,7%	83,6%	-10,5 p.p.	7,9 p.p.

Indicadores Financeiros

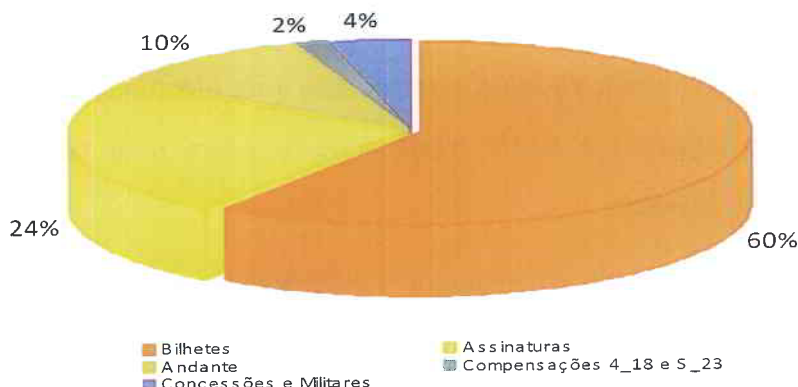
(mil)	2009	2010	10/09
Res. Operacional	-15.271	-16.513	-8,1%
Prov. Operacionais	21.435	21.731	1,4%
Custos Operacionais	36.706	38.244	4,2%
Grau de Cobertura	58,4%	56,8%	-1,6 p.p.
EBITDA	-14.640	-15.832	-8,1%

Estrutura dos Passageiros por Título - 2010





Estrutura dos Proveitos de Tráfego por Título - 2010



Taxa de Ocupação por Linha



CP LONGO CURSO

A CP Longo Curso baseou a sua estratégia para o ano de 2010 no crescimento do tráfego Alfa Pendular e na consolidação do crescimento do serviço Intercidades, a concretizar através da dinamização de novos canais de distribuição e informação, bem como do aumento da qualidade e da produtividade do serviço prestado.

No âmbito das **Actividades Comerciais**:

- A partir de 1 de Março o serviço Sud Expresso passou a ser efectuado com comboios da série IV Talgo alugados à Renfe, verificando-se assim uma revitalização e modernização deste Serviço;
- Em Abril, devido ao impacto da actividade do vulcão islandês no transporte aéreo, a CP Longo Curso reforçou temporariamente a oferta no serviço Internacional;
- Na sequência do encerramento da Linha do Alentejo, para intervenção na infraestrutura, implementou-se o serviço de substituição com recurso a alternativas rodoviários;
- Procedeu-se à dinamização de parcerias com serviços e entidades complementares e entidades mobilizadoras de deslocações. No âmbito da Bolsa de Turismo de Lisboa foram realizados diversos contactos com vista ao desenvolvimento de produtos específicos para os Eixos do Sul, Beira Baixa e Beira Alta no segmento de viagens de lazer e parcerias;
- Realizou-se um reforço da oferta regular, por ocasião da visita do Papa e de outros eventos mobilizadores de deslocações como é o caso do Rock in Rio;
- Deu-se seguimento à política de potenciação do segmento de viagens profissionais – CP Empresas e teve início a preparação da dinamização de comunicação em 2011;
- Foi lançado o Produto “Família”.



COMBOIOS DE PORTUGAL



No que concerne à **Adequação da Política Tarifária** procedeu-se a 1 de Fevereiro ao aumento tarifário nos serviços Alfa Pendular e Intercidades (excepto nos IC's de Évora e Beja). Em Julho teve lugar uma actualização da taxa de IVA.

Tendo em vista a **Dinamização de Novos Canais de Distribuição**:

- Procedeu-se à abertura da bilheteira da Estação do Rossio na Loja CP;
- Disponibilizou-se a pré-reserva online de refeições nos Alfa Pendulares;
- Foram introduzidas novas funcionalidades na Venda em Trânsito;
- Prosseguiu a optimização de políticas comerciais com agências de viagens.

Com o propósito de **Aumentar a Produtividade dos Recursos** foi implementada a Requisição Electrónica e teve início o projecto da Facturação Electrónica.

Na sequência da inauguração da variante de Alcácer do Sal o tempo de viagem em Alfa Pendular entre Porto e Algarve sofreu uma redução superior a 10 minutos.

De realçar a baixa pontualidade (próximo dos 65%), por causas alheias à CP, apresentada no período pelos comboios desta Unidade.





Síntese dos Resultados

Os Proveitos de Tráfego da CP Longo Curso registaram em 2010 um crescimento de 1,4 milhões de euros (+1,6%) em relação a 2009, essencialmente explicado pelo aumento tarifário ocorrido no início de Fevereiro de 2010. Verificou-se simultaneamente um decréscimo nos Passageiros transportados (-2,6%) e um decréscimo de 1,6% em Passageiros*Quilómetro, evidenciando um ligeiro aumento do percurso médio. Esta evolução é justificada, para além dos dias de greve, pelo encerramento da Linha do Alentejo, com suspensão dos Intercidades de Évora e Beja.

Verificou-se uma diminuição do número de Passageiros transportados tanto no serviço Alfa Pendular (-1,1%) como no serviço Intercidades (-3,5%). A Procura do serviço Internacional registou um aumento de 3,0% devido aos desdobramentos do comboio SUD, na sequência do impacto da actividade do vulcão islandês no transporte aéreo e da revitalização implementada neste serviço que passou a ser efectuado com material alugado à Renfe.

A CP Longo Curso fechou 2010 com um Resultado Operacional positivo de cerca de 1,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 15 milhares de euros em relação a 2009 (+1,0%). A taxa de cobertura operacional foi de cerca de 101,7%, idêntica à de 2009.

Os Proveitos Operacionais tiveram uma diminuição de 0,1% face a 2009. Os Custos Operacionais situaram-se também 0,1% abaixo dos registados em 2009. Ocorreu no entanto uma alteração na estrutura de custos decorrente da alteração do Acordo CP / Renfe após reformulação do serviço SUD, em que o material circulante passou a ser cedido pela Renfe, e com alugueres de veículos rodoviários após introdução de serviço alternativo na linha do Alentejo na sequência da intervenção na infraestrutura.

A alteração do serviço na linha do Alentejo e no serviço Sud, permitiram a libertação do material que lhes estava afecto ficando disponível para aplicações alternativas.



Indicadores de Tráfego

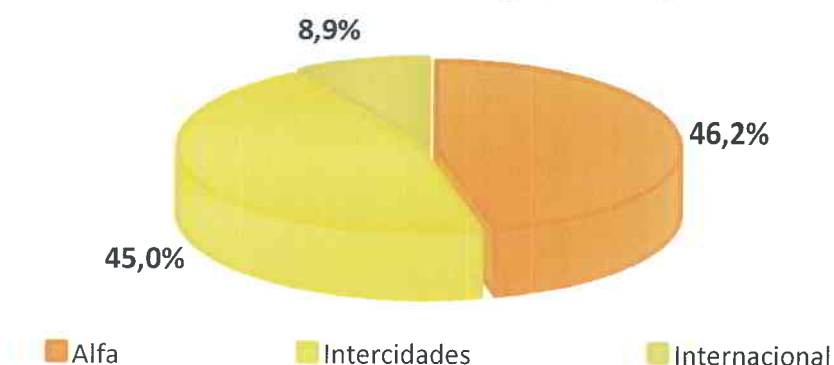
Procura					
(mil)	2008	2009	2010	10/08	10/09
Passageiros	5.314	5.364	5.226	-1,7%	-2,6%
Alfa	1.795	1.798	1.778	-1,0%	-1,1%
Intercidades	3.364	3.430	3.309	-1,7%	-3,5%
Internacional	155	136	140	-9,8%	3,0%
PK's	1.371.639	1.374.617	1.353.202	-1,3%	-1,6%
Alfa	524.881	529.195	519.259	-1,1%	-1,9%
Intercidades	727.145	742.711	730.700	0,5%	-1,6%
Internacional	119.613	102.712	103.243	-13,7%	0,5%
Proveitos Tráfego	85.897	85.463	86.847	1,1%	1,6%
Alfa	39.455	39.628	40.086	1,6%	1,2%
Intercidades	37.937	38.611	39.072	3,0%	1,2%
Internacional	8.506	7.225	7.689	-9,6%	6,4%
Oferta					
(mil)	2008	2009	2010	10/08	10/09
Ck's	8.499	8.402	7.912	-6,9%	-5,8%
LKO's	2.593	2.596	2.458	-5,2%	-5,3%



Qualidade	2008	2009	2010P	2010	10-08	10-09
Pontualidade						
Alfa	60,0%	62,4%	90,0%	68,6%	8,6 p.p.	6,2 p.p.
Intercidades	63,0%	70,7%	90,0%	67,4%	4,4 p.p.	-3,3 p.p.
Internacional	74,0%	85,3%	95,0%	88,0%	14,0 p.p.	2,7 p.p.

Indicadores Financeiros

(mil)	2009	2010	10/09
Res. Operacional	1.422	1.437	1,0%
Prov. Operacionais	88.279	88.229	-0,1%
Custos Operacionais	86.856	86.792	-0,1%
Grau de Cobertura	101,6%	101,7%	0,0 p.p.
EBITDA	1.572	2.027	28,9%

Estrutura dos Proveitos de Tráfego por Serviço - 2010

Taxa de Ocupação por Serviço



CP REGIONAL

No ano de 2010 a estratégia da CP Regional foi enquadrada por 5 vectores de actuação: adequar, os serviços oferecidos, às mobilidades regionais; ajustar, a oferta, nas linhas de baixa procura; implementar a segunda fase do novo modelo tarifário; otimizar a utilização dos recursos humanos e reduzir os custos com o pessoal.

Das acções desenvolvidas em 2010 destacam-se as seguintes:

Com o objectivo de **melhorar a qualidade do serviço prestado**

- Foi concluída a substituição das Máquinas de Venda em Trânsito (MVT).
- Iniciou-se o projecto de substituição dos Equipamentos de Venda de Bilhetes nas Bilheteiras, estando em desenvolvimento o software para integração, do sistema de venda da CP Regional, na nova versão da Bilhética Sem Contacto da CP Lisboa.
- Procedeu-se à instalação, do novo software para validação dos títulos da CP Lisboa, nas MVT.



- Foram introduzidas, na operação comercial da linha do Douro, as primeiras unidades diesel triplas, (UTD's), da série 592. Trata-se de material com ambiente climatizado, janelas panorâmicas, bancos ergonómicos e insonorização, conferindo mais conforto aos Clientes e uma agradável experiência na sua viagem.
- A Unidade realizou vários comboios especiais para grupos, organizados por Câmaras, Paróquias, Colégios e outras organizações. Efectuaram-se igualmente vários serviços especiais com destaque para a Linha do Vouga e comboios para a Praia de Espinho e as viagens da “Rota das Amendoeiras”, do “Comboio Histórico” e do “Comboio Aventura”.

No âmbito da **Adequação do Modelo Tarifário** entrou em vigor, em 1 de Março de 2010, a 2.ª fase do modelo tarifário da CP Regional. Em Julho teve lugar uma actualização, devido à alteração da taxa do IVA.

No que concerne à **Divulgação e Promoção dos serviços da CP Regional**, foi dado enfoque à realização de acções comerciais com forte promoção local, de que são exemplos de sucesso o comboio “Rota das Amendoeiras”, “Festa das Vindimas”, “Rotas gastronómicas”, “Festa das Cerejas no Fundão” e o comboio turístico para a Festa do Chocolate em Óbidos, tendo decorrido em Outubro uma campanha de lançamento dos Roteiros do Regional.

Ficou concluída a colocação de suportes de informação ao público nos apeadeiros e estações sem presença comercial nas Linhas do Minho, Douro e do Vouga.

Com o objectivo de **Optimizar a Gestão de Recursos Humanos**, foram realizadas acções que visaram a redução do trabalho extraordinário.



No que respeita à **Oferta**, permaneceram encerrados devido a obras de melhoria das infraestruturas de transporte o Ramal da Lousã (encerrado totalmente em Janeiro de 2010), a linha Coimbra – Figueira da Foz (por Cantanhede) e as Linhas de Via Estreita do Douro (interditadas por questões de segurança).

Com o encerramento do Ramal da Lousã e no sentido da adequação às necessidades dos clientes procedeu-se à alteração do período de funcionamento da estação de Coimbra.

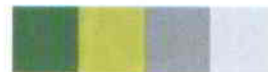
Nas Linhas do Douro e do Oeste os temporais que ocorreram no 1.º Trimestre provocaram importantes alterações na Oferta, com consequências ao nível da procura.

Em Maio, na sequência do encerramento do troço Bombel/Casa Branca da linha do Alentejo, para intervenção na infraestrutura, foi implementado serviço rodoviário de substituição.

Síntese dos Resultados

Em 2010 a Procura de CP Regional, avaliada em número de Passageiros, ficou abaixo de 2009 em 2,8%, tendo os Passageiros*Quilómetro apresentado, relativamente a 2009, um decréscimo de 4,0%. Esta redução da procura é explicada pela crise, mas também pelo encerramento à exploração de diversos troços. Acresce a estes efeitos os dias de greve e o impacto dos temporais ocorridos com importantes consequências ao nível da oferta e da procura.

Os Proveitos de Tráfego situaram-se também 4% abaixo do registado em 2009. De referir a implementação da 2.ª fase do modelo tarifário em 1 de Março de 2010.



Apesar desta diminuição registou-se um acréscimo nos Proveitos Operacionais de 1,3% face a 2009, devido a proveitos por refacturação, designadamente dos custos suportados com alternativos rodoviários no Ramal da Lousã que atingiram cerca de 1,6 milhões de euros. Não obstante o aumento registado nos proveitos Operacionais o Resultado Operacional apresentou um agravamento de 4,7% (-2,7 milhões de euros), em consequência do acréscimo dos Custos Operacionais em 3,5%. Este acréscimo é explicado nomeadamente pelo aumento dos preços dos combustíveis para tracção e dos encargos suportados com alugueres de veículos rodoviários decorrentes dos serviços de substituição implementados.

Indicadores de Tráfego

Procura					
(mil)	2008	2009	2010	10/08	10/09
Passageiros	13.857	13.230	12.861	-7,2%	-2,8%
Pk's	568.573	551.885	529.908	-6,8%	-4,0%
Proveitos Tráfego	32.001	30.259	29.055	-9,2%	-4,0%
Oferta					
(mil)	2008	2009	2010	10/08	10/09
Ck's	11.487	11.285	10.759	-6,3%	-4,7%
LKO's	2.842	2.793	2.568	-9,6%	-8,0%
Qualidade					
	2008	2009	2010	10-08	10-09
Pontualidade	88%	87%	88%	-0,2 p.p.	0,9 p.p.



Indicadores Financeiros

Procura			
(mil)	2009	2010	10/09
Res. Operacional	-56.751	-59.424	-4,7%
Prov. Operacionais	31.539	31.934	1,3%
Custos Operacionais	88.290	91.358	3,5%
Grau de Cobertura	35,7%	35,0%	-0,8 p.p.
EBITDA	-56.742	-57.804	-1,9%

Frota

O parque de material circulante da CP em serviço comercial nas Unidades de Negócio e CP Carga, SA a 31 de Dezembro de 2010, era constituído por 197 automotoras eléctricas, 48 automotoras diesel, 54 locomotivas eléctricas, 49 locomotivas diesel e 103 carruagens.

O Investimento em material circulante realizado em 2010 foi da ordem de 16,2 milhões de euros, dos quais 0,7 em aquisição, 1,1 em modernização, 0,6 em beneficiação e 14 milhões de euros e reparações do material circulante.

No que se refere ao parque de material circulante salientam-se as seguintes acções:

- Celebração de contrato para a alteração da velocidade máxima de 45 carruagens para 200 km/h, visando a normalização da velocidade máxima da totalidade do parque activo de carruagens.



- Instalação em todas as UMEs 3400 de um sistema de monitorização de consumo de energia eléctrica, potenciando hábitos de condução cuidada com a inerente poupança de energia.
- Celebração de contratos de Prestação de Serviços de Manutenção com a EMEF, para os CPAs e para as automotoras eléctricas da CP Lisboa; complementarmente, foi também celebrado o contrato de gestão de peças de reserva dos CPAs.

Como já se referiu, os concursos de aquisição de Material Circulante, para automotoras diesel e eléctricas da CP e para automotoras eléctricas do SMM, terminaram sem adjudicação.

Menciona ainda, a entrada ao serviço 5 das 17 automotoras diesel alugadas à RENFE (série 592), destinadas aos serviços Regionais, Interregionais e Internacionais nas Linhas do Douro, Minho e Vigo.

Serviços Partilhados

A estrutura central, então designada por “CP Serviços” prosseguiu no ano de 2010 a implementação e/ou alargamento dos Projectos lançados em 2009 e que tinham como objectivo primordial obter ganhos de produtividade, implementar medidas tendentes à obtenção de economias de escala e à satisfação dos seus Clientes.

Assim, em 2010 foi iniciado o alargamento da implementação do Sistema de Gestão de Presenças ao Pessoal Operacional Fixo da CP Lisboa e CP Porto, tendo em vista a uniformização da recolha de prestação de trabalho. Este sistema integra também as funcionalidades de gestão de escalas, que uniformiza e optimiza a gestão das mesmas, bem





COMBOIOS DE PORTUGAL



como de emissão dos planos de férias e dos mapas de horário de trabalho a enviar para o ACT.

Foi também alargada a prestação de serviços, passando a ser prestados serviços de Contabilidade à Fergráfica, S.A., Empresa do Grupo CP.

No âmbito da e-requisição, procedeu-se à criação e implementação de Web Services para os produtos de transporte específicos da CP Lisboa (CPLX), permitindo a requisição de uma só vez e até doze vezes de títulos idênticos. Foram também efectuadas reuniões, nomeadamente no Auditório do MOPT, para divulgação da e-requisição, tendo sido ultrapassadas as duas centenas de protocolos assinados.

Ainda em 2010, procedeu-se aos desenvolvimentos das condições técnicas e funcionais em ambiente SAP, com vista à conversão da Contabilidade Analítica para as novas normas contabilísticas e de relato financeiro para o SNC e respectiva implementação em SAP.

No âmbito da Bilhética Sem Contacto (BSC), foram implementadas as acções já mencionadas em unidades de negócio. Destacam-se ainda os desenvolvimentos de módulos em sistemas de suporte à decisão, quer na componente comercial (DW-BSC), quer na componente operacional (DW-TO).

Regista-se igualmente a implementação da Plataforma Electrónica de Contratação Pública, bem como o lançamento de diversos concursos, entre outros, os de fornecimentos de energia de tracção média, alta e muito alta tensão.

Pela Deliberação nº07/2010 do Conselho de Administração da CP, de 23 de Junho de 2010, foi realizada uma reestruturação dos serviços desta Unidade, passando os Serviços Jurídicos a ficar directamente dependentes do Conselho de Administração e deixando de integrar a CP Serviços, como até então. Pela Deliberação nº20/2010 do Conselho de Administração da





CP, de 09 de Dezembro de 2010, foi extinta a CP Serviços, tendo as suas competências sido distribuídas pelas direcções criadas ao abrigo desta Deliberação.

5 OBJECTIVOS DE GESTÃO

Para 2010, não foi emanado despacho conjunto das Tutelas Sectorial e Financeira com orientações e objectivos de gestão. Não obstante a CP apresentou em 20.01.2010 documentos previsionais contendo objectivos relativamente à Oferta, Procura e Resultados.

Na sequência da tomada de posse em Junho 2010, o novo Conselho de Administração da CP considerou necessário proceder à revisão do Plano/OE 2010 inicialmente enviado.

As alterações propostas incidiram essencialmente nos Proveitos em resultado da quebra da procura e da não aceitação pela REFER de alguns pressupostos iniciais assumidos pela CP, nomeadamente os relativos à indemnização dos prejuízos suportados pela CP com o encerramento do Túnel do Rossio (-4,6 milhões de Euros) e o ressarcimento dos custos com o transporte rodoviário de substituição, na sequência do encerramento de algumas Linhas para realização de trabalhos na infra-estrutura (-2,7 milhões de Euros).

O cenário de crise existente, com desemprego crescente, menos confiança na economia e contracção do orçamento familiar, originou uma forte quebra nas movimentações pendulares, mas sobretudo nas viagens ocasionais, não prevista de uma forma tão acentuada aquando da fixação dos objectivos para 2010. Também a ocorrência de algumas greves tiveram impacto na quebra da procura.



COMBOIOS DE PORTUGAL



Assim e no que respeita à Procura, registou-se um desvio de -1,7% em relação ao número de Passageiros previstos para 2010 (-2,3 milhões de Passageiros) e um desvio de -2,2% nos Passageiros*Quilómetro.

Este desvio face ao previsto ocorreu essencialmente na CP Lisboa e na CP Longo Curso, com diminuição do número de Passageiros Transportados de, respectivamente, 2,4% e de 3,5%. A CP Porto superou o crescimento previsto, registando-se um aumento de 1,4% do número de Passageiros transportados.

A Oferta da CP, avaliada em Comboios*Quilómetro, foi de 30.713 milhares de CK, situando-se praticamente ao nível do planeado. A ligeira diminuição verificada (-0,6%) decorreu essencialmente de algumas greves ocorridas.

A CP encerrou 2010 com um Resultado Líquido, de -195 milhões de euros. Este Resultado está influenciado positivamente por aumentos do justo valor de derivados em 56 milhões de euros, não previstos em virtude do orçamento ter sido ainda elaborado em POC.

Caso se exclua este efeito verificamos um desvio no Resultado Líquido face ao objectivo em cerca de 48 milhões de euros.

Este desvio é explicado designadamente pelo recebimento de 34,7 milhões de euros de Indemnizações Compensatórias inferiores em cerca de 40 milhões de euros ao solicitado e pelo acréscimo de encargos financeiros, inerente ao crescimento da dívida remunerada que contribuíram para o agravamento do Resultado Financeiro em cerca de 8 milhões de euros relativamente ao previsto.



6 PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO E DE RECEBIMENTO.

Prazo Médio de Pagamento

No âmbito do programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho Ministros (RCM) nº 34/2008 de 22 de Fevereiro, e nos deveres especiais de informação que incumbem às empresas públicas nos termos da legislação em vigor, alínea g) do nº 1 do Despacho nº14277/2008, de 14 de Maio, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 99, de 23 de Maio de 2008, de S. Exa o Ministro de Estado e das Finanças, cumpre-nos reportar dados trimestrais obrigatórios no SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) para efeitos de cálculo do PMP.

Dados trimestrais reportados, durante o período de Dez 2008 e até Dez de 2010.

4º Trim 2008	76 dias
1º Trim 2009	77 dias
2º Trim 2009	70 dias
3º Trim 2009	72 dias
4º Trim 2009	70 dias
1º Trim 2010	65 dias
2º Trim 2010	67 dias
3º Trim 2010	61 dias
4º Trim. 2010	60 dias



Prazo Médio de Recebimento

Tem sido procedimento interno da Empresa, desenvolver acções de cobrança junto dos clientes para assegurar a regularização dos valores em dívida, nomeadamente sobre Organismos Estatais, aos quais é legalmente imposto á CP o transporte a crédito via requisição de transporte (documento previamente aprovado pela própria entidade que efectua a utilização do serviço ferroviário) ou “gratuidades”, sobre Agências de Viagem e Outros (facturações esporádicas de prestação de serviços técnicos ,venda de sucata, cedência de pessoal, etc...)

Não obstante não existir compromisso na divulgação do PMR (ao contrário do que se verifica com o PMP), a empresa mantém um controlo regular sobre esse indicador, nos débitos de serviços de transporte efectuado pela CPPT, CPLX, CPLC e CPRG.

Excluem-se da análise mencionada, a partir de Setembro, os clientes REFER, MDN, Redes Estrangeiras e processos de dívida em tratamento pelos Serviços Jurídicos, cuja antiguidade de movimentos e/ou complexidade na validação e aceitação de facturas, poderia inflacionar o indicador.

Data de análise do saldo	PMR
31-08-10 (sem exclusão)	335
30-09-10	22
31-10-10	38



7 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O Conselho de Administração definiu as grandes linhas de orientação estratégica CP 2011-2013, que pressupõem um modelo operativo, rigoroso e flexível centrado no Cliente, uma gestão profissional e equilibrada, do portefólio do negócio, um benchmark das melhores prática e a aposta na qualificação dos Colaboradores. Neste contexto aprovou como objectivos estratégicos :

1. Orientar a actuação para o Cliente;
2. Aumentar Eficiência e Produtividade;
3. Obter o Contrato de Serviço Público;
4. Fazer o processo de mudança.

A estratégia da empresa está associada a uma constante preocupação em assegurar o cumprimento das políticas nacionais e internacionais e assenta em importantes vectores de actuação para cada objectivo:

1. Orientação para o Cliente
 - Melhorar o conhecimento do mercado;
 - Adequar a oferta de serviços de transporte, em articulação com os outros modos, numa perspectiva global do mercado;
 - Recriar e dinamizar comercialmente os serviços;
 - Promover os canais de interacção com os clientes actuais e com os clientes potenciais.
2. Aumentar Eficiência e Produtividade
 - Melhorar a eficiência, flexibilidade e qualidade:
 - na prestação de serviços de reparação e de manutenção de material circulante;
 - da gestão operacional;



- na prestação dos serviços de suporte à actividade;
 - e da produtividade visando uma racionalização de Custos de Funcionamento, optimização integrada dos processos e dos recursos humanos.
3. Fazer o processo de mudança
- Promover uma cultura de valor e de responsabilização;
 - Reforçar o relacionamento com Stakeholders numa perspectiva win-win;
 - Comunicar a missão e os valores CP de forma alinhada com a estratégia, facilitando o processo de mudança e a imagem percebida da companhia;
 - Reforçar a estratégia de Grupo.

O Plano de Actividades e Orçamentos para 2011 teve presente estas orientações estratégicas bem assim como as entretanto transmitidas pela Tutela Financeira ao Sector Empresarial do Estado no quadro das medidas de austeridade e que nomeadamente determinam a “ promoção da redução de custos com um objectivo global de 15%, através de política salarial restritiva, estruturas de gestão simplificadas e fornecimentos e Serviços externos limitados”.

Neste contexto e considerando que o grande desafio para a CP será o de alcançar, tão breve quanto possível, o equilíbrio económico-financeiro da actividade após o recebimento das dotações relativas ao Serviço Público, o Conselho de Administração fixou para 2011 os seguintes objectivos:

- Melhorar a eficiência e racionalizar a oferta, suprimindo horários e criando outros;
- Racionalizar o contacto com o cliente, criando bilheteiras CP únicas independentemente da UN a que se destina a venda;
- Reduzir/simplificar cartões e descontos;
- Melhorar a eficiência reduzindo os custos (optimização de utilização de material circulante; racionalização dos RH directos e Corporativos);

- Melhorar os processos internos assegurando altos níveis de participação e satisfação interna;
- Melhorar os proveitos das actividades não core (Património; Publicidade);
- Propor medidas fiscais incentivadoras do uso do CF em alguns locais;
- Propor melhoria de BTM e a contratualização do serviço público visando a sustentabilidade do negócio.

Para avaliação da execução deste conjunto de objectivos estabeleceram-se os seguintes indicadores e metas:

Objectivo	Indicador	Meta
Melhorar a sustentabilidade financeira	EBIDTA 2011 / EBITDA 2009 (a)	13,9%
Aumentar a Eficiência	(C. OPER 2011/ P2011) / (C. OPER 2010/ P2010) (a)	-5,7%
	R. OPER 2011/R. OPER 2010 (a)	39,6%
Melhorar processos de gestão assegurando altos níveis de participação e satisfação interna	(nº Trabalhadores em áreas de apoio à gestão 2011/total trabalhadores2011)/(nº Trabalhadores em áreas de apoio à gestão 2010/total trabalhadores2010)	-13,0%
Melhorar proveitos de actividades não Core	(Proveitos não Core 2011/ Proveitos totais 2011)/ (Proveitos não Core 2010/ Proveitos totais 2010)	n.q
(a) Sem rescisões		



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação dos mercados financeiros e a chamada “crise das dívidas soberanas” tem afectado o modelo de financiamento existente nas empresas do sector de transportes em Portugal, nomeadamente na CP. Antecipando a falta de liquidez do sector bancário doméstico, a CP fez uma emissão de dívida em 2009, que acabou por ser suficiente para cumprir as suas necessidades de financiamento para 2010.

O relacionamento da empresa com as instituições financeiras possibilitou o financiamento das necessidades de fundos.

Com a queda do rating da república e escassez de liquidez no mercado interno, algumas disponibilidades contratadas vieram a ficar indisponíveis, tendo, estas causas externas, afectado negativamente o rating também da CP.

A situação operacional da CP para 2011 apresenta sustentabilidade e na sequência das medidas já tomadas e em curso, esperamos obter neste ano um cashflow operacional positivo. Consideramos pois que os factores de sustentabilidade futura melhoraram. Contudo, o contexto é adverso mas devidamente suportado pelo Estado que tem garantido todo o seu apoio à empresa, quer avalizando directamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade.

Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar cerca de 130 milhões de passageiros ano, como factor de importância vital para o funcionamento da actividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.



9 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício assinalam-se os seguintes factos:

- A publicação do Orçamento do Estado para 2011 com um conjunto de restrições aplicáveis à empresa em matéria de redução de salários e outras obrigações de redução de custos operacionais;
- A sequência de greves, em contestação da aplicação das medidas preconizadas no OE 2011, com consequências negativas para o funcionamento da empresa e para os seus clientes;
- Assinatura pela CP do regime transitório de financiamento da prestação de Serviço Público;
- Transferência da EMEF para a CP da empresa SAROS;
- Queda do rating da República e da CP, o que implica uma nova estratégia de financiamento da empresa.

10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquido do Exercício , déficit de -195 197 037 Euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Presidente: ~~Dr.~~ José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogal (2): Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal (3): Dr.ª Madalena Paixão de Sousa



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010





COMBOIOS DE PORTUGAL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

E

ANEXOS INDIVIDUAIS

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2010

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1.012.251.108	1.103.272.612
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	7	867.792	657.875
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	12.003.946	13.874.276
Participações financeiras - outros métodos	9	19.223.632	19.221.132
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		1.044.346.478	1.137.025.895
Activo corrente			
Inventários	13	5.903.090	5.871.095
Activos biológicos			
Clientes	14, 54	5.508.025	4.212.427
Adiantamentos a fornecedores	15	1.313.400	7.295.137
Estado e outros entes públicos	16	7.195.126	12.387.862
Accionistas/sócios	10	238.076	68.730.553
Outras contas a receber	17	60.760.012	36.304.891
Diferimentos	18	14.656.903	5.534.930
Activos financeiros detidos para negociação	19	50.617.683	29.903.117
Outros activos financeiros	4, 11	0	223.000.000
Activos não correntes detidos para venda	20	19.527.959	
Caixa e depósitos bancários	4	9.665.429	12.924.594
		175.385.703	406.164.606
Total do activo		1.219.732.181	1.543.190.501
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	1.995.317.000	1.995.317.000
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	24	24.703	24.703
Outras reservas	25	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	26	-4.618.537.605	-4.548.605.806
Ajustamentos em activos financeiros	27	1.113.209	2.816.632
Excedentes de revalorização	28	70.042.307	72.939.508
Outras variações no capital próprio	29	299.018.972	312.922.675
		-195.197.037	-72.829.000
Resultado líquido do período			
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		-2.446.911.801	-2.236.107.638
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	30	34.406.816	46.518.800
Financiamentos obtidos	31	2.929.250.822	2.774.312.295
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar		16.808.638	14.193.912
		2.980.466.276	2.835.025.007
Passivo corrente			
Fornecedores	34	29.638.381	40.784.764
Adiantamentos de clientes		777.122	1.054.066
Estado e outros entes públicos	16	3.089.712	3.238.776
Accionistas/sócios			984.115
Financiamentos obtidos	31	395.061.473	624.965.705
Outras contas a pagar	33	80.895.891	62.559.205
Diferimentos	18	7.292.342	5.951.855
Passivos financeiros detidos para negociação	35	169.422.785	204.734.646
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		686.177.706	944.273.132
Total do passivo		3.666.643.982	3.779.298.139
Total do capital próprio e do passivo		1.219.732.181	1.543.190.501

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Trindade Belo

Trindade Belo

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

Madalena Paixão de Sousa



Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	37	238.502.999	262.221.696
Subsídios à exploração	38	34.760.771	35.094.761
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	39	-27.396.924	-23.932.678
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	-11.400.400	-11.156.038
Fornecimentos e serviços externos	41	-165.726.647	-175.101.072
Gastos com o pessoal	42	-122.251.079	-135.497.416
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14, 17	-2.573.407	-5.436.508
Provisões (aumentos/reduções)	30	12.111.984	-1.076.678
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	43	1.647.519	8.835.730
Outros rendimentos e ganhos	45	35.341.532	38.391.458
Outros gastos e perdas	46	-5.165.226	-7.991.722
Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12.148.878	-15.648.467
Aumentos/reduções de justo valor	44	56.026.427	124.298.071
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43.877.549	108.649.604
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	-87.299.587	-88.965.071
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-4.101.120	137.567
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-47.523.158	19.822.100
Juros e rendimentos similares obtidos	49	13.241.580	43.612.953
Juros e gastos similares suportados	50	-160.647.191	-135.932.469
Resultado antes de impostos		-194.928.769	-72.497.416
Imposto sobre o rendimento do período	12	-268.268	-331.584
Resultado líquido do período		-195.197.037	-72.829.000

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Trindade Belo

Trindade Belo

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Benoliel
Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Alfredo Pereira
Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Nuno Moreira
Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Cristina Pinto Dias
Vogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa

Madalena Paixão de Sousa



COMBOIOS DE PORTUGAL



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2010

(Valores em euro)

	PERÍODOS	
	2010	2009
Vendas e serviços prestados	273.206.334	296.925.030
Custo das vendas e dos serviços prestados	-294.791.248	-333.449.399
<u>Resultado bruto</u>	-21.584.914	-36.524.369
Outros rendimentos	125.703.929	186.808.985
Gastos de distribuição	-30.901.274	-31.219.511
Gastos administrativos	-61.046.439	-46.060.990
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	-59.694.459	-53.182.015
<u>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</u>	-47.523.158	19.822.100
Gastos de financiamento (líquidos)	-147.405.612	-92.319.516
<u>Resultados antes de impostos</u>	-194.928.769	-72.497.416
Imposto sobre o rendimento do período	-268.268	-331.584
<u>Resultado líquido do período</u>	-195.197.037	-72.829.000
Resultado das actividades descontinuadas	-	-

Três de de Outubro de 2011

Luís
João

Luís

CRISTINA PINTO JAI

Carla



COMBOIOS DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		253.469.061,54	302.448.403,57
Pagamentos a fornecedores		178.528.597,25	273.876.418,05
Pagamentos ao pessoal		124.254.428,73	134.325.481,49
Caixa gerada pelas operações		-49.313.964,44	-105.753.495,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		40.603,84	270.208,36
Outros recebimentos/pagamentos		79.367.182,13	154.532.618,04
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		30.093.821,53	49.049.330,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		21.370.967,09	241.710.128,83
Activos intangíveis		560.464,00	413.817,66
Investimentos financeiros		25.529.093,97	9.116.000,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.698.398,68	884.770,00
Activos intangíveis		0,00	41.461,11
Investimentos financeiros		420.000,00	24.621.444,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento		187.480,31	11.400.433,82
Juros e rendimentos similares		14.296.202,18	52.374.504,47
Dividendos		61.911,22	9.744,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-30.796.532,67	-161.917.333,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		500.000.000,00	797.352.287,65
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		574.965.704,60	294.757.687,86
Juros e gastos similares		150.590.749,39	130.543.734,63
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-225.556.453,99	372.050.865,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-226.259.165,13	259.182.862,50
Caixa e seus equivalentes no início do período		235.924.594,23	- 23 258 268
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.665.429,10	235 924 594

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Trindade Belo

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa



COMBOS DE PORTUGAL



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009

Euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009													
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
1		1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.008.395.771)	2.816.632	88.611.256	97.015.919	(190.385.876)	(2.013.689.488)
Alterações no período													
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	(365.495.906)	-	-	224.731.903	-	(140.764.003)
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	(15.671.748)	-	-	(15.671.748)
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	15.671.748	-	-	(8.825.147)	-	6.846.601
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(349.824.158)	-	(15.671.748)	215.906.756	-	(149.589.150)
2												(72.829.000)	(72.829.000)
3												(72.829.000)	(72.829.000)
4 = 2 + 3													
Resultado líquido do período													
Resultado integral													
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	(190.385.876)	-	-	-	190.385.876	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	(190.385.876)	-	-	-	190.385.876	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5													
6 = 1+2+3+5		1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.548.605.806)	2.816.632	72.939.508	312.922.675	(72.829.000)	(2.236.107.638)
Posição no fim do período de 2009													

Técnico Oficial de Contas - Dra Trindade Belo

Trindade Belo d. B.

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dra Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dra Madalena Paixão de Sousa



COMÓIOS DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Euros	
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
1	Posição no início do período de 2010	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.548.605.806)	2.816.632	72.939.508	312.922.675	(72.829.000)	(2.236.107.638)
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Primeira adopção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.897.201)	-	-	(2.897.201)
	Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	2.897.201	(1.703.423)	(2.897.201)	(13.903.703)	-	(12.709.925)
3	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.897.201	(1.703.423)	(2.897.201)	(13.903.703)	(195.197.037)	(15.607.126)
4 = 2 + 3	Resultado integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.197.037)	(195.197.037)
	Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(210.804.164)
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	(72.829.000)	-	-	-	72.829.000	-
5	Posição no fim do período de 2010	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.618.537.605)	1.113.209	70.042.307	299.018.972	(195.197.037)	(2.446.911.801)
6 = 1+2+3+5													

Técnico Oficial de Contas - Dra Trindade Belo

Presidente - Dr. João Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dra Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dra Madalena Paixão de Sousa

ANEXO

1. Identificação da entidade e notas de operacionalidade

1.1. Identificação

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa, cujo actual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

Até à publicação do citado Decreto-Lei n.º 137-A/2009, a CP, que detinha a natureza de empresa pública (E.P.) regia-se pelos estatutos aprovados Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de Março.

A CP tem por objecto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objecto de cisão, tendo passado a ser realizado pela sua associada CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, dos Ministérios dos Transportes e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.



Para além deste controlo, nota que está prevista nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta de conselho fiscal e de revisor oficial de contas.

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objecto de compensação do Estado, embora ainda não tenha sido celebrado contrato de serviço público.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas Demonstrações Financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transacções com as empresas do grupo apresentados na nota 53.

1.2. Separação de sectores - Infraestrutura

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infra-estrutura atribuída ao Estado ou "a entidade actuando por sua concessão ou delegação" e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária. Em 2007, estas atribuições

passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. I.P. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da DGTTF e da DGV, operada no quadro do Decreto-Lei nº200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração Pública) e da Lei nº 53/2006 de 7 de Outubro (mobilidade entre serviços e funcionários).

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infraestrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas

e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

Os gastos de utilização da infra-estrutura suportados pela CP, EPE em 2010 e no período anterior constam na Nota 41.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2010, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. A REFER, ainda que preste estes serviços tem o direito de não os prestar a qualquer empresa de transporte ferroviário, se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para actividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

A facturação anual apresentada pela REFER, recebida e não creditada em 31 de Dezembro de 2010, totaliza € 1 276 096, e resume-se nos seguintes tipos de serviço: (em euros):

Serviços Essenciais (excepto taxa de uso): "Capacidade pedida e não utilizada"	114.685
Serviços Auxiliares	114.789
Serviços Adicionais	1.046.622
Total	1.276.096

1.3. Separação de sectores - Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, nº112 de 12 de Junho de 2009), o Decreto-Lei nº137-A/2009 que aprova o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e autoriza a autonomização da actividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei nº109/77 de 25 de Março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

1.4. Separação de sectores - Autonomização da actividade de transporte ferroviário de mercadorias

A autonomização da actividade do transporte de mercadorias é prevista neste novo diploma (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objecto é a actividade de transporte ferroviário de mercadorias, adoptando a denominação de CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. A autonomização daquela área de actividade opera-se por cisão, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei nº558/99 de 17 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº300/2007 de 23 de Agosto.



Respeitando as orientações constantes do Despacho nº9541/2008, de 14 de Março, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº65, de 2 de Abril de 2008, foi constituída em 31 de Julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, tendo sido transferidas para aquela sociedade as posições jurídicas em contratos celebrados pela CP, E.P.E., relativamente às atribuições prosseguidas pela CP Carga, S.A., sem prejuízo da manutenção das garantias a elas inerentes, após a sua constituição e pelo período de tempo estritamente necessário à concretização da alteração da titularidade das mesmas. Os trabalhadores, cujos contratos foram transmitidos para a nova empresa, mantêm todos os direitos e regalias de que eram titulares ao serviço da CP, E.P.E

1.5. Regime de Concessão

A CP explora o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base no Decreto-Lei 109/77 de 25 de Março e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março,

que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto, foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que lhe tivessem sido dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.

O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P.E., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura



dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

Para determinação do montante das compensações a empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;

b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;

c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;

d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo

(...)

Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a empresa a recorrer ao crédito;

(...)

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P.E. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante solicitado, o que inevitavelmente se reflecte no agravamento do déficit de exploração da empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros (v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005).

1.6. Contrato de serviço público

Do que antes se deixou dito, decorre que até 31 de Dezembro de 2010, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a empresa, compensando-a das obrigações de serviço público.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº558/99 de 17 de Dezembro.

A própria Tutela em 2006 reconheceu nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, para o horizonte 2010 essa necessidade.

No mesmo sentido aponta também o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, que procedeu à revisão dos Estatutos da CP, bem como o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, de 23 de Outubro de 2007 que entrou em vigor no passado dia 3 de Dezembro.

Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos.



Até a URF (estrutura integrada no IMTT, I.P., dotada de independência funcional e autonomia técnica com funções de regulação económica e técnica das actividades ferroviárias) emitiu, em 31.12.2009, uma recomendação dirigida à tutela sectorial e à tutela financeira, relativa à necessidade de prosseguir a reforma do sector ferroviário, através da contratualização das obrigações de serviço público com a CP.

Neste contexto, e como primeira etapa para essa contratualização, a CP já preparou e apresentou à Tutela em 2010, uma proposta de contrato de serviço público, relativo às condições de exploração propostas pela CP para o transporte ferroviário suburbano de passageiros, na Área Metropolitana de Lisboa, em matéria de oferta, condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança, dentro dos limites de capacidade da infra-estrutura e de acordo com parâmetros definidos, bem como as condições de atribuição de uma justa compensação financeira pelo Estado pelas obrigações de serviço público que relativamente a esse transporte lhe são inerentes, calculada ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 31 de Março de 2011, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2009.

2.2. Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Contas cujo conteúdo não é comparável

Com a constituição da CP Carga, SA em 1 de Agosto de 2009, foram transferidos para a nova sociedade um conjunto de activos e passivos que em 31 de Julho de 2009 se encontravam afectos à

actividade de transporte ferroviário de mercadorias desenvolvida pela Unidade de Negócios CP Carga.

Nesse contexto foram transferidos para o domínio da nova sociedade, os seguintes valores correspondentes a bens activos, passivos, direitos, obrigações e responsabilidades, no montante de €67.604.199:

(em euros)	
RUBRICAS	PERIODO
	31-07-2009
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	55.749.924
Activos intangíveis	42.961
	55.792.885
Activo corrente	
Outras contas a receber	22.285.511
Diferimentos	17.203.048
	39.488.559
Total do activo	95.281.444
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	5.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	15.000.000
Total do capital próprio	20.000.000
Passivo corrente	
Outras contas a pagar	6.297.578
Diferimentos	1.379.667
Total do passivo	7.677.245
Diferença entre Activos e Passivos transferidos	67.604.199
Total do capital próprio e do passivo	95.281.444

A diferença entre os valores activos e passivos, resultante essencialmente dos activos fixos tangíveis transferidos no processo de cisão, foi registada como dívida a reembolsar pela Carga SA à CP, EPE, no curto prazo por recurso ao crédito, configurando uma dívida bancária associada ao financiamento



histórico da unidade da carga, como previsto no Despacho nº9541/2008 de 14 de Março.

Restaram todavia no domínio da CP os resultados gerados pela Unidade de Negócios CP Carga, no período de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2009, com o desenvolvimento da actividade de transporte de mercadorias:

(em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	31-07-2009
Vendas e serviços prestados	34.985.933
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.663.276
Fornecimentos e serviços externos	-7.302.307
Gastos com o pessoal	-14.500.660
Outros rendimentos e ganhos	28.294
Outros gastos e perdas	-6.132.895
Imputações internas	-21.534.967
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-17.119.878
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.451.859
Resultado operacional	-18.571.737

2.4. Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Empresa decidiu adoptar certas regras previstas na NCRF 3. Esta Norma permite certas isenções à aplicação retrospectiva das NCRF, tendo a Empresa decidido adoptar as seguintes:

- Concentrações de actividades empresariais
- Revalorização como custo considerado

A NCRF 3 proíbe a aplicação retrospectiva das seguintes matérias, que desta forma não foram objecto de alteração face aos valores apresentados para 2009 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC):



- Desreconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros
- Contabilidade de cobertura
- Estimativas
- Activos classificados como detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A transição do POC para o SNC teve os impactos nas demonstrações financeiras da Empresa como a seguir se descreve.

a) A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:

(valores em euros)	
Descrição	
Capital Próprio de acordo com o POC em 1 de Janeiro de 2009	-2.013.689.488
Capital Próprio em 1 de Janeiro de 2009	
Activos Fixos Tangíveis - material circulante - passageiros - abordagem por componentes	-60.753.196
Subsídios ao investimento – reclassificação	224.731.903
Instrumentos financeiros derivados - swaps - negociação	-299.129.600
Instrumentos financeiros derivados - diferimentos com a venda de swaps	5.939.710
Instrumentos financeiros derivados - desreconhecimento de juro corrido de swaps, incluído no Justo Valor dos instrumentos	-12.113.540
Diferenças de Câmbio de MLP em saldo na rub. 27483 - Proveitos Diferidos, a reconhecer	314.389
Provisões para reparações de material circulante por acidente/avaria - reclassificação como perdas por imparidade e reversão parcial do valor	246.332
Capital Próprio de acordo com as NCRF em 1 de Janeiro de 2009	-2.154.453.491
Capital Próprio de acordo com o POC em 31 de Dezembro de 2009	-2.234.054.240
Resultados dos Ajustamentos efectuados ao Capital Próprio em 1 de Janeiro de 2009	-140.764.003
Efeitos dos ajustamentos sobre Resultados em 31 de Dezembro de 2009	144.504.715
Reclassificação de Subsídios ao Investimento	-5.794.110
Capital Próprio de acordo com as NCRF em 31 de Dezembro de 2009	-2.236.107.638

Os ajustamentos efectuados são como segue:

Abordagem por componentes

Nos termos da NCRF 7, a CP analisou, na transição, a eventual existência de componentes, isto é, partes dos activos fixos tangíveis que apresentam vidas úteis distintas. O material circulante da CP apresenta componentes que necessitam de substituições a intervalos regulares. Assim, na transição, foi efectuada uma análise da relevância dessas componentes, apurada a sua vida útil e recalculado o valor de cada equipamento, incluindo os seus componentes, retrospectivamente.

Subsídios ao investimento

De acordo com a NCRF 22.12, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos no capital próprio.

No anterior normativo, a CP registava em proveitos diferidos os montantes recebidos a título de subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis.

Na transição, a CP reclassificou para uma rubrica dos capital próprio os subsídios atribuídos e ainda não reconhecidos em resultados.

Instrumentos financeiros

A CP procede à contratação de instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e taxa de câmbio associados à sua carteira de empréstimos bancários, de forma a reduzir a variabilidade dos respectivos encargos financeiros.

De acordo com as políticas contabilísticas adoptadas pela CP no anterior normativo (POC), os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados contabilizados como de cobertura foram reconhecidos em resultados à medida que o juro associado aos empréstimos bancários cobertos é reconhecido em resultados

(método do balanço: não é reconhecido justo valor em balanço nem as variações de justo valor em resultados).

Por via da aplicação da NCRF 27, a CP passou a reconhecer os instrumentos financeiros derivados ao justo valor. O justo valor referente a 1 de Janeiro de 2009 foi reconhecido contra resultados transitados de transição, tendo os montantes de ganhos diferidos com instrumentos financeiros antes de 1 de Janeiro de 2009 sido desreconhecidos.

b) A reconciliação do resultado relatado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, apresenta-se como segue:

(valores em euros)	
Descrição	
Resultado de 2009 de acordo com o POC	-217.333.715
Ajustamentos efectuados às rubricas de Rendimentos e Gastos do período de 2009	
Activos Fixos Tangíveis - material circulante - passageiros - abordagem por componentes	2.347.503
Instrumentos financeiros derivados - swaps - negociação	124.298.071
Instrumentos financeiros derivados - diferimento com a venda de swaps já considerado no capital próprio em 1 Janeiro 2009	-1.851.665
Instrumentos financeiros derivados - Desreconhecimento de juro corrido de swaps, incluído no Justo Valor dos instrumentos	19.971.692
Diferenças de Câmbio de MLP em saldo na rub. 27483 - Proveitos Diferidos	-146.615
Provisões para reparações de material circulante por acidente/avaria - reclassificação como perdas por imparidade	-114.272
Resultado de 2009 de acordo com as NCRF	-72.829.000

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 (Juízos

de valor), na Nota 3.4 (Principais pressupostos relativos ao futuro) e na Nota 3.5 (Principais fontes de incerteza das estimativas).

3.2. Políticas contabilísticas relevantes

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os activos fixos tangíveis da Entidade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) a Entidade decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O Custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o activo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Activos fixos tangíveis do Estado afecto às operações da CP e subsídios ao investimento

Os activos fixos tangíveis da Entidade incluem activos propriedade do Estado (activos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de Março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes activos são de interesse público e quando não se encontram afectos à actividade operacional da

empresa são restituídos ao Estado. Estes activos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em planos plurianuais são reconhecidas em activos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal;
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em activos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspecções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em activos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis é da responsabilidade da Entidade durante o período em que estes estão afectos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais activos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<u>Descritivo do bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções do Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções da CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a diesel e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 10
Automotoras a diesel e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros activos fixos tangíveis	5 a 20

Os activos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (activos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de Março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2 %, conforme o Decreto Regulamentar 25 / 2009 de 14 de Setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a Entidade por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a Entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP EPE considera que, atenta a generalidade da natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento

de um valor de mercado apropriado pela ausência de um mercado activo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP EPE considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um Activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um Activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração dos Resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do Activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.2.2. Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um Activo são substancialmente transferidos para o

locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no Activo e no Passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em Resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do Passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os activos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis.

3.2.3. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis da Entidade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Entidade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa

futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do software para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

3.2.4. Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra. Sendo apurados os justos valores dos activos e passivos e o eventual goodwill incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em



técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária ou associada igualar ou exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efectuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada igualar ou exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na

medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

3.2.5. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

Contabilidade de cobertura

A Entidade utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da NCRF 27 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Entidade. Uma relação de cobertura existe quando:

1- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco



para que esteja a ser efectuada a cobertura com o instrumento de cobertura;

2- O risco a cobrir seja um dos riscos estabelecidos no parágrafo seguinte; e

3- A entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensará praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa ("cobertura de justo valor") são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantém-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não

é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

3.2.6. Outros Activos Financeiros

A Entidade classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade

Os activos financeiros que satisfaçam as condições abaixo e que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva) menos qualquer perda por imparidade:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam:
 - De montante fixo,
 - De taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:

- Não possam ser liquidados em base líquida,

- Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos activos, e caso exista evidência objectiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os Investimentos Financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus Justos Valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.



3.2.7. Passivos Financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

3.2.8. Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de activos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de activos correntes ou de uma perda por imparidade;

Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os activos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os activos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,

- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos

lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os activos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

3.2.9. Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao activo.

3.2.10. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos Resultados, sendo subsequentemente revertidas por Resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.



3.2.12. Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no Passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo Justo Valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efectiva.

São classificados em Passivo Corrente montante em dívida dos contratos de financiamento que satisfaça qualquer um dos seguintes critérios:

- se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como Passivo não Corrente.

Desta forma, é classificado em Passivo não Corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

3.2.13. Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os

respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A Entidade também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

3.2.14. Transacções em moeda estrangeira

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas Demonstrações financeiras da entidade são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

Transacções e saldos

As transacções em outras divisas, que não o Euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Em cada data de Balanço, os Activos e Passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das

transacções e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na Demonstração dos Resultados do período.

Activos e Passivos não monetários registados de acordo com o seu Justo Valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o Justo Valor foi determinado.

3.2.15. Benefícios aos empregados

A empresa possui um plano de benefícios definidos, que é um plano de pensões que define o montante do benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, em caso de acidente e mediante o cumprimento de determinadas condições, e normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço relativo ao plano é o valor presente da obrigação do benefício definido à data do balanço, deduzido do justo valor dos eventuais activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Ganhos e perdas actuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas actuariais são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, excepto se as alterações no plano de pensões são condicionais à permanência dos empregados em serviço por um

determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha recta ao longo do período em causa.

3.2.16. Reconhecimento do rédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os Rendimentos decorrentes da actividade da CP são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar as que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

3.2.17. Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os Gastos e Rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transacções passadas

envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efectuada através da utilização da rubrica de Outras contas a receber e a pagar (Devedores e credores por empréstimos) e da rubrica de Diferimentos.

3.2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

3.2.19. Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efectuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

3.2.20. Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando



relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

3.2.21. Activos e passivos contingentes

Activos contingentes

Um Activo Contingente é um possível Activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um Passivo contingente surge quando exista:

Uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

Uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo os mesmos divulgados no Anexo às respectivas Demonstrações, a menos que a possibilidade de uma exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

3.2.22. Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de Março de 2011, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 56.

3.3. Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Os juízos de valor que o Conselho de Administração fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas da entidade e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras é a seguinte:

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no

dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os cash flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projecção futura das barreiras em causa, é determinada usando a curva de rendimentos actual.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações. Ao efectuar a sua avaliação, o Conselho de Administração tomou em consideração que a situação dos mercados financeiros e a chamada "crise das dívidas soberanas" tem afectado o modelo de financiamento existente nas empresas do sector de transportes em Portugal, nomeadamente na CP. Antecipando a falta de liquidez do sector bancário doméstico, a CP fez uma emissão de dívida em 2009 suficiente para cumprir as suas necessidades de financiamento para 2010. Por força disso foi alvo de críticas das inspecções oficiais a que a empresa está sujeita. Contudo aquelas opções permitiram uma adequada liquidez e a manutenção dos rating em nível A.

Com a queda do rating da República e escassez de liquidez no mercado interno, algumas disponibilidades contratadas vieram a ficar indisponíveis, tendo, estas causas externas, afectado negativamente o rating também da CP.

O Conselho de Administração, considerando as incertezas acima descritas, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os factores adiante descritos.

A situação operacional da CP para 2011 apresenta sustentabilidade e na sequência das medidas já tomadas e em curso, esperamos obter neste ano um cashflow operacional positivo. Consideramos pois que os factores de sustentabilidade futura melhoraram.

Contudo, o contexto é adverso mas devidamente suportado pelo Estado que tem garantido todo o seu apoio à empresa, quer avalizando directamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade. Adicionalmente, foram desenvolvidos contactos junto das instituições financeiras no mercado interno e externo, bem como uma articulação com a DGT e o IGCP, apresentando a CP os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas da CP EPE e das suas participadas, para o próximo no período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as actuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da empresa.

Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar cerca de 130 milhões de passageiros ano, como factor de importância vital para o funcionamento da actividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

3.5. Principais pressupostos que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte são as que seguem:

Vida útil de activos fixos tangíveis

A vida útil de um activo é definida em termos da utilidade esperada do activo para a entidade. A política de gestão de activos da entidade pode envolver a alienação de activos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no activo. Por isso, a vida útil de um activo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do activo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com activos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os Resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que tenham um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o período contabilístico seguinte é a que segue:

Vida útil de activos fixos tangíveis

A vida útil de um activo é definida em termos da utilidade esperada do activo para a entidade, com base no conhecimento histórico e perspectivas futuras da utilização, as estimativas podem alterar com significância. A política de gestão de activos da entidade pode envolver a alienação de activos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no activo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.



A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.1. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	216 881	207 936
Depósitos bancários	9 585 797	12 716 845
Descobertos bancários	- 137 248	- 187
	9 665 429	12 924 594
Caixa e equivalentes (a)		223 000 000
	9 665 429	235 924 594

(a) Este montante encontra-se registado em Outros activos financeiros e refere-se a aplicações de tesouraria

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa aplicou pela primeira vez as seguintes NCRF, tendo os efeitos sido explicados na nota 2.4.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:



(valores em euros)

	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	28 805 329	29 811 225
Edifícios e outras construções	95 337 120	110 550 787
Equipamento básico	1817 323 883	1919 790 885
Equipamento de transporte	1 956 950	2 265 168
Equipamento administrativo	18 346 055	17 590 526
Equipamentos biológicos	-	-
Outros activos fixos tangíveis	60 819 908	60 233 271
Investimentos em curso	2 222 446	11 570 003
Adiantamentos por conta de investimentos	11 150 070	10 225 903
	2.035.961.761	2.162.037.768
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	86 800 372	88 662 168
Depreciação acumulada de períodos anteriores	932 111 919	969 405 746
Perdas por imparidade do período	4 101 120	114 272
Perdas por imparidade de períodos anteriores	697 242	582 970
	1.023.710.653	1.058.765.156
Valor líquido contabilístico	1.012.251.108	1.103.272.612



Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:										(Valores em euros)
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transfer.	Outras regularizações	Saldo final	
Valor bruto:	Terrenos e recursos naturais	-	-	(244.411)	(761.485)				28.805.329	
	Edifícios e outras construções	192.761		-	(14.531.869)	(538.275)	441.278	(777.562)	95.337.120	
	Equipamento básico	14.379.875	-	(225.126)	(87.016.842)	(44.189.995)	14.585.085		1.817.323.883	
	Equipamento de transporte			(216.395)		(91.823)			1.956.950	
	Equipamento administrativo	945.957		(213)		(318.737)	128.521		18.346.055	
	Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-		-	-	
	Outros activos fixos tangíveis	60.233.271	581.073				5.565		60.819.908	
	Investimentos em curso	11.570.003	4.157.932				(13.362.672)	(142.817)	2.222.446	
	Adiantamentos por conta de investimentos	10.225.903	3.492.325				(2.568.157)		11.150.070	
		2.162.037.768	23.749.923	-	(686.145)	(102.310.196)	(45.138.829)	(770.380) a)	(920.379)	2.035.961.761
Depreciação acumulada e imparidade	Edifícios e outras construções	3.308.303	-	-	(3.484.172)	(538.275)		(60.202)	29.636.375	
	Equipamento básico	79.501.304		(225.126)	(78.228.235)	(42.792.951)		3.243	941.102.606	
	Equipamento de transporte	62.458		(216.395)		(91.823)			1.689.561	
	Equipamento administrativo	1.071.613		(166)		(317.606)		(813)	16.231.746	
	Equipamentos biológicos								-	
	Outros activos fixos tangíveis	2.856.692						190	30.255.668	
	Act Fix Tang-Perdas Impar Acum - Equipam Básico	697.242		4.101.120				(3.665)	4.794.696	
		1.058.765.156	86.800.371	4.101.120	(441.687)	(81.712.407)	(43.740.654)	-	(61.247)	1.023.710.653
	Total	1.103.272.612								1.012.251.108

a) Este saldo, de €770.380, refere-se a uma transferência/reclassificação efectuada da rubrica activos fixos tangíveis em curso, para a rubrica de activos fixos intangíveis (ponto 7).



À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2010			31-12-2009		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Edifícios e outras construções	104.648	4.462	100.187	104.648	2.028	102.620
	104.648	4.462	100.187	104.648	2.028	102.620

A 31 de Dezembro de 2010 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(em euros)

Descrição do imóvel	Passivo
Automotoras	472.844.625
Carruagens	10.353.730
Locomotivas	159.827.093
Total	643.025.448

7. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1 745 429	1 122 937
Activos intangíveis em curso	-	399 155
	1 745 429	1 522 092
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	560 463	313 205
Amortização acumulada de períodos anteriores	317 174	551 012
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	877 637	864 216
Valor líquido contabilístico	867 792	657 875

Os movimentos na rubrica de activos intangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:								
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1 122 937	-	-	-	-	(547.043)	1.169.535	1.745.429
Activos intangíveis em curso	399.155						(399.155)	-
	1.522.092	-	-	-	-	(547.043)	770.380 a)	1.745.429
Amortização acumulada e imparidade								
Amortização do período	313.205	560.463	-	-	-			873.668
Amortização acumulada de períodos anteriores	551.012	-	-	-	-	(547.043)		3.969
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-		-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-		-	-
	864.217	560.463	-	-	-	(547.043)		877.637

a) Este saldo, de €770.380, refere-se a uma transferência/reclassificação efectuada da rubrica activos fixos tangíveis em curso (ponto 6), para a rubrica de activos fixos intangíveis.

Total	657.875	867.792
--------------	----------------	----------------

8. Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	4.422.038,00	-	4 422 038	8.192.052,00	-	8 192 052
EMEF, SA	Empréstimos	7.500.000,00	-	7 500 000	-	-	-
CP CARGA, SA	Investimento	-	-	-	5 600 316	-	5 600 316
FERGRÁFICA, SA	Investimento	-	-	-	3 152 623	-3 152 623	-
FERGRÁFICA, SA	Empréstimos	141 000	- 141 000	-	1 215 000	-1 215 000	-
FERNAVE, SA	Empréstimos	1 980 000	-1 980 000	-	-	-	-
STIFA, SA	Investimento	81 908	-	81 908	81 908	-	81 908
TIP, ACE	Investimento	-	-	-	-	-	-
		14 124 946	-2 121 000	12 003 946	18 241 899	-4 367 623	13 874 276

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	8.192.052	7.658.200	-	(2.224.791)	(1.703.423)	11.922.038
CP CARGA, SA	5.600.316	14.604.199	-	(5.804.831)	(14.399.684)	-
FERGRÁFICA, SA	4.367.623	740.995	-	(599.995)	(4.367.623)	141.000
FERNAVE, SA	-	1.980.000	-	-	-	1.980.000
STIFA, SA	81.908	-	-	-	-	81.908
	18.241.899	24.983.394	-	(8.629.617)	(20.470.730)	14.124.946
Imparidade						
EMEF, SA	-	-	-	-	-	-
CP CARGA, SA	-	-	-	-	-	-
FERGRÁFICA, SA	(4.367.623)	(141.000)	-	-	4.367.623	(141.000)
FERNAVE, SA	-	(1.980.000)	-	-	-	(1.980.000)
STIFA, SA	-	-	-	-	-	-
	(4.367.623)	(2.121.000)	-	-	4.367.623	(2.121.000)
Total	13.874.276					12.003.946



A informação financeira resumida referente às associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2010	76.146.714	71.724.676	4.422.038	87.427.769	-2.224.791
CP CARGA, SA	100	31-12-2010	113.749.646	129.314.160	-15.564.514	62.307.104	-35.667.403
FERGRÁFICA, SA	100	31-12-2010	2.010.023	2.784.258	-774.235	1.322.349	-790.199
FERNAVE, SA	70	31-12-2010	1.877.201	6.040.686	-4.163.485	2.440.228	-2.466.521
TIP, ACE	33,3	31-12-2010	10.991.157	12.757.415	-1.766.257	N/D	278.608
STIFA, SA	22,5	31-12-2009	878.547	877.977	3.570	485.932	-263.653



9. Participações financeiras - outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	409.976	-400.000	9.976	829.976	-820.000	9.976
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721		12.721	12.721		12.721
EMEF INTERNACIONAL	Custo de aquisição	2.500		2.500			
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	- 249.399	-	249.399	- 249.399	-
EDEL, LDª	Custo de aquisição	79		79			
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595		3.595	3.595		3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269		382.269	382.269		382.269
EUROFIMA	Custo de aquisição	18.805.371		18.805.371	18.805.371		18.805.371
BCC	Custo de aquisição	1.460		1.460	1.460		1.460
APOR	Custo de aquisição	5.000		5.000	5.000		5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	Custo de aquisição	504	- 504	-	504	- 504	-
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	Custo de aquisição	1.132	- 1.132	-	1.132	- 1.132	-
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	Custo de aquisição	5.038	- 5.038	-	5.038	- 5.038	-
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662		662	662		662
		19.879.705	- 656.073	19.223.633	20.297.205	-1.076.073	19.221.133

(valores em euros)



O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OTLIS, ACE	829.976					409.976
MLM, SA	12.721				(420.000)	12.721
EMEF INTERNACIONAL	-	2.500				2.500
METRO DO PORTO, SA	249.399					249.399
EDEL, LD ^a	79					79
METRO-MONDEGO, SA	3.595					3.595
ICF	382.269					382.269
EUROFIMA	18.805.371					18.805.371
BCC	1.460					1.460
APOR	5.000					5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2 ^a emissão	504					504
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3 ^a emissão	1.132					1.132
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	5.038					5.038
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662					662
	20.297.205	2.500	-	-	(420.000)	19.879.705
Imparidade						
OTLIS, ACE	(820.000)					(400.000)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)				420.000	(249.399)
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2 ^a emissão	(504)					(504)
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3 ^a emissão	(1.132)					(1.132)
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	(5.038)					(5.038)
	(1.076.073)	-	-	-	420.000	(656.073)
Total	19.221.133					19.223.633

10. Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo não corrente		
	-	-
Activo corrente		
Resultados Atribuídos - Out. Empresas	55 738	9 744
Outras Operações - Indemnizações Compensatórias	177 492	116 609
Outras Operações - Empresas do Grupo	-	68 604 199
	233 230	68 730 552
Passivo não corrente		
	-	-
Passivo corrente		
Outras Operações	-	933 388
Perdas por Imparidade - Empresas do Grupo	-	50 727
	-	933 388

11. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo corrente		
Outros Activos financeiros	-	223 000 000
		223 000 000

12. Impostos sobre o rendimento

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou activos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP, que a 31 de Dezembro de 2009 ascendem a €1.108.334.279,17.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2010, no montante de € 268.267,93, única matéria tributável apurada no exercício.

13. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Mercadorias	230 005	228 835
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 230 952	11 201 832
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso		
Reclassificação e regularização de inventários		
Adiantamentos por conta de compras	1 704	
	11 462 661	11 430 667
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-5 559 571	-5 559 571
	-5 559 571	-5 559 571
Valor líquido contabilístico	5 903 090	5 871 096

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 559 571			5 559 571
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	5 559 571	-	-	5 559 571

14. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	4 768 234	3 264 826
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		1 620
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos	738 773	944 632
Outras partes relacionadas	1 017	1 350
Adiantamentos por conta de compras		
...		
Clientes - títulos a receber	26 661	26 661
Clientes - Cobrança Duvidosa	36 767 150	34 476 150
	42 301 835	38 715 238
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-2 291 000	-4 360 170
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-34 502 810	-30 142 641
	-36 793 811	-34 502 811
Valor líquido contabilístico	5 508 025	4 212 427

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	34 434 813	2 420 007	- 177 560	36 677 260
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas				
Empreendimentos conjuntos	41 337	110 411	- 61 858	89 890
Outras partes relacionadas				
	34 476 150	2 530 418	- 239 418	36 767 150

Nas perdas por imparidade está incluída a dívida do Ministério da Defesa Nacional, integralmente ajustada à data de 31 de Dezembro de 2010, no montante total de € 33.757.361, conforme detalhe apresentado na nota 54.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias
Clientes gerais	3 588 443	536 699	643 092
Empresa-mãe			
Empresas subsidiárias			
Empresas associadas			
Empreendimentos conjuntos	646 828	79 684	12 262
Outras partes relacionadas	1 017		
	4 236 288	616 383	655 354

15. Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	3 279	6 003 279
EMEF / SIEMENS, ACE SERV. INT. MANUT. ENG. FER. ACE	1 161 347	1 161 347
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391
NEC PORTUGAL-TELECOM.E SISTEMAS,SA	18 263	
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2 120	2 120
	1 313 400	7 295 137
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período		
Imparidades de períodos anteriores		
	-	-
Valor líquido contabilístico	1 313 400	7 295 137

A maior variação respeita à diminuição dos adiantamentos efectuados à EMEF no valor de 6.000 m€. Deste valor, 2.500 m€ foi deduzido num pagamento àquele fornecedor, 2.500 m€ foi convertido num empréstimo de financiamento e 1.000 m€ foi transferido para conta corrente, a ser deduzido em futuros pagamentos.

16. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Imposto sobre o rendimento	2.123.889	2.496.077
Pagamento especial por conta	923.963	782.613
Imposto retido na fonte	1.199.926	1.713.464
IVA	4.042.440	8.885.074
IVA a recuperar	2.924.712	3.693.515
IVA reembolsos pedidos	1.117.728	5.191.559
Outros Impostos	136.945	124.350
Contribuições Seg Social CNP	136.945	124.350
	6.303.274	11.505.501

Passivo	31-12-2010	31-12-2009
Imposto sobre o rendimento	268.268	331.584
Retenções de imposto sobre o rendimento	929.340	912.083
IVA a pagar	0	0
IVA Liquidações Oficiosas		
Outros Impostos		
Contribuição p/Seg. Social	1.892.104	1.995.110
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações		
	3.089.712	3.238.776

Principais variações: diminuição dos montantes retidos na fonte para entregar ao estado derivado da redução de volume de facturas contabilizadas com retenção na fonte, decréscimo do volume de facturas recebidas de fornecedores que resultou numa diminuição do volume do IVA dedutível (IVA a recuperar Nov. e Dez.2010) e decréscimo do volume de facturas recebidas de fornecedores que resultou numa diminuição do volume do IVA dedutível (IVA a recuperar Julho a Out.2010).

17. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue, contribuindo para a variação o aumento das dívidas da REFER (€2 389 381), da CP Carga (€12 433 394) e Renfe (€8 376 419).

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - Saldos Devedores	23.161	193.530
Outros Devedores - Pessoal	511.570	391.752
D.Diversos - c/c	51.791.676	27.927.428
D.Diversos - Cobrança Duvidosa	6.426.931	6.144.524
C. Diversos - Saldos Devedores	75.149	316.693
C.Div-Dep Cauções Prestadas	48.958	48.958
C.Div.-Rendimentos a Repartir	1.052.639	930.284
C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	4.426.652	4.591.282
D\C Div - Facturação a emitir	154.632	-62.387
D\C Div - Seg. Saude	6.402	6.402
C.Div.-Valores Regularizar Estações	127.270	127.270
C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota/via verde	54.933	143.274
Out C.Rec/Pag - Depósitos por regularizar	-14.282	0
ODC - Unidades de Negócio/Outros	346.378	663.360
Devedores por acréscimos de receitas	3.129.984	2.002.154
	68.162.054	43.424.524

Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out dív terceiros	-282.407	-262.745
Imparidade de períodos anteriores-O dív terceiros	-7.119.634	-6.856.889
	-7.402.041	-7.119.634
Valor líquido contabilístico	60.760.013	36.304.890

18. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Gastos a reconhecer		
Diferim - Gast Reconh - Dif Câmbio-Outras	2 446 951	-
Diferim - Gast Reconh - Outros-Diversos	12 209 952	5 534 930
	14 656 903	5 534 930
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim - Rend a Reconhecer - CPLX	-1 081 523	- 857 569
Diferim - Rend Reconhecer - POEFDS_PORLVT	- 74 831	- 74 831
Diferim - Rend Reconhecer - Sub Proj		
Exploração	- 455	- 455
Diferim - Rend Reconh - Outros Dif- Rendim		
Reconh	-6 135 533	-5 019 000
	-7 292 342	-5 951 854

A maior variação diz respeito ao aumento dos gastos a reconhecer pelo diferimento de juros e outros encargos com os empréstimos obrigacionistas e POLO II e III (€+6 675 022).

19. Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Derivados potencialmente favoráveis	50 617 683	29 903 117
	50 617 683	29 903 117

20. Activos/Passivos não correntes detidos para venda

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activos		
Terrenos e recursos naturais	761 485	-
Edifícios e outras construções	11 047 698	-
Equipamento básico (a)	7 718 776	-
	19 527 959	-
Passivos		
	-	-
	-	-

(a) No exercício registou-se uma perda por imparidade no montante de 1. 069. 830 euros

Em 8 de Setembro de 2010, o Conselho de Administração da CP propôs à tutela a venda dos edifícios dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e do Barreiro, afectos à exploração da ligação fluvial Lisboa/Barreiro, constantes do Anexo B, do Despacho Conjunto n.º 261/99, publicado no DR, 2.ª Série, de 24 de Março de 1999. Esta proposta sustentou-se, no facto de estes activos não constituírem activos afectos à actividade de transporte ferroviário de passageiros. O valor previsto para alienação corresponde ao valor líquido contabilístico à data de 31/12/2010.

O Conselho de Administração decidiu proceder à alienação de material circulante que não se revela necessário à operação. Parte deste material (euro 381.838, correspondente a locomotivas eléctricas, unidades triplas eléctricas e carruagens) apresenta

venda contratada com o Governo da Argentina, nos termos do 3º adicional ao contrato quadro, sendo o remanescente (euro 8.406.767, relativo a 31 locomotivas eléctricas) objecto de anúncio público de venda, em curso.

Com base nos valores estimados de venda, e considerando a decisão tomada, a CP registou uma perda de imparidade de Euro 1.069.830.

21. Capital realizado

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da empresa» consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da empresa.

O capital estatutário de 1.995.317.000 euros, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efectuada nos termos do Decreto-Lei nº205-B/75 de 16 de Abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010.

22. Acções (quotas) próprias

Não sendo uma sociedade por acções ou por quotas, a 31 de Dezembro de 2010 a Empresa não detém acções ou quotas próprias.

23. Outros instrumentos de capital próprio

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2010.

24. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

25. Outras reservas

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

26. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior no montante de €-72.829.000 euros.

27. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-1.500.523	202.900
Lucros não atribuídos	2.686.964	2.686.964
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-73.233	-73.233
...		
Outros		
	1 113 209	2 816 632

28. Excedentes de revalorização

A empresa procedeu pela vez em 1995 à reavaliação do activo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no activo fixo tangível contemplado na rubrica "Equipamento Básico" e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do activo fixo e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se à Reavaliação do activo fixo tangível nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do activo fixo tangível, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com excepção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último



para o custo histórico, de que resultou um montante de 51 989 137 euros.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2010 constam no quadro que segue:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Reaval. Registadas	Inc. Cap.	Outras Transf ^{as}	Saldo Final
58910001 -Res.reav/95	16 268 785	-	-	(1 352 293)	14 916 492
58110001 -Res.reav/97	14 514 227	-	-	(927 660)	13 586 567
58910002 -Res.reav/99- Estado	30 022 790	-	-	(353 028)	29 669 762
58910003 -Res.reav/99- CP	12 133 706	-	-	(264 220)	11 869 486
Total	72 939 508	-	-	(2 897 201)	70 042 307

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as “reservas de reavaliação” de 1995 e de 1997 e para as “reservas de reavaliação” de 1999.

29. Outras variações no capital próprio

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	207.661.604	221.565.308
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
Outras		
	299.018.972	312.922.675

Os subsídios reconhecidos pela empresa apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Reservas Subsídios - ILD'S	1.755	1.755
Reservas Subsídios - Material Circulant	2.254.918	2.625.760
FEDER-Sub Proj 12UQE	10.209.265	11.083.199
PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	6.254.954	6.602.450
FEDER-Sub Proj 12+4UQE	17.095.563	18.045.308
Sub Proj T Multimodais G Inform	0	66.227
PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	5.556.692	6.668.031
PIDDAC-Sub Proj 19UDD	738.707	789.568
PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	1.106.643	1.203.943
PIDDAC-Sub Proj 42UQE	622.231	662.135
PIDDAC-Sub Proj 34UME	24.365.980	25.453.410
PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	22.746.867	24.405.045
PIDDAC-Sub Proj Convel	97.456	222.198
PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	1.067.283	1.181.635
PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	447.233	496.282
PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	179.495	283.929
PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	21.565.723	22.215.946
PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	4.698.849	5.280.154
PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	357.895	385.783
PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2.814.125	2.898.338
FEDER-Sub Proj 19UDD	1.526.995	1.632.147
FEDER-Sub Proj 21ALLAN	2.161.843	2.351.931
FEDER-Sub Proj 34UME	43.385.637	45.319.984
FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	29.278.228	31.424.282
FEDER-Sub Proj Convel	527.906	1.007.946
FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	148.537	164.405
FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	2.104.382	2.249.898
FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	1.035.916	1.149.528
FEDER-SubProj57COR-Homologação	771.304	887.367
FEDER-Sub Proj PRODOURO	51.722	85.889
FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	758.702	817.821
FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	1.392.370	1.566.584
FEDER-Bilhét s contacto-CPLX-Homol	1.971.663	1.971.663
FEDER-Subsíd Ramais Partic Mercad	364.765	364.765
	207.661.604	221.565.308



30. Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

(Valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de Desconto	Saldo Final
Impostos						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso	28 094 308	46 841		25 648 508		2 492 641
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	12 426 504	395 854		1 022 534		11 799 824
Acidentes ferroviários	855 100	267 266		441 205		681 161
Investimentos financeiros	3 892 812	16 181 568		1 501 539		18 572 840
Matérias ambientais						-
Contratos onerosos						-
Reestruturação						-
Outras	1 250 076			389 726		860 350
	46 518 800	16 891 528	-	29 003 512	-	34 406 816

31. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	604.450.822	762.012.295
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações	950.000.000	750.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	1.374.800.000	1.262.300.000
	2.929.250.822	2.774.312.295
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	257.561.473	75.413.892
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	137.500.000	549.552.000
	395.061.473	624.965.892

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	257.561.473	75.413.892
De 1 a 5 anos	382.936.570	294.555.356
A mais de 5 anos	221.514.251	467.456.939
Locações financeiras		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos	250.000.000	250.000.000
A mais de 5 anos	500.000.000	500.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano	137.500.000	549.552.000
De 1 a 5 anos	936.680.000	715.280.000
A mais de 5 anos	438.120.000	547.020.000
	3.324.312.294	3.399.278.187



À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	43.535.908	47.269.241	46.188.733	245.942.688	42.680.188	425.616.758
Locações financeiras						0
Empréstimos por obrigações	250.000.000					250.000.000
Mercado de valores mobiliários						0
Participantes de capital						0
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos						0
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos						0
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						0
Outros financiadores	150.500.000	162.500.000	264.780.000	358.900.000	75.000.000	1.011.680.000
	444.035.908	209.769.241	310.968.733	604.842.688	117.680.188	1.687.296.758

32. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Com base na avaliação actuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados e reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.



Taxa de rendimento: assumiu-se uma taxa de rendimento de 4,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 3,5% face ao crescimento das pensões.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tabela francesa TV 88/90

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma: pensões pagas até aos 65 anos.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de Dezembro de 2010.

33. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	- 40 563	- 40 563
Devedores por acréscimos de rendimento		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas	-16 768 074	-14 153 349
Outros devedores		
...	-16 808 638	-14 193 912
Corrente		
Fornecedores de investimentos	-2 357 659	304 154
Devedores por acréscimos de rendimento	-1 788 995	-1 974 139
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros devedores e credores	-5 572 878	-7 928 941
Credores por acréscimo de gastos	-70 695 056	-52 510 335
Pessoal	- 415 827	- 389 590
Adiantamentos de Clientes	- 65 477	- 60 354
	-80 895 891	-62 559 205

34. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores c/c		
Gerais	20 161 018	27 801 797
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias	9 277 920	12 834 277
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos	189 511	150 692
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Gerais		
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Facturas em recepção e conferência	9 932	- 2 003
	29 638 381	40 784 764

As principais variações desta rubrica explicam-se essencialmente pelos decréscimos das dívidas à REFER (€-4 986 810), EMEF (€-3 728 132) e EDP (-1 205 693).

35. Passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica de Passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Derivados potencialmente desfavoráveis	169 422 785	204 734 646
	169 422 785	204 734 646

36. Outros passivos financeiros

Não aplicável

37. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:
(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Vendas		
...		
Serviços prestados		
Passageiros	210 136 174	212 202 852
Mercadorias	-	33 214 696
Redes	217 966	218 951
Mercadorias-Ter-MN	-	261 909
Mercadorias-Ter-MI	-	12 165
Man/Alg/Limp-Mat Circ.	20 139 014	11 160 727
Cons Term.	-	15 480
Comb.p/Ter.	1 532 536	1 495 682
Indem. p/ danos	493 790	820 885
Limp/Segurança	486 438	232 967
Serv. Infor/Contab.	470 822	443 162
Outros	945 990	834 087
Outros -Met Monde	1 643 010	-
Outros Serviços	2 667 235	1 519 493
Descontos e Abatimentos em Vendas	-229 976	-211 360
	238 502 999	262 221 698

38. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2010	2009
Subsídios à exploração		
(Indemnizações compensatórias)	34 703 334	34 703 334
(Andante)	57 437	57 918
(PAII)	*	333 509
	34 760 771	35 094 761

* A comparticipação do PAII prevista para 2010 é de €333.732,73, valor que aguarda aprovação dos Ministros que tutelam este Programa

São atribuídas anualmente à CP, via dotação no Orçamento do Estado, subvenções, as quais se decompõem em:

· Subvenções respeitantes à "obrigação de transportar", as quais se destinam a compensar a CP pelo facto de praticar preços bonificados no serviço de transporte de passageiros, correspondendo a 50% do preço do transporte;

· Subvenções respeitantes à "obrigação de explorar", as quais se destinam a compensar a CP pela imposição de exploração de linhas e ramais de reduzido tráfego, correspondendo à diferença entre proveitos e custos associados à exploração daquelas linhas e ramais;

· Subvenções respeitantes à "obrigação tarifária", as quais se destinam a compensar a CP pela prática de tarifas mais baixas, correspondendo à diferença entre proveitos e custos nos serviços suburbanos e regionais;

39. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)		
Descrição	2010	2009
Perdas		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	27 396 924	32 124 730
Alienações		
Outros		
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		8 192 052
Alienações		
Outros		
	-27 396 924	-23 932 678

40. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2010	2009
Mercadorias	1029	851
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 399 371	11 155 187
Activos biológicos		
	11 400 400	11 156 038

41. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2010	2009
Subcontratos:		
Limp.Instalações	1 013 662	1 083 142
Limp.Mat.Circ.	3 633 369	4 102 671
Vigilância	4 675 677	3 732 914
Serviços adicionais e Auxiliares	4 498 972	6 777 546
Serviços Restauração	3 243 418	3 097 882
Acordo CP/Renfe	9 415 049	7 189 478
Outros subcontratos	7 920 478	7 781 822
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	44.437.823	47.752.416
Trabalhos especializados	1.988.436	3.086.657
Vigilância e segurança	1.202.283	1.380.662
Utiliz Material circulante	471.459	202.875
Outros serviços espec	4.313.151	5.083.959
Materiais:	338.755	467.956
Energia e fluidos:		
Electricidade	23.627.564	23.828.903
Combustíveis	332.431	313.883
Água	366.452	369.860
Outros	7.426	6.969
Deslocações, estadas e transportes:	508.007	1.117.531
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres		
Taxa uso infraestrutura	44.987.820	50.478.688
Outras rendas e alugueres	5.756.075	3.092.516
Comunicação	1.382.359	1.638.418
Seguros	715.882	1.103.698
Outros serviços	890.099	1.410.626
	165 726 647	175 101 073



Para a diminuição de €9 374 425 nos FSE's, correspondente a 5,35%, contribuíram os seguintes factos:

- O encargo verificado com a Taxa de Uso, que resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2010 e da racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de passageiros.

De referir que a partir de 1 de Agosto de 2009, o encargo com a taxa de utilização da infra-estrutura diz respeito apenas à actividade de transporte de passageiros. No que respeita ao segmento de mercadorias, há que referir que a actividade de transporte ferroviário foi autonomizada por força do Decreto-Lei nº137-A/2009 de 12 de Junho, com a constituição da CP Carga, SA.

O Directório da Rede 2010, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 13 de Dezembro de 2009 a 11 de Dezembro de 2010 (validade do Horário 2010). Para o período de 13 de Dezembro 2010 a 31 de Dezembro 2010, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2011, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2011.

- Decréscimo dos encargos com os serviços adicionais e auxiliares prestados pela REFER (€-2 278 574), essencialmente devido à diminuição dos serviços de estacionamento de material circulante e tarifas suplementares;
- Acréscimo dos encargos suportados no âmbito do acordo estabelecido entre a CP e a RENFE (€+2 225 571) para a exploração dos comboios Sud-Express e Lusitânia Hotel;
- Diminuição dos gastos incorridos na conservação e reparação de material circulante (€-3 514 393);

- Diminuição dos encargos com trabalhos especializados (€-1 098 221) essencialmente devido ao decréscimo do número de estudos e pareceres solicitados;
- Decréscimo dos gastos com deslocações e estadas de pessoal e transporte de mercadorias (€-609 524);
- Decréscimo do encargo com a taxa de utilização da infraestrutura (€-5 490 868);
- Aumento dos gastos com rendas e alugueres (€2 663 559) devido essencialmente à necessidade de contratação de transportes alternativos rodoviários.

42. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	454.273	482.814
Remunerações do pessoal	90.091.933	102.111.158
Benefícios pós-emprego	NA	NA
Prémios para pensões	NA	NA
Outros benefícios	NA	NA
Indemnizações	9.296.247	7.124.576
Encargos sobre remunerações	18.647.551	21.258.372
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.463.257	2.392.397
Gastos de acção social	6.281	19.205
Outros gastos com o pessoal	2.291.537	2.108.894
	122.251.079	135.497.416

NA= Não aplicável

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Órgãos sociais	6	6
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores	326	353
Quadros médios	21	25
Chefias intermédias	293	302
Profissionais altamente qualificados	2 428	2 426
Profissionais semi-qualificados	88	94
Contratados a prazo	50	77
	3 212	3 283

43. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Perdas		
Em investimentos financeiros - Empréstimos	-2.121.000	-1.111.576,69
Activos não correntes detidos para venda	-1 069 830	-
Reversões		
De investimentos financeiros - Empresas do Grupo	4 367 623	-
De investimentos financeiros - Outros	470 727	9 947 307
	1 647 520	8 835 730

44. Aumentos/reduções justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Perdas		
Instrumentos financeiros		
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
Ganhos		
Instrumentos financeiros	56.026.427	124.298.071
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
	56 026 427	124 298 071

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de Derivados em 31 de Dezembro 2010, comparativamente a igual período do ano anterior.

	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
BNP Paribas	-2.086.709,60	-3.723.256
Deutsche Bank	-317.109,06	1.099.756
JP Morgan	-24.193.175,76	-37.377.629
Barclays	23.573.358,84	27.878.428
Citigroup	-407.427,58	924.933
BES	-91.142.513,45	-104.746.495
BNP Paribas	-41.796.515,84	-45.066.487
RBS/ABN	-3.828.142,49	-2.153.271
RBS/ABN	-	-1.695.516
Barclays	-5.651.191,02	-4.509.790
CBI	-	-715.357
Citigroup	27.044.323,93	-4.746.845
	-118.805.102,03	-174.831.529,21

45. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2010	2009
Rendimentos suplementares	19 570 098	14 190 215
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	3 867
Recuperação de dívidas a receber	0	124
Ganhos em inventários	88 307	17 253
Restantes activos financeiros	- 139 238	- 134 692
Investimentos não financeiros	61 282	957 767
Outros	15 761 083	23 356 924
	35 341 532	38 391 458

46. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Impostos	- 410 120	- 210 504
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis	- 33 686	- 9 599
Perdas em inventários	- 25 082	- 17 460
Restantes activos financeiros	-1 269 155	-2 396 636
Investimentos não financeiros		
Outros	-3 427 183	-5 357 523
	-5 165 226	-7 991 722

47. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Gastos		
Activos fixos tangíveis	86 800 371	88 662 168
Activos intangíveis	560 463	313 205
Reversões		
Activos fixos tangíveis	- 61 247	- 10 303
Activos intangíveis	-	-
	87 299 587	88 965 070

48. Imparidade de activos depreciables/amortizáveis

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Perdas		
Activos fixos tangíveis (a)	-4 476 544	- 903 666
Reversões		
Activos fixos tangíveis	375 424	1 041 233
	-4 101 120	137 567

(a) A variação desta rubrica deve -se essencialmente ao aumento do numero de unidades material circulante que não são necessárias para o serviço comercial da empresa. E de Perdas/Reversões com reparações de material acidentado.

49. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Juros obtidos	11 455 209	40 613 641
Dividendos obtidos	61 911	9 744
Outros rendimentos similares	1 724 460	2 989 568
	13 241 580	43 612 953

50. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Juros suportados	-155 476 574	-132 305 741
Outros gastos e perdas	-5 170 617	-3 626 728
	-160 647 191	-135 932 469

51. Passivos contingentes

Não aplicável

52. Activos contingentes

Não aplicável

53. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-12-2010	31-12-2009
EMEF, SA	100,00%	100,00%
CP CARGA, SA	100,00%	100,00%
FERNAVE, SA	70,00%	70,00%
FERGRÁFICA, SA	100,00%	100,00%
TIP, ACE	33,33%	33,33%

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:



(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
TIP, ACE	273.059,74	1.302.293,30
Associadas		
EMEF, SA	5.537.698,13	15.325.713,93
CP CARGA, SA	33.817.496,83	13.706.256,80
FERNAVE, SA	287.982,03	446.509,63
FERGRÁFICA, SA	23.168,74	46.676,28
Gastos		
Subsidiárias		
TIP, ACE	-167.822,01	-177.500,86
Associadas		
EMEF, SA	-56.404.057,04	-79.941.818,46
CP CARGA, SA	-15.214.795,29	-5.274.020,69
FERNAVE, SA	-750.700,74	-7.362.685,60
FERGRÁFICA, SA	-4.681.506,42	-299.062,73
	-37 279 476	-62 227 638

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activos		
Subsidiárias		
TIP, ACE	699.614,38	588.740,67
Associadas		
EMEF, SA	487.117,85	6.281.198,88
CP CARGA, SA	27.235.627,64	83.406.432,91
FERNAVE, SA	185.294,47	151.694,39
FERGRÁFICA, SA	12.248,89	20.557,23
Passivos		
Subsidiárias		
TIP, ACE	-169.762,26	-139.838,48
Associadas		
EMEF, SA	-8.780.544,21	-12.508.675,72
CP CARGA, SA	-348.431,86	-2.249.146,13
FERNAVE, SA	-47.102,12	65.405,04
FERGRÁFICA, SA	-101.841,69	-130.325,23
	19.172.221,09	75.486.043,56

54. Transporte de militares

Nas perdas por imparidade está incluída a dívida do Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao transporte de militares, forças militarizadas e equiparados em regime bonificado ao abrigo da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, que em 31 de Dezembro de 2010 apresenta um montante acumulado de € 33.757.361, com a seguinte antiguidade:

(valores em euros)

Dívida até 31 Dez. 2006	Dívida de 2007	Dívida de 2008	Dívida de 2009	Dívida de 2010	Total Geral
21 178 355	3 635 071	3 824 340	2 905 200	2 214 394	33.757.361

55. Garantias e Avals

Garantias e Avals prestados pela CP - a empresas do grupo e associadas

Fergráfica (cartas conforto)	1.643.792 €
EMEF (cartas conforto)	6.987.979 €
EMEF (fiança)	23.000.000 €
Fernave (cartas conforto)	1.800.000 €
Otlis (Carta conforto)	6.000.000 €
CP Carga (Fiança)	50.000.000 €
CP Carga (Livrança)	60.750.000 €

Garantias prestadas a favor da CP

Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	1.177.936.024 €
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	1.975.913 €

56. Acontecimentos após a data do Balanço

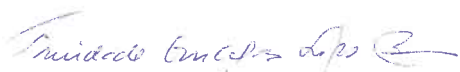
Após o termo do exercício assinalam-se os seguintes factos:

- No decurso do mês de Março de 2011, o Conselho de Administração assinou a proposta do estado português de contrato de regime transitório de financiamento da prestação de serviço público. Este contrato define os mecanismos de prestação de serviço e financiamento do mesmo, no período de 2011 a 2019 e reforça o entendimento do Conselho de Administração na consideração do princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.

- Em 16 de Fevereiro de 2011 foi assinado o contrato de cessão de quotas entre a EMEF e a CP EPE, pelo qual a EMEF vendeu à CP a empresa SAROS.

- Queda do rating da República e da CP, o que implica uma nova estratégia de financiamento da empresa.

Técnico Oficial de Contas -
D^{ra} Tindade Belo



Presidente - Dr. José Salomão Coelho
Benoliel



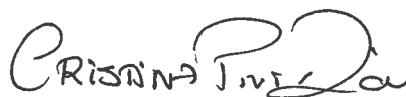
Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente
Pereira



Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de
Sousa Moreira

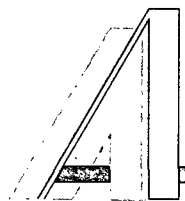


Vogal - D^{ra} Cristina Maria dos Santos
Pinto Dias



Vogal - D^{ra} Madalena Paixão de Sousa





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 1.219.732.181 euros e um total de capital próprio negativo de 2.446.911.801 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 195.197.037 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos sete e oito, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 9.1. As contas em apreço foram elaboradas pela primeira vez de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo a transição do POC para o referencial contabilístico ora vigente produzido um impacto negativo no capital próprio de 140,8 milhões de euros, o qual se deveu essencialmente ao efeito desfavorável do reconhecimento de instrumentos financeiros derivados (-299,2 milhões de euros) e da reanálise às vidas úteis de partes dos activos fixos tangíveis (-60,8 milhões de euros), contrabalançado pela reclassificação no Capital Próprio de subsídios para investimentos no montante de 224,7 milhões de euros (*vide* nota 2.4 do Anexo).

- 9.2 Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras e é referido na nota 3.4 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade, pelo que a continuidade da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado.

Lisboa, 27 de Abril de 2011



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luís Areal Alves da Cunha



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.219.732.181 euros e um total de capital próprio negativo de 2.446.911.801 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 195.197.037 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que à data de 31 de Dezembro de 2010, a Empresa apresenta capitais próprios negativos no montante de 2.446.911.801 euros (2009: 2.236.107.638 euros) e Financiamentos obtidos no montante de 3.324.312.295 euros (sendo 395.061.473 euros de Passivo corrente), tendo o Conselho de Administração relatado esta situação no seu relatório.

Ao formarmos a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, considerámos a adequação das divulgações efectuadas na nota 3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro, do Anexo às demonstrações financeiras, em que são referidos riscos e incertezas relativos à situação económica actual e aos mercados financeiros bem como a perspectiva de sustentabilidade futura da Empresa. Estas divulgações consideram que a Empresa irá ter os meios financeiros para fazer face às suas necessidades de tesouraria e das suas participadas no próximo período de 12 meses, bem como a garantia do suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português).

Estes riscos e incertezas, as perspectivas de sustentabilidade futura e o suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português), foram considerados pelo Conselho de Administração na sua conclusão de que é apropriada a utilização do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2010, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 21 de Abril de 2011



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO (Exercício de 2010)

I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Comissão de Fiscalização (CF) emite o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório e Contas da CP — Comboios de Portugal, E.P.E. e propostas, apresentados pelo respectivo Conselho de Administração (CA), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. A comparação da performance económica e financeira da CP em relação ao ano anterior não é linear devido à transição para o novo normativo contabilístico em 2010, reexpressando as contas de 2009 de acordo com o SNC, e ainda aos impactos nas contas da autonomização em 2009 da unidade de negócios de transporte de mercadorias e logística, com efeitos a 01/8/2009. A referida transição produziu um efeito desfavorável ao nível do capital próprio, do passivo e de resultados – através do reconhecimento de perdas com instrumentos financeiros derivados, no montante de -299,2 milhões de euros, e de passivos financeiros, no montante de 302,4 milhões de euros, e da melhoria do resultado líquido do exercício de 2009 de -217,3 milhões de euros (aplicando o POC) para -72,8 milhões de euros, devido essencialmente aos ajustamentos efectuados nos instrumentos financeiros derivados pela aplicação do SNC.
3. Como factos relevantes ocorridos na vida da Empresa em 2010 destacam-se os seguintes:
 - Continuação da quebra da procura global a nível nacional;
 - Resultado líquido negativo de 195 milhões de euros;
 - Resultados financeiros negativos de 147 milhões de euros;



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

- Resultado Operacional negativo de 76,1 milhões de euros antes de aumento de justo valor, devido em grande parte ao contributo negativo das linhas regionais que são fortemente deficitárias pela sua natureza de serviço público (resultado operacional de -55,4 milhões de euros);
- Total do endividamento de cerca de 3,6 mil milhões de euros no final de 2010, dos quais cerca de 686 milhões de euros refere-se a passivo de curto prazo, incluindo derivados potencialmente desfavoráveis no valor de cerca de 170 milhões de euros;
- Capital Próprio negativo em cerca de 2,5 mil milhões de euros em 31/12/2010;
- Maior percepção do risco por parte dos financiadores e consequente quebra sucessiva do *rating* da CP em consonância com a evolução desfavorável do rating da dívida soberana;
- Continua por contratualizar o serviço público de transporte ferroviário de passageiros prestado pela CP, o que conduz a não clarificação das relações financeiras com o Estado e contribui para a degradação da situação económica e financeira da CP.

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A CF reuniu pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, à Inspecção-Geral das Finanças e ao Conselho de Administração da CP.

No decorrer do exercício de 2010 a CF acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o CA, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.

Foram analisadas as actas das reuniões do Conselho de Administração, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2010 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa e o correspondente relatório de gestão foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra a CF, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a competente Certificação Legal das Contas, sem



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

reservas e com duas ênfases relacionadas com a continuidade da CP, por apresentar capital próprio fortemente negativo, e o impacto da entrada em vigor do SNC.

III – APRECIACÃO DO RELATÓRIO E CONTAS

1. Parece-nos que o relatório de gestão está em consonância com as contas do exercício e cumpre na generalidade quanto ao seu conteúdo os preceitos constantes do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais da sua actividade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. O relatório anual, além da informação económica e financeira, contém ainda outros elementos informativos, tais como o relato sobre o governo da sociedade e a análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental, satisfazendo na generalidade o disposto no artigo 13.º-A do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23/8.
3. O Conselho de Administração propõe que o Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de Euros 195.197.037 negativos, seja transferido para a conta de Resultados transitados.
4. No que se refere a actividade principal da Empresa é de realçar o seguinte:
 - a) Os indicadores da procura referidos no Relatório do Conselho de Administração, mostram novamente uma diminuição global, que se traduziu em evoluções negativas de cerca de 1% em passageiros (P), 1,3% em passageiros quilómetro (PK) e 1% nos proveitos de tráfego.
 - b) Aquelas evoluções negativas foram comuns a todas as UN, com excepção da CPPT, que teve evoluções positivas de 2,7% em passageiros, 3,8% em passageiros.kilómetro e 2,4% nos proveitos de tráfego e da CPLC, no que se refere aos proveitos de tráfego, cuja evolução positiva foi de 1,6%.
 - c) A estrutura do tráfego manteve as mesmas características, com predominância do tráfego suburbano, embora aumentando a sua importância, que representa agora cerca de 86% em passageiros



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

transportados, cerca de 50% dos passageiros.quilómetro e cerca de 45% dos proveitos de tráfego.

- d) Do efeito conjugado da diminuição da procura e do efectivo médio, a produtividade física do factor trabalho atingiu em 2010 o valor de 1,1 milhões de PK/trabalhador do efectivo médio.

5. Em relação às contas do exercício salientamos os seguintes factos:

- a) A CP regista um prejuízo de 195,2 milhões de euros no exercício de 2010, o qual aumentou 122,4 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior devido essencialmente à redução em cerca de 68 milhões de euros na variação positiva do justo valor dos derivados (de 124 para 56 milhões de euros) e ao agravamento de 55 milhões de euros nos resultados financeiros.
- b) O EBITDA, sem o efeito positivo da variação do justo valor dos derivados, é negativo em cerca de 12,1 milhões de euros, devido em grande parte ao défice da actividade de transporte regional de passageiros, que absorve grande parte do expressivo rendimento operacional da Empresa, o qual se situa acima de 300 milhões de euros por ano.
- c) A Empresa apresenta um capital próprio negativo de 2,5 mil milhões de euros, associado a um passivo de 3,7 mil milhões de euros, dos quais 3,3 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos obtidos.
- d) O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 23,8 milhões de euros, dos quais 16,2 milhões de euros em material circulante, cujo financiamento foi efectuado sobretudo por recurso ao endividamento.

IV – APRECIÇÃO DAS ESTRUTURAS E DOS MECANISMOS DE GOVERNO

- 1. Na ausência de administradores não executivos e de conselho geral e de supervisão, compete aos membros do órgão de fiscalização emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, conforme determina a RCM nº. 49/2007, de 28/3, ponto 17

2. A avaliação do desempenho individual dos administradores executivos, nos termos previstos na citada RCM, subentende a celebração de contratos de gestão com cada um dos gestores, considerando o disposto no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março. Acontece, porém, que não foram celebrados contratos de gestão ou fixados objectivos de gestão para o exercício de 2010, o que nos impossibilita de efectuar essa avaliação, ao contrário do sucedido no exercício anterior, relativamente ao qual tinham sido pelo menos estabelecidos orientações, objectivos e metas quantificadas.
3. Assim sendo, iremos então efectuar uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, bem como do cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos pela RCM 49/2007 e dos deveres de divulgação de informação.

O Relatório e Contas de 2010 da CP integra um capítulo próprio sobre o tema “Governo da Sociedade”, onde são apresentados os aspectos mais relevantes relacionados com este tema.

4. Da apreciação efectuada e seguindo a ordem exposta na RCM 49/2007, destacamos alguns aspectos relativamente à aplicação dos princípios aí consagrados.

A) Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

A CP cumpre a sua missão estatutária e os objectivos estratégicos fixados, com respeito pelos princípios éticos e de responsabilidades social, desenvolvimento sustentável e de serviço público na satisfação das necessidades da colectividade.

A missão, os objectivos e as políticas encontram-se enunciados e são divulgados nos relatórios anuais de gestão e nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF-SEE / MF.

Elabora anualmente planos de actividades e orçamentos inseridos nos instrumentos de gestão previsionais, os quais são submetidos às tutelas.



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and the initials 'Ac' and a circled 'D'.

A Empresa informa adequadamente as tutelas e o público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua actividade, o grau de cumprimento dos seus objectivos, divulga o seu relatório de sustentabilidade e aplica a todos os colaboradores e entidades que com ela se relacionam um código de ética e de conduta. Promove igualmente a valorização profissional dos trabalhadores através de programas de formação.

Adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços e integra no relatório anual de gestão uma relação dos fornecedores de bens e serviços a com facturação superior a 5% do total dos fornecimentos e serviços externos.

B) Estruturas de administração e fiscalização

A CP foi transformada em Entidade Pública Empresarial pelo Decreto-Lei nº. 137-A/2009, de 12/6, o qual aprova os novos estatutos, conferindo uma renovada estrutura de administração e fiscalização.

As funções exercidas por cada um dos membros administradores constam do relatório anual de 2010, assim como os elementos curriculares de cada um dos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

Na ausência de membros não executivos do conselho de administração ou de conselho geral ou outros órgãos com funções específicas de supervisão, cabe ao órgão de fiscalização efectuar a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

As contas da CP têm sido objecto de auditoria por uma entidade independente e estão sujeitas a certificação legal, a qual é actualmente efectivada por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O sistema de controlo interno existente é de um modo geral adequado.

C) Remuneração e outros direitos

As remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas, em cada ano, por cada administrador e membro da CF, incluindo os honorários dos trabalhos



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Handwritten signature and initials in the top right corner.

executados pela Sociedade Revisora Oficial de Contas são divulgados anualmente no relatório e contas e no sítio electrónico institucional da DGTF –SEE / MF.

D) Prevenção de conflitos de interesse

Existem normas de conduta estabelecidas em matéria de conflito de interesses, não tendo a CF conhecimento da respectiva prevaricação pelos membros dos órgãos sociais da Empresa.

E) Divulgação de informação relevante

É adoptada uma conduta de transparência e de prestação satisfatória de informação útil ao utente do transporte público ferroviário, ao mercado e ao público em geral.

F) Princípios relativos à divulgação de informação

As informações que nos termos dos princípios de bom governo devam ser divulgadas ao público estão disponíveis nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF – SEE / MF.

O sítio electrónico da Empresa disponibiliza abundante informação relevante e actualizada sobre a sua missão e actividade, de acesso livre e gratuito.

Os instrumentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2010 integram relatório sobre governo da sociedade e informação sobre a sustentabilidade económica, social e ambiental, bem como uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.

V – PARECER

Atento ao exposto, a CF exprime favoravelmente à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com as ênfases expressas na Certificação Legal das Contas, bem como da proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA.



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A CF, finalmente, regista com apreço a colaboração prestada pelo CA, pelos responsáveis dos diferentes Serviços e pelos demais trabalhadores da CP.

Lisboa, 28 de Abril de 2011

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Dr. Issuf Ahmad, Presidente

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"

Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal